



CACHOEIRA PAULISTA

TRANSMISSORA DE ENERGIA

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS
EM AÇÕES, DA PRIMEIRA EMISSÃO DA

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NO MONTANTE DE

R\$220.000.000,00

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: STANDARD & POOR'S RATING SERVICES: 'brAA+'

COORDENADOR LÍDER

COORDENADOR CONTRATADO



Santander

GLOBAL BANKING & MARKETS



Banco Votorantim

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA PRIMEIRA EMISSÃO DA



CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 05.336.882/0001-84

NIRE 33.3.0027377-8 - CVM nº 2268-3

Avenida Marechal Câmara, nº 160, CEP 20.020-080, Rio de Janeiro, RJ

R\$220.000.000,00

Código ISIN: BRCPTEDBS003

Classificação de Risco: Standard & Poor's Rating Services: 'brAA+'

A CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. ("Emissora"), está realizando uma oferta pública de distribuição de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da primeira emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) em 11 de novembro de 2011, e vencimento em 11 de novembro de 2023, perfazendo o valor total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão ("Debêntures"), sob a coordenação do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ("Coordenador Líder") e do BANCO VOTORANTIM S.A. ("Coordenador Contratado") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA" e "Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA", respectivamente), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 10 de novembro de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), conforme legislação em vigor.

A Oferta foi registrada pela CVM em 27 de dezembro de 2011, sob o nº CVM/SRE/DEB/2011/015.

Este Prospecto Definitivo não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia e de seus ativos, bem como dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo que o Coordenador Líder declara (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Companhia ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Companhia ("Prospecto Definitivo"), são suficientes, conforme o caso, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures, a Companhia e o Coordenador Líder recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo em conjunto com o Formulário de Referência. O Formulário de Referência, na sua versão nº 2, encaminhado à CVM em 22 de dezembro de 2011, encontra-se disponível para consulta nos sites da Emissora, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br. Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Informações Sobre a Oferta - Informações Adicionais", na página 56 deste Prospecto.

Para avaliação dos riscos associados à Oferta, os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 65 a 68 deste Prospecto Definitivo. Para avaliação de todos os riscos associados à Companhia, os investidores devem ler os itens "4" e "5" do Formulário de Referência.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos pela Companhia, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos juntos à Companhia, ao Coordenador Líder e/ou à CVM.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenador Líder



Coordenador Contratado



A data deste Prospecto Definitivo é 28 de dezembro de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE 1 – INTRODUÇÃO.....	5
Definições	7
Formulário de Referência.....	13
Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro	15
Sumário da Emissora	17
<i>Visão Geral da Emissora</i>	<i>17</i>
<i>Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Emissora.....</i>	<i>19</i>
<i>Estratégias da Emissora</i>	<i>19</i>
<i>Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora</i>	<i>20</i>
Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora	23
<i>Apresentação das Informações Financeiras da Emissora.....</i>	<i>23</i>
<i>Balanço Patrimonial</i>	<i>24</i>
<i>Demonstração de Resultado.....</i>	<i>25</i>
Informações Cadastrais da Emissora	27
Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta,	
dos Consultores e dos Auditores	29
<i>Emissora</i>	<i>29</i>
<i>Coordenador Líder</i>	<i>29</i>
<i>Coordenador Contratado.....</i>	<i>29</i>
<i>Consultores Legais.....</i>	<i>29</i>
<i>Consultor Legal da Emissora</i>	<i>29</i>
<i>Consultor Legal do Coordenador Líder</i>	<i>30</i>
<i>Agente Fiduciário</i>	<i>30</i>
<i>Banco Mandatário e Escriturador</i>	<i>30</i>
<i>Auditores Independentes</i>	<i>30</i>
<i>Declarações do artigo 56 da Instrução CVM 400</i>	<i>30</i>
Apresentação dos Coordenadores da Oferta	31
<i>Banco Santander (Brasil) S.A. – Coordenador Líder</i>	<i>31</i>
<i>Banco Votorantim S.A. – Coordenador Contratado</i>	<i>32</i>
PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	35
Sumário da Oferta.....	37
Informações Sobre a Oferta	39
<i>Capital Social.....</i>	<i>39</i>
<i>Autorizações Societárias</i>	<i>39</i>
<i>Requisitos</i>	<i>39</i>
<i>Quantidade de Debêntures e Número de Séries.....</i>	<i>39</i>

<i>Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures.....</i>	<i>39</i>
<i>Espécie</i>	<i>39</i>
<i>Garantias</i>	<i>40</i>
<i>Distribuição e Negociação.....</i>	<i>43</i>
<i>Público Alvo.....</i>	<i>43</i>
<i>Preço de Subscrição.....</i>	<i>43</i>
<i>Prazo e Data de Vencimento.....</i>	<i>43</i>
<i>Rendimento das Debêntures.....</i>	<i>43</i>
<i>Datas de Pagamento da Remuneração</i>	<i>44</i>
<i>Amortização Programada.....</i>	<i>44</i>
<i>Repactuação.....</i>	<i>45</i>
<i>Aquisição Facultativa</i>	<i>45</i>
<i>Resgate Antecipado Facultativo.....</i>	<i>45</i>
<i>Vencimento Antecipado.....</i>	<i>45</i>
<i>Encargos Moratórios</i>	<i>49</i>
<i>Forma de Pagamento.....</i>	<i>49</i>
<i>Prorrogação dos Prazos</i>	<i>49</i>
<i>Cronograma Instimado das Etapas da Oferta</i>	<i>50</i>
<i>Publicidade</i>	<i>50</i>
<i>Imunidade dos Titulares de Debêntures.....</i>	<i>50</i>
<i>Assembleia Geral de Debenturistas</i>	<i>50</i>
Contrato de Distribuição	51
<i>Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures</i>	<i>51</i>
<i>Plano de Distribuição</i>	<i>51</i>
<i>Inadequação da Oferta</i>	<i>53</i>
<i>Cancelamento, Suspensão, Revogação e Modificação da Oferta</i>	<i>53</i>
<i>Custos da Oferta</i>	<i>54</i>
<i>Custo Unitário de Distribuição.....</i>	<i>55</i>
<i>Procedimento de Liquidação</i>	<i>55</i>
<i>Classificação de Risco</i>	<i>55</i>
<i>Locais onde as Debêntures pode ser Adquiridas</i>	<i>55</i>
<i>Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures</i>	<i>56</i>
<i>Informações Adicionais.....</i>	<i>56</i>
Operações Vinculadas a Oferta.....	59
<i>Coordenador Líder</i>	<i>59</i>
<i>Coordenador Contratado.....</i>	<i>59</i>
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder.....	61
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Contratado.....	63
Fatores de Risco.....	65
<i>Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures</i>	<i>65</i>
Destinação dos Recursos	69
Capacidade de Pagamento da Emissora.....	71
Capitalização	73

ANEXOS

Estatuto Social da Emissora	77
Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta.....	95
Escritura de Emissão	105
Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão	161
Contrato de Alienação Fiduciária de Ações	175
Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações	201
Contrato de Cessão Fiduciária de Contas	211
Contrato de Administração de Contas	229
Relatório de Classificação de Risco das Debêntures	261
Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	267
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....	271

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Informações Trimestrais – ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes	277
Informações Trimestrais – ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes	317
Informações Trimestrais – ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes.....	357
Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes.....	395

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

- Definições
- Formulário de Referência
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Sumário da Emissora
- Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação dos Coordenadores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta seção salvo referência diversa neste Prospecto:

Administradores	Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora.
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, câmara de registro, compensação e liquidação de negociações envolvendo determinados valores mobiliários de renda fixa, sendo integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
Contrato de Concessão	Contrato celebrado com a ANEEL, em 20 de dezembro de 2002.
Contrato de Distribuição	“Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, entre a Emissora e o Coordenador Líder.
Contrato de Formador de Mercado	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado” celebrado entre o Emissor, o Formador de Mercado e a CETIP.
Coordenador Líder	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenador Contratado ou Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder e o Banco Votorantim S.A., quando considerados em conjunto
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	11 de novembro de 2011.

Data de Integralização	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição.
Data de Liquidação	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, ocorrerá na respectiva Data de Integralização de cada uma das Debêntures.
Data de Vencimento	11 de novembro de 2023.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	220.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a serem convoladas em espécie com garantia real, da primeira emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia.
Editais de Oferta de Resgate Antecipado	Anúncio nos termos da seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Publicidade”, na página 50 deste Prospecto, sobre a oferta de resgate antecipado.
Emissora, Companhia ou CPTE	Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Encargos Moratórios	Multa moratória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.
Endividamento Líquido	Corresponde ao Endividamento Total da Companhia, excluídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido ou dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

Endividamento Total	Valor total da dívida da Companhia que é composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo (a vencer nos próximos 12 meses) e pelo saldo de empréstimos e financiamentos longo prazo (a vencer a partir do 13º mês) para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular o endividamento total de maneira diferente da Companhia.
Escritura de Emissão	“Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos.
Evento de Inadimplemento	Qualquer um dos eventos previstos na seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 45 deste Prospecto.
Formulário de Referência	O Formulário de Referência da Emissora, nos termos da Instrução CVM 480.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
Instituição Escriuradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009.
Isolux	Isolux Energia e Participações S.A.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Margem EBITDA	EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Esse dado financeiro não está expressamente indicado nas demonstrações financeiras. A Margem EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. A administração da Companhia acredita que a Margem EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular a Margem EBITDA de maneira diferente da Companhia. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, a Margem EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia.

Oferta	A oferta pública das Debêntures.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Pessoas Vinculadas	Os investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 (i) administradores ou controladores da Companhia; (ii) administradores ou controladores dos Coordenadores da Oferta; ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, das pessoas indicadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima.
Poder Concedente	ANEEL
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44, da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos da Remuneração das Debêntures, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração”. Poderiam participar do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> os investidores do público alvo da Oferta, além de Pessoas Vinculadas até o limite de 10% do valor da Oferta. Não houve a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, com exceção ao Formador de Mercado. A vedação de colocação por Pessoas Vinculadas disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400, caso verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) do valor inicialmente ofertado, não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto, conforme previsto no artigo 55, parágrafo único da Instrução CVM 400.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospectos	Este Prospecto e o Prospecto Preliminar.
RAP	Receita Anual Permitida
Real, Reais ou R\$	A moeda corrente no Brasil.

Remuneração	Remuneração correspondente à remuneração equivalente à 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, conforme apurada em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculados em regime de capitalização composta de forma <i>pro rata temporis</i> por dias úteis de acordo com a Escritura de Emissão.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA	Sistema de negociação administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Debêntures, de R\$1.000,00, na Data de Emissão.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora, nos termos solicitados pelo anexo III da Instrução CVM 400/03, itens 4 (parte) a 7, poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, na sua versão nº 2, encaminhado à CVM em 22 de dezembro de 2011, encontra-se disponível para consulta nas seguintes páginas da Internet: **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, <http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>, nessa página, ACESSAR “Formulário de Referência” e “Prospecto”; e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br, nessa página, acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e digitar “CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.” no campo disponível e, em seguida, acessar “CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.”, posteriormente em “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar em “Consultar” no quadro com o último prospecto definitivo disponibilizado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco” e “Sumário da Emissora”, nas páginas 65 e 17, respectivamente, deste Prospecto, e no Formulário de Referência.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar a Emissora. Embora acredite que essas estimativas e declarações futuras estão baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- fatores ou tendências que podem afetar os negócios da Emissora, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;
- implementação das principais estratégias da Emissora;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de negócios da Emissora; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este sumário é apenas um resumo das informações da emissora. As informações completas sobre a Emissora estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a Oferta.

Este sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Emissora, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar sua decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como também as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As informações constantes dessa seção são consistentes com as informações constantes do Formulário de Referência.

Visão Geral da Emissora

A Emissora é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere aproximadamente 1.600 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.237 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. O Grupo lidera o mercado na construção de centrais fotovoltaicas com chave na mão e também na geração de energia elétrica, com importante atuação na Espanha.

A Emissora é uma importante concessionária privada de transmissão de energia elétrica no Brasil, com uma RAP de R\$61.284.457,00, determinada pela Resolução Homologatória n.º 1.171/2011 para o ciclo 2011/2012. Em 31 de dezembro de 2010, a infra-estrutura da Emissora era formada por uma linha de transmissão de circuito simples 500 kV de aproximadamente 181 km de extensão, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, e as respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Emissora tem por objeto exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos.

O serviço de transmissão de energia elétrica é prestado mediante a disponibilidade das instalações de transmissão da concessionária ao Sistema Integrado Nacional. A companhia efetua as operações de manutenção e operação das instalações seguindo as instruções da ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação e controle da operação da transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - e os Procedimentos de Rede vigente, de forma que os usuários possam usar livremente o sistema de transmissão.

A figura a seguir ilustra a configuração do Sistema Interligado da região Sudeste e as áreas de atuação da Companhia:

Mapa do Sistema Interligado da Região Sudeste



Fonte: ANEEL

A Isolux controladora da Companhia, desenvolve parte de suas atividades por meio de sociedades coligadas, cujas atividades estão sumariamente descritas a seguir.

Jauru Transmissora de Energia S.A.

A Jauru Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão localizada na região de Mato Grosso e Rondônia, com 230 kV e 949 km.

Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A.

A Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão localizada na região de Tocantins, Maranhão e Piauí, com 500 kV e 720 km.

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão localizada na região do Pará, com 500 kV e 527 km.

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão localizada na região do Pará e Amapá, com 500 kV e 713 km.

Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.

A Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda. é uma sociedade limitada que gerencia a operação das concessionárias brasileiras do grupo.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Emissora

A Emissora considera que suas principais vantagens competitivas são:

Fluxo de Caixa Previsível. A Emissora é remunerada com base na RAP, determinada pela ANEEL nos contratos de concessão. A RAP corresponde ao pagamento recebido pela Emissora pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da rede básica ou das Demais Instalações de Transmissão – DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões. Deste modo, a RAP consiste em um recebível de valor relativamente constante para a Emissora, não se sujeitando à demanda dos clientes por energia elétrica. O Contrato de Concessão também prevê um mecanismo de reajuste da RAP às variações da inflação, sempre atrelado à variação do IGP-M. Além disso, a RAP está sujeita à revisão anual referente a investimentos em redes de transmissão e subestações, com o objetivo de verificar se as receitas estipuladas compensam de forma justa as companhias de transmissão de energia pelo capital investido, bem como a revisões determinadas extraordinárias que protegem a Emissora contra os impactos de eventuais mudanças na legislação brasileira. O total de 100% da receita da Emissora está sujeito a avaliação discricionária da ANEEL. Adicionalmente, o Contrato de Concessão conta com garantias que mitigam o risco de inadimplemento por usuários finais da infra-estrutura da Emissora. Por conta desses fatores, a receita da Emissora é altamente previsível.

Alta confiabilidade dos ativos físicos. Os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

Relacionamento construtivo com a ANEEL e ONS. A Emissora pretende continuar mantendo um bom relacionamento com a ANEEL e o ONS e outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com referidos agentes do setor elétrico.

Forte geração de caixa operacional. O fluxo de caixa das atividades operacionais da Emissora em 2009 e em 2010 foi de R\$ 38.254 mil e R\$ 41.595 mil, respectivamente.

Solidez Financeira. A Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2011, por um endividamento que acredita ser moderado, de aproximadamente R\$ 70.810 mil, com 17,7% e 82,3% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

Estratégias da Emissora

A Emissora, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional com busca contínua pela baixa indisponibilidade, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

O posicionamento estratégico da Emissora leva em consideração principalmente os seguintes temas estratégicos:

- ***Financeiro Regulatório:*** melhorar o retorno para os acionistas garantindo a sustentabilidade do negócio;
- ***Excelência operacional:*** melhorar a excelência operacional através da otimização de processos e uso de novas tecnologias, além de implementar ações que visem ao comportamento seguro, mudanças de processos e inovações tecnológicas, objetivando acidente zero com colaboradores, parceiros e população, bem como na melhoria dos sistemas, baixa indisponibilidade e práticas de gestão; e

- **Pessoas:** aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais.

A administração da Emissora define os objetivos estratégicos que estão atrelados a referidos temas e direcionam o foco de sua gestão de forma a garantir o alinhamento das diversas ações em curso na sua organização estratégica.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Emissora:

- Perfeito monitoramento das regras da ANEEL e um relacionamento transparente com o órgão regulador, visando patamares tarifários justos e aderentes ao princípio da modicidade tarifária;
- Eficiência na gestão financeira, com monitoramento constante de custos, investimentos e projetos, além da obtenção de recursos para financiar projetos pioneiros, obtidos de fontes mais adequadas e menos onerosas;
- Maior eficiência operacional, com a reorganização da gestão, o redesenho dos processos e a aquisição de recursos operacionais modernos e inovadores.
- Busca da meta zero de acidentes, por meio da utilização de novos equipamentos/veículos e da disseminação dos programas sobre comportamento seguro;
- Satisfação e capacitação dos colaboradores, com a melhoria dos sistemas de recursos humanos, a disseminação de melhores práticas de gestão e a realização dos planos de treinamento e desenvolvimento desde o nível operacional até a liderança da Emissora;
- Desenvolvimento ecologicamente sustentável, procurando desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população;
- Fortalecimento de sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos Municipal, Estadual e Federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; de forma a estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Emissora, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental; e
- Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações, de forma a assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Emissora cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Emissora, seja adequado para seus consumidores.

Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora

A concessão da Emissora pode ser extinta, o que causará um efeito adverso para a Emissora.

A concessão da Emissora está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, podendo ser motivada por interesse público ou por inadimplemento da Emissora, nos termos do Contrato de Concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Em caso de extinção antecipada, a Emissora não pode assegurar que a indenização prevista no Contrato de Concessão (valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados) seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão em caso de inadimplemento, o valor da indenização pelos bens reversíveis ao patrimônio público pode ser reduzido a zero em virtude da imposição de multas ou outras penalidades. A ocorrência de qualquer desses eventos causará um efeito adverso para a Emissora.

Além disso, sem que seja extinto o Contrato de Concessão, o poder público pode intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, além de interferir nas operações e receitas provenientes das operações das instalações da Emissora. Neste caso, também é possível haver impactos negativos nas atividades da Emissora.

A Emissora pode ser adversamente afetada em decorrência das disposições restritivas de seus contratos de dívida, bem como de sua alavancagem e obrigações de serviço de dívida.

O nível de endividamento da Emissora aumenta a possibilidade de que ela seja incapaz de gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às suas dívidas. Além disso, a Emissora pode incorrer em dívidas adicionais, de tempos em tempos, para financiar investimentos ou para outros propósitos, sujeito às restrições aplicáveis ao seu endividamento existente, sendo certo que caso a CPTE contrate novos endividamentos em valor total superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões) deverá ter a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção à carta de fiança que poderá ser contratada pela CPTE conforme estabelecido no contrato de administração de contas. Se a Emissora incorrer em dívidas adicionais, os riscos associados a sua alavancagem, incluindo sua capacidade de efetuar seus compromissos financeiros, aumentarão.

Os contratos que regem as dívidas da Emissora contêm restrições que poderiam restringir significativamente a forma pela qual ela opera seus negócios.

O inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária sob os contratos financeiros ou de qualquer das restrições contratuais que não for solucionado ou sanado pode levar os credores a exigir o pagamento antecipado do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros da Emissora (*cross default*).

Ademais, as restrições previstas em contratos financeiros da Emissora podem limitar sua capacidade geral de obter financiamentos para capital de giro, investimentos e outras atividades corporativas, bem como podem limitar sua flexibilidade de planejar ou reagir a alterações em seus negócios e nos setores em que opera, o que pode ter um efeito adverso para a Emissora.

As operações da Emissora envolvem riscos e perigos significativos que podem interromper seu negócio ou, de outra forma, resultar em prejuízos substanciais, que podem ter um efeito adverso para a Emissora se não estiver segura ou não for indenizada adequadamente.

As operações da Emissora envolvem riscos e perigos significativos. A Emissora, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem, bastando a demonstração do dano, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Ademais, os equipamentos da Emissora afetados podem ficar parados e, conseqüentemente, indisponíveis para atividades geradoras de receita.

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por apólices de seguro como, por exemplo, danos causados à linha de transmissão ou que excedam os limites de indenização contratados nas referidas apólices de seguro da Emissora, poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos. A Emissora não pode garantir que as apólices de seguro contratadas para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual ou que conseguirá renová-las a taxas comercialmente razoáveis, e mudanças nos mercados de seguro, como as causadas por terrorismo, podem fazer com que certos tipos de coberturas de seguro sejam mais caras e difíceis de serem obtidas. Além disso, se for negada cobertura pela companhia seguradora, a Emissora terá que adotar medidas para obter a cobertura.

A ocorrência que qualquer dos eventos acima pode ter um efeito adverso para a Emissora.

A Emissora pode ser adversamente afetada se não for bem sucedida na execução de sua estratégia.

O crescimento e o desempenho financeiro futuro da Emissora dependerão, em parte, do sucesso na implementação da estratégia da Emissora.

A Emissora não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Ademais, alguns elementos da estratégia da Emissora dependem de fatores que estão fora do controle da Emissora. Qualquer falha na execução de elementos da sua estratégia pode afetar negativamente o crescimento de negócio e desempenho financeiro da Emissora no futuro.

Os ativos da Emissora são impenhoráveis.

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão, os bens da Emissora essenciais para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão, não estão sujeitos à penhora e à execução judicial. Assim, na hipótese de inadimplemento, pela Emissora, das obrigações financeiras, parte dos bens que compõem o ativo da Emissora não poderá ser objeto de execução.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA EMISSORA

Apresentação das Informações Financeiras da Emissora

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 e das demonstrações de resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas pela Administração da Emissora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os IFRS. Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

O relatório de auditoria emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 inclui parágrafo de ênfase quanto a apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida pelas IFRS. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras básicas.

As informações financeiras intermediárias constantes dos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e das demonstrações de resultado relativos ao trimestre e período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010 foram extraídas das informações financeiras intermediárias elaboradas pela Administração da Emissora, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB. Estas informações financeiras intermediárias foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente).

O relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre informações financeiras intermediárias da Emissora relativas ao trimestre e período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 inclui parágrafo de ênfase quanto a apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida pelas IFRS. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão das demonstrações financeiras básicas.

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 007/2011, as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não são mencionadas neste Prospecto, nem foram incluídas nos quadros comparativos do item 10 do Formulário de Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas para tal. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) do Formulário de Referência.

As tabelas a seguir mostram alguns dos dados financeiros da Emissora para os períodos indicados.

Balanço Patrimonial

Ativo	Em 31 de dezembro de		Em 01 de janeiro de	Em 30 de setembro de
	2010	2009	2009	2011
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.619	632	2.592	7.989
Concessionárias e permissionárias	5.999	5.645	3.984	7.630
Contas a receber - ativo financeiro	32.340	31.674	30.482	35.586
Impostos a recuperar	732	500	359	1.009
Outros créditos	2.227	1.994	918	2.350
Total do ativo circulante	48.917	40.445	38.335	54.564
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Contas a receber - ativo financeiro	184.263	186.439	188.780	192.698
Caixa restrito	8.735	9.021	9.275	9.303
Total do realizável a longo prazo	192.998	195.460	198.055	202.001
Imobilizado	58	73	85	49
Total do não circulante	193.056	195.533	198.140	202.050
TOTAL DO ATIVO	241.973	235.978	236.475	256.614
Passivo	Em 31 de dezembro de		Em 01 de janeiro de	Em 30 de setembro de
	2010	2009	2009	2011
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Circulante				
Fornecedores	459	354	317	365
Empréstimos e financiamentos	12.461	12.573	13.136	12.564
Impostos e contribuições sociais	7.983	279	118	7.536
Taxas regulamentares	1.360	1.243	1.258	1.460
Dividendos	10.793	13.458	8.471	-
Outras contas a pagar	64	130	62	82
Total do Passivo Circulante	33.120	28.037	23.362	22.007
Não Circulante				
PIS e COFINS diferidos	4.331	4.387	4.429	4.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.275	12.049	10.429	18.335
Empréstimos e financiamentos	66.555	79.008	94.830	58.246
Outras provisões	3.157	2.538	2.289	3.157
Total do passivo não circulante	87.318	97.982	111.977	84.496
Patrimônio líquido				
Capital social	64.582	64.582	64.582	64.582
Reserva de capital	361	301	241	361
Reserva de lucros	9.314	8.531	8.263	9.314
Dividendos retidos	47.278	13.458	8.046	47.278
Lucros acumulados	-	23.087	20.004	28.576
Total do patrimônio líquido	121.535	109.959	101.136	150.111
Total do Passivo	241.973	235.978	236.475	256.614

Demonstração de Resultado

Demonstração de Resultado	Em 31 de dezembro de		Em 30 de setembro de	
	2010	2009	2011	2010
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Receitas Líquida	47.895	46.140	52.198	37.993
Custo dos bens construídos e serviços prestados	(4.035)	(3.256)	(2.344)	(2.765)
Lucro bruto	43.860	42.884	49.854	35.228
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(1.124)	(767)	(893)	(1.001)
Lucro operacional	42.736	42.177	48.961	34.227
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	870	1.214	1.042	722
Despesas financeiras	(9.011)	(6.794)	(6.728)	(7.025)
Total do resultado financeiro líquido	(8.141)	(5.580)	(5.686)	(6.303)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.595	36.537	43.275	27.924
Imposto de renda e contribuição social	(11.933)	(5.123)	(14.699)	(9.495)
Lucro líquido do exercício	22.662	31.414	28.576	18.429
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$	350,90	486,42	442,47	285,36

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., constituída em 9 de outubro de 2002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.336.882/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0027377-8.
Sede	Av. Marechal Câmara 160, Centro, CEP 20.020-080, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Data e número de Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta	Registro obtido em 27 de dezembro de 2011, sob o nº CVM/SRE/DEB/2011/015.
Acionista Controlador	Diretamente, a sociedade <i>holding</i> Isolux Energia e Participações S.A.
Diretor de Relações com Investidores	Sr. Angel Javier Casaseca de Prada, Diretor de Relações com Investidores, com endereço na sede da Emissora. Contato por meio de endereço eletrônico ri@isoluxcorsan.com.br ou por telefone (21) 3077-0077.
Atendimento aos acionistas	Contato por meio de endereço eletrônico ri@isoluxcorsan.com.br ou por telefone (21) 3077-0077.
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Jornais de Publicação	Jornal Valor Econômico (distribuição nacional), Diário Mercantil e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Website da Companhia	http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista . As informações constantes da página da Emissora na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.
Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, como anexos nas páginas 267 e 271 deste Prospecto, respectivamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS ADMINISTRADORES,
DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES**

Emissora

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Av. Marechal Câmara 160

20.020-080 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Javier Casaseca de Prada

Telefone: (21) 3077-0056

Fac-símile: (21) 3077-0060

Correio Eletrônico: ri@isoluxcorsan.com.br

Internet: <http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>

Coordenador Líder

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º

04543-011, São Paulo – SP

At.: Sr. Diego Salgado

Telefone: (11) 3012-5729

Fac-Símile: (11) 3012-5729

Correio Eletrônico: dsalgado@santander.com.br

Internet: www.santander.com.br

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

Coordenador Contratado

Banco Votorantim S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar

São Paulo – SP

At.: Roberto Roma

Telefone: (11) 5171-2612

Fax: (11) 5171-2656

Correio eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com

Internet: www.bancovotorantim.com.br

Consultores Legais

Consultor Legal da Emissora

Pinheiro Neto Advogados

Rua Hungria 1100

01455-000 São Paulo, SP

At.: Sr. José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles

Telefone: (11) 3247-8400

Fac-símile: (11) 3247-8600

Internet: www.pinheironeto.com.br

Consultor Legal do Coordenador Líder

Souza Cescon, Barrieu & Flesch Advogados

Rua Funchal 418, 11º andar

04551-060 São Paulo, SP

At.: Sr. Joaquim Oliveira

Telefone: (11) 3089-6500

Fac-símile: (11) 3089-6565

Internet: www.scbf.com.br

Agente Fiduciário

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas 500, bloco 13, sala 205

CEP 22.640-100 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Banco Mandatário e Escriturador

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar

CEP 06029-900 Osasco, SP

At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira

Telefone: (11) 3684-4522

Fac-símile: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Av. Pres. Wilson, 231, 22º andar

20030-905 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antônio Carlos Brandão

Telefone: (21) 3981-0665

Fac-símile: (21) 3981-0600

E-mail: antoniobrandao@deloitte.com

Internet: www.deloitte.com.br

Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 267 a 271 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Banco Santander (Brasil) S.A. - Coordenador Líder

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha, fundada em 1857, que, em 2007, participou do consórcio que realizou uma das mais importantes transações e o maior negócio da história da indústria bancária do mundo, ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN AMRO, por €71,0 bilhões, tornando-se o terceiro maior banco do País.

O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal.

O Grupo Santander entrou no mercado brasileiro em 1957, por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A.. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A.; em 1998, o Banco Noroeste S.A.; em 1999, o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.); e em 2000, adquiriu o Banespa.

Em 2004, o Santander no Brasil teve o *Asset Management* classificado como o melhor no *ranking* da Standard & Poor's.

No ano de 2005, recebeu o prêmio de melhor Tesouraria da América Latina, da revista Euromoney.

Em 2007, o consórcio formado pelos bancos Santander, RBS e Fortis adquiriu 86% das ações do banco holandês ABN Amro, por 71 bilhões de euros. No Brasil, com a compra do ABN Amro Real, o Santander tornou-se o terceiro maior banco do País.

Em 2009, o Banco Santander S.A. registrou lucro líquido de mais de €12,4 bilhões, tendo a América Latina representado 36,0% dos resultados do Santander no mundo, responsável por um lucro líquido de mais de €3,2 bilhões.

Em 2010, no Brasil, conforme divulgação do seu Informe de Resultado em IFRS de 2010, apresentou lucro líquido de R\$7.389 milhões, com crescimento de 34,05% (ou R\$1.874 milhões) em relação aos R\$5.508 milhões do mesmo período de 2009. O lucro antes de impostos de 2010 atingiu R\$9.724 milhões, aumentando em 39,1% frente a 2009. Os ativos representaram R\$374.663 milhões, com crescimento de 18,6% em doze meses e o Patrimônio Líquido totalizou R\$43.563 milhões (excluindo ágio de R\$28.312 milhões).

O Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro: Banco Comercial, Banco Global de Atacado e Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros.

O Banco Global de Atacado possui foco em clientes corporativos globais, atendendo aproximadamente 700 grandes empresas brasileiras e conglomerados multinacionais, incluindo algumas das maiores empresas do Brasil. O Banco Santander atende também subsidiárias de seus clientes globais. Os clientes deste segmento se beneficiam da estrutura global dos serviços fornecidos pelo Grupo Santander, por meio da integração global da rede de serviços bancários de atacado, soluções de serviços globais e experiência em mercados locais.

No mercado de renda fixa local, o Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como Coordenador Líder da maior operação da história do mercado brasileiro de renda fixa - a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda para os mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de Quotas Subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A.

Em 2010, o Santander (i) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como Coordenador Líder, finalizando a distribuição de 180.000 Quotas Seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi Coordenador Líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o Coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi Coordenador Líder de debêntures para Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., pelo valor de R\$406 milhões; (ix) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor de R\$405 milhões; (x) atuou como Coordenador na distribuição de Quotas Seniores do FIDC Lojas Renner no valor de R\$350 milhões; (xi) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor de R\$300 milhões; (xii) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A, pelo valor de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como Coordenador Líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões.

Banco Votorantim S.A. – Coordenador Contratado

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua seleta clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o Banco Central aprovou a aquisição de participação acionária do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Essa parceria atenderá aos anseios do Banco do Brasil S.A de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Banco Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e escritório de representação localizado em Londres. Além disso, em 16 de agosto de 2006, foi autorizado o funcionamento do Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque.

Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim

Na área de investment banking, o Banco Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessoria diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e bonds. Devido à forte atuação local, o Banco Votorantim atualmente ocupa a 6ª colocação no *ranking* doméstico de originação de emissões de longo prazo e a 4ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, referente ao ano de 2010.

Em 2010, o Banco Votorantim participou de 30 operações no mercado de capitais de renda fixa local, nas quais destacamos as emissões de Debêntures da Cemig (R\$ 2.700 milhões), Sabesp (R\$ 1.215 milhões), AES Tietê (R\$ 900 milhões), PDG Realty (R\$ 600 milhões) e Cetip (R\$ 900 milhões), as emissões de CRI da PDG Realty (R\$ 300 milhões) e Gafisa (R\$ 120 milhões) e as emissões de FIDCs da BV financeira nos volumes de R\$ 2 bilhões e R\$ 1,077 bilhão, Braskem (R\$ 600 milhões) e da Lojas Renner (R\$ 350 milhões). No mercado de renda fixa internacional, atuou em 14 operações, 6 delas como *Bookrunner*, com destaque para as emissões de Bonds do Banco do Brasil (US\$ 1,0 bilhão e US\$ 450 milhões) e Bradesco (US\$ 750 milhões).

Já em 2011 o Banco Votorantim concluiu no mercado local operação de Notas Promissórias da Via Rondon (R\$ 420 milhões e R\$ 450 milhões), da Renova Energia (R\$ 150 milhões) e da Valepar (R\$ 1.000); as emissões de Debêntures da Usina Jacarezinho (R\$ 112 milhões), da Cibe Participações (R\$ 300 milhões), da PDG Realty (R\$ 97 milhões), da Telemar Participações (R\$ 180 milhões), da ALL- América Latina Logística (R\$ 810 milhões), da MRV Log (R\$ 108 milhões), da Battistella (R\$ 120 milhões), da Viver (R\$ 100 milhões), da Atlantic (R\$ 19 milhões), da LDC-SEV (R\$ 382 milhões), da INPA (R\$ 75 milhões) e da Multiplan (R\$ 300 milhões); as emissões de CRI da WTC (R\$ 52 milhões), da Socicam (R\$ 16 milhões), da Even (R\$ 75 milhões), da Viver (R\$ 100 milhões) e da Lindecorp (R\$ 45 milhões), além das emissões no mercado externo, operações de Bonds do Banco do Brasil (EUR 750 milhões), Banco Votorantim (US\$ 750 milhões), Banco Votorantim (R\$ 1 bilhão), BNP Paribas (US\$ 100 milhões), do HSBC (US\$ 500 milhões) e do Banco do Brasil (US\$ 1,5 bilhões).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder
- Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Contratado
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capacidade de Pagamento
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 65 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Segue, abaixo, breve resumo de alguns dos termos da Oferta:

Emissora	Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. Para informações adicionais a respeito da Companhia, veja seção “Sumário da Emissora”, na página 17 deste Prospecto.
Coordenador Líder	Banco Santander (Brasil) S.A. Para informações adicionais a respeito do Coordenador Líder, veja seção “Apresentação do Coordenador Líder”, na página 31 deste Prospecto.
Coordenador Contratado	Banco Votorantim S.A. Para informações adicionais a respeito do Coordenador Contratado, veja seção “Apresentação do Coordenador Contratado”, na página 32 deste Prospecto.
Banco Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Formador de Mercado	Banco Santander (Brasil) S.A.
Oferta	A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em até série única, da Emissora, sob o regime de garantia firme de distribuição.
Debêntures	Serão emitidas 220.000 (duzentos e vinte mil) Debêntures, em série única.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44, da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos da Remuneração das Debêntures, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração”. Poderiam participar do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> os investidores do público alvo da Oferta, além de Pessoas Vinculadas até o limite de 10% do valor da Oferta. Não houve a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, com exceção ao Formador de Mercado. A vedação de colocação por Pessoas Vinculadas disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400, caso verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) do valor inicialmente ofertado, não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto, conforme previsto no artigo 55, parágrafo único da Instrução CVM 400.
Valor Total da Oferta	O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão.
Público Alvo da Oferta	As Debêntures serão colocadas junto a pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Prazo de Distribuição	O prazo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta é de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, (i) contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, (ii) ou até a data da publicação do anúncio de encerramento da Oferta, o que ocorrer primeiro.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em até Série única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do início do período de colocação das Debentures, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Debêntures de emissão da Companhia, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 400.
Capital Social	O capital social da Emissora atualmente encontra-se dividido em 64.582.206 ações ordinárias.
Destinação dos Recursos	Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados para (i) liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.410.3.1, celebrado com o BNDES em 21 de julho de 2004, cujo valor era de R\$70.508.789,02 (setenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e dois centavos) em 30 de setembro de 2011, (ii) o pagamento de dividendos e lucros acumulados, cujo valor, em 30 de setembro de 2011 era de R\$75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais); (iii) constituição das Contas de Garantia; e (iv) concessão de um empréstimo entre a Companhia e a controladora <i>holding</i> Isolux, no valor do saldo remanescente da Emissão. Para informações adicionais sobre a destinação dos recursos obtidos por meio da Oferta, vide subseção “Destinação dos Recursos” na página 69 deste Prospecto.
Liquidação Financeira	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Fatores de Risco	Para avaliação dos riscos associados ao investimentos nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 65 a 68 deste Prospecto Definitivo. Adicionalmente, para uma descrição completa de todos os riscos associados a Emissora, os investidores deverão ler os itens “4” e “5” do Formulário de Referência da Companhia.
Inadequação de Oferta	A Oferta não é destinada aos investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco”, nas páginas 65 a 68 deste Prospecto Definitivo.
Cronograma da Oferta	Consulte a seção “Informações Relativas à Oferta” a partir da página 39 deste Prospecto Definitivo.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta” a partir da página 39 deste Prospecto Definitivo.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia era de R\$64.582.206,00, dividido em 64.582.206 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, integralmente detidas pela Isolux.

Informações detalhadas sobre a composição do capital social da Companhia, bem como sobre o controle da Companhia, podem ser obtidas nos itens “15” e “17”, do Formulário de Referência da Companhia.

Autorizações Societárias

A Emissão e a Oferta foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011, e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional (respectivamente, “DOERJ” e “Valor Econômico”), conforme legislação aplicável, e protocolada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), em 11 de novembro de 2011.

Requisitos

A Oferta foi registrada perante a CVM, na forma da Lei nº 6.385, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis (“Registro da Oferta”).

Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures, em série única (“Debêntures”).

Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de R\$220.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão será o dia 11 de novembro de 2011.

Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.

Espécie

As Debêntures serão emitidas na espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.

Após o cumprimento da condição suspensiva e da constituição das respectivas Garantias (conforme definido abaixo), as Debêntures serão convoladas da espécie quirografária para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 3.20 da Escritura. Para avaliação dos riscos associados à convolação das Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco - Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 65 a 68 deste Prospecto Definitivo.

A Emissora deverá encaminhar à CETIP e à BM&FBOVESPA, cópia do aditamento à Escritura de Emissão, tão logo este seja registrado perante a JUCERJA.

Garantias

As Debêntures terão como garantias, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), (i) alienação fiduciária das ações detidas pela Isolux no capital social da Emissora; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos relativos às Contas de Garantia, conforme definido no item (ii) abaixo, estando a eficácia e validade da garantia descritas no item (i) acima condicionada à prévia liberação pelo BNDES das garantias, constituídas em razão do Financiamento BNDES. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados na Cláusula 2.1 dos Contratos de Garantia, as seguintes garantias passarão a ser válidas e eficazes (“Garantias”):

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pela Isolux no capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Isolux no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da Isolux no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), venham a substituir as ações alienadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (“Ações Alienadas” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente); e
- (ii) Cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas seguintes contas bancárias: (i) conta para depósito do montante decorrente da Oferta, para liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento BNDES (“Conta para Pagamento do Financiamento BNDES”); (ii) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida da Emissora (“Conta de Reserva de Amortização”); (iii) conta vinculada, que será ativada apenas na hipótese da Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão (“Conta de Complementação de ICSD”); (iv) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao custo operacional da Emissora relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional da Emissora durante os 3 (três) meses antecedentes, nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Conta Reserva de O&M” e, em conjunto com a Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, a Conta Reserva de Amortização e a Conta de Complementação de ICSD, as “Contas de Garantia”), de sua titularidade, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Emissora, o Banco Depositário e Arrecadador, e o Cessionário como interveniente-anuente (“Contrato de Administração de Contas” e “Cessão Fiduciária”)

O montante recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas à Emissora, a título de integralização das Debêntures, será depositado na Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, para pagamento do valor de principal e os juros relativos ao Financiamento BNDES. Após o pagamento do Financiamento BNDES, o Banco Depositário e Arrecadador utilizará os recursos remanescentes para o preenchimento da Conta de Reserva de Amortização e da Conta Reserva de O&M, sendo que os valores nela depositados serão movimentados única e exclusivamente pelo Banco Depositário e Arrecadador, mediante as instruções do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Após o pagamento do Financiamento BNDES e do preenchimento da Conta de Reserva de Amortização e da Conta Reserva de O&M, o Banco Depositário e Arrecadador, mediante as instruções do Agente Fiduciário, realizará a transferência dos valores remanescentes para conta de livre movimentação da Emissora e encerrará a Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, sendo que o comprovante de encerramento da referida conta deverá se entregue ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias após o encerramento da mesma.

A Emissora e o Agente Fiduciário ficam obrigados a celebrar aditamento à Escritura de Emissão, para formalizar a convolação da espécie quirografária das Debêntures para a espécie “com garantia real”, ficando estabelecido que não será necessário a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de AGD para aprovação do aditamento. A celebração do aditamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.1. da Escritura de Emissão. A convolação da espécie das Debêntures para “com garantia real” ocorrerá mediante o cumprimento de certas condições mencionadas em cada um dos Contratos de Garantia, quais sejam: (i) registro de cada um dos Contratos de Garantia nos respectivos cartórios indicados nos Contratos de Garantia; e (ii) anotação da alienação fiduciária de ações junto ao livro de registro de ações da Emissora, em qualquer caso, após a liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES. Todos os custos decorrentes do Aditamento e dos registros dos Contratos de Garantia aqui referidos serão arcados pela Emissora.

O valor das Ações Alienadas será determinado com base no cálculo realizado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor das ações} = \sum_{i=1}^n \frac{CGA_i}{(1+r)^i}$$

Onde:

n = número de anos remanescentes, contado à partir da data de cálculo, até o ano final da concessão, ou seja, 2032, inclusive.

CGA = Corresponde à geração de caixa da atividade, conforme definido na Escritura de Emissão, e que deverá ser considerando constante ao longo da existência da operação, exceto pela redução prevista de 50% desse valor em 2019 (inclusive) e diante.

$\frac{1}{(1+r)^i}$ = é o fator de desconto de cada CGA, de cada ano i.

r = é o custo médio ponderado de capital regulatório, conforme divulgado pela ANEEL, a ser observado pelo Agente Fiduciário no cálculo do desconto. O custo médio de capital regulatório deverá ser atualizado pelo Agente Fiduciário, com base no custo médio ponderado de capital divulgado pela ANEEL antes de quaisquer leilões do setor de transmissão de energia. O valor é divulgado pela ANEEL nos documentos vinculados a cada leilão de transmissão. Na data deste Prospecto, o custo médio ponderado de capital é aquele divulgado pela ANEEL no Leilão de Transmissão 004/2011, realizado em 02 de setembro de 2011, que fixou o custo médio ponderado de capital em 6,61%.

Na data deste Prospecto, o valor das Ações Alienadas é de R\$306.734.643,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais), calculado conforme fórmula acima.

Outros Contratos Relacionados à Garantia

Contrato de Administração de Contas

A administração das Contas do Projeto será realizada nos termos do Contrato de Administração de Contas, sendo a totalidade dos recursos nelas depositados cedidos fiduciariamente pela Emissora em favor dos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, observados os termos e condições abaixo:

Conta Movimento

Conta corrente de titularidade da Emissora, de livre movimentação, onde são depositados os pagamentos decorrentes do Contrato de Concessão e do Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 008/2003, firmado entre a Concessionária e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS. A Conta Movimento não poderá ser alterada pela Emissora sem a anuência formal da ANEEL e do Banco Depositário.

Conta de Complementação do ICSD

Esta Conta do Projeto será constituída e/ou preenchida apenas na hipótese descrita na Cláusula 7.1 (r) da Escritura de Emissão, a fim de evitar a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, em caso de: (i) não observância pela Emissora, em cada trimestre de apuração, ICSD mínimo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a Escritura de Emissão, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures; ou (ii) caso, em qualquer trimestre de apuração, o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, e a Emissora não deposite na Conta de Complementação, anteriormente à apresentação, ao Agente Fiduciário, do Relatório Trimestral, conforme definido na alínea “e” (ii) da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão, o valor necessário para que o ICSD Modificado atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), considerando o saldo da Conta de Complementação do ICSD no numerador da fórmula descrita na Escritura de Emissão.

Conta Reserva de O&M

Trata-se de conta bancária que é garantia da Emissão, devendo conter a qualquer tempo montante equivalente ao custo operacional da Emissora relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos da Emissora durante os 3 (três) meses antecedentes, podendo ser preenchida com recursos provenientes da Conta Movimento da Emissora e/ou por meio de Carta de Fiança, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

Inicialmente, os recursos dessa conta serão provenientes da própria Emissão, vindo diretamente da Conta para Pagamento do Financiamento BNDES.

Conta para Pagamento do Financiamento BNDES

A conta que tem por objetivo exclusivo receber o depósito dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures, necessários para pagamento do Financiamento BNDES. Esta conta será movimentável pelo Banco Depositário e ficará em vigor apenas enquanto o Financiamento BNDES não for liquidado em sua integralidade.

Trata-se de conta que é garantia da Emissão, onde será depositado integralmente o valor da Emissão. Após a quitação do Financiamento BNDES, os recursos remanescentes nessa conta serão destinados a (i) preenchimento da Conta Reserva de O&M; (ii) preenchimento da Conta Reserva de Amortização e (iii) o saldo remanescente será destinado à Conta Movimento e esta Conta para Pagamento do Financiamento BNDES será encerrada.

Conta Reserva de Amortização

Trata-se de conta bancária que é garantia da Emissão, devendo conter a qualquer tempo montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 meses do serviço da dívida da Emissora, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente das Debêntures, a qual deverá ser revista trimestralmente pela Emissora nos termos do Contrato de Administração de Contas, podendo ser preenchida com recursos provenientes da Conta Movimento e/ou por meio de carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha, ou qualquer outro instrumento de crédito, desde que aceitável pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

Inicialmente, os recursos dessa conta serão provenientes da própria Emissão, vindo diretamente da Conta para Pagamento do Financiamento BNDES.

Os recursos da Conta Reserva de Serviço da Dívida poderão ser transferidos pelo Agente Fiduciário em caso de falta de pagamento do serviço da dívida e tal conta poderá ser novamente preenchida com recursos de livre movimentação da Emissora, e/ou carta de fiança e/ou com recursos advindos da Conta Movimento os quais serão bloqueados no momento em que for verificada a falta de pagamento do serviço da dívida pelo Agente Fiduciário.



Distribuição e Negociação

As Debêntures da presente Emissão foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do e do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA e do Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A., sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

Prazo e Data de Vencimento

O vencimento das Debêntures será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2023, data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

Rendimento das Debêntures

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização (conforme definido abaixo) e pela Remuneração (conforme definido abaixo).

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), segundo a fórmula constante da Escritura (“Atualização”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura (“Remuneração”). A Escritura foi objeto de aditamento para refletir a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures.

Datas de Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito trimestralmente, juntamente com o pagamento da Amortização, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de fevereiro de 2012 e o último na Data de Vencimento.

Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”) será amortizado trimestralmente, a partir de 11 de fevereiro de 2012, conforme a tabela a seguir (“Amortização”). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização apurada trimestralmente, calculada conforme a Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização.

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
11/02/2012	1,7500%
11/05/2012	1,7500%
11/08/2012	1,7500%
11/11/2012	1,7500%
11/02/2013	1,8750%
11/05/2013	1,8750%
11/08/2013	1,8750%
11/11/2013	1,8750%
11/02/2014	2,1000%
11/05/2014	2,1000%
11/08/2014	2,1000%
11/11/2014	2,1000%
11/02/2015	2,2500%
11/05/2015	2,2500%
11/08/2015	2,2500%
11/11/2015	2,2500%
11/02/2016	2,5000%
11/05/2016	2,5000%
11/08/2016	2,5000%
11/11/2016	2,5000%
11/02/2017	2,6000%
11/05/2017	2,6000%
11/08/2017	2,6000%
11/11/2017	2,6000%
11/02/2018	2,8000%
11/05/2018	2,8000%
11/08/2018	2,8000%
11/11/2018	2,8000%
11/02/2019	2,6750%
11/05/2019	2,6750%

11/08/2019	2,6750%
11/11/2019	2,6750%
11/02/2020	0,9500%
11/05/2020	0,9500%
11/08/2020	0,9500%
11/11/2020	0,9500%
11/02/2021	1,6999%
11/05/2021	1,6999%
11/08/2021	1,6999%
11/11/2021	1,6999%
11/02/2022	1,8250%
11/05/2022	1,8250%
11/08/2022	1,8250%
11/11/2022	1,8250%
11/02/2023	1,9751%
11/05/2023	1,9751%
11/08/2023	1,9751%
11/11/2023	1,9751%

Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das S.A., desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras.

Para realização da Aquisição Facultativa, a Emissora deverá enviar carta de aviso aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, (“Aviso de Aquisição Facultativa”) que deverá incluir: (a) a data da Aquisição Facultativa das Debêntures em Circulação e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o valor a ser pago aos Debenturistas; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, serem objeto de aditamento a Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo Rendimento das demais Debêntures em Circulação.

Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e a seu exclusivo critério, a partir de 11 de novembro de 2017, inclusive, e somente a cada dia útil imediatamente posterior a uma data de Amortização das Debêntures, conforme cronograma previsto na Cláusula 5.2 da Escritura, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado”).

Vencimento Antecipado

Observadas as disposições abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, não sanada dentro do prazo de 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional;
- (d) caso a Emissora não mantenha, a cada trimestre de apuração, o montante requerido na Conta Reserva de O&M ou na Conta Complementação de ICSD, se aplicável, ou, mensalmente, o montante requerido na Conta Reserva de Amortização, a qual deverá ser revista trimestralmente pela Emissora, nos termos do Contrato de Administração de Contas, exceto se a Emissora complementar o saldo de cada uma das Contas de Garantia, conforme aplicável, em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega pela Emissora do Relatório Trimestral, conforme definido na cláusula 7.1. (e) (ii) abaixo;
- (e) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (f) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade, extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento,: (i) que acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo com o objetivo de intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade, extinção ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (h) a decretação de intervenção pela ANEEL, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (i) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “*leasing* operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- (j) cisão ou fusão da Emissora, ou incorporação que envolva a Emissora (seja como incorporada ou como incorporadora) ou qualquer forma de reorganização societária que envolva a Emissora, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em AGD convocada para este fim;
- (k) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em AGD convocada para este fim;
- (l) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;

- (m) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (n) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (o) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de suas dívidas, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora tiver sua falência decretada e/ou requerida, desde que nesta última hipótese referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;
- (p) caso a Emissora venha a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada;
- (q) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.20 da Escritura não estejam devidamente válidas e registradas perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, em até 20 (vinte) dias úteis contados da liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES;
- (r) (i) não observância pela Emissora, em cada trimestre de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures; **ou** (ii) caso, em qualquer trimestre de apuração, o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, e a Emissora não deposite em conta vinculada a ser aberta em seu nome (“Conta de Complementação do ICSD”) e que será constituída como garantia das Debêntures, anteriormente à apresentação, ao Agente Fiduciário, do Relatório Trimestral, conforme definido na alínea “e” (ii) da Cláusula 7.1, o valor necessário para que o ICSD Modificado atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), considerando o saldo da Conta de Complementação de ICSD no numerador da fórmula adiante;

Conforme rubricas a serem divulgadas em nota explicativa pela Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes anteriores à adoção do IFRS (“BR GAAP”), considera-se como “ICSD”, o resultado da seguinte equação:

$ICSD = A / B$, onde:

A – Geração de caixa da atividade:

- (+) Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Variação de Capital de Giro
- (-) Impostos

B – Serviço da Dívida:

- (+) Amortização de Principal de qualquer dívida contraída pela Emissora
- (+) Pagamento de Juros de qualquer dívida contraída pela Emissora, inclusive da Carta de Fiança

- O Fluxo de Caixa Operacional corresponde aos itens abaixo discriminados:
 - (+) Receita Líquida
 - (-) Custos e despesas operacionais (incluindo Imposto Sobre Serviços)
 - (-) CAPEX Líquido de Financiamentos
- Considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;
- Considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

[(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] – [Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo];
- considera-se como “CAPEX líquido de financiamentos”, os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos.

Considera-se como “ICSD Modificado”, o resultado da seguinte equação: $ICSDM = A / B$, onde:

A – Geração de caixa da atividade:

- (+) Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Variação de Capital de Giro
- (-) Impostos
- (+) Saldo da Conta de Complementação do ICSD

B – Serviço da Dívida:

- (+) Amortização de Principal da dívida
- (+) Pagamento de Juros da dívida

- O Fluxo de Caixa Operacional corresponde aos itens abaixo discriminados:
 - (+) Receita Líquida
 - (-) Custos e despesas operacionais
 - (+/-) CAPEX Líquido de Financiamentos
- Considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;
- considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

[(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] – [Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo]
- Considera-se como “CAPEX Líquido de Financiamentos” os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos.

- (s) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, durante o período em que as demonstrações financeiras trimestrais revisadas da Emissora apresentarem ICSD menor que 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo com exceção ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;

- (t) caso a Emissora contrate novos endividamentos em valor total superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção à Carta de Fiança que poderá ser contratada pela Emissora conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas;
- (u) caso a Emissora contrate junto a instituições financeiras novas contas correntes além daquelas por ela contratadas até a data de celebração da Escritura e dos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) caso a Emissora, na qualidade de mutuante, novos contratos de mútuo, salvo na hipótese de renovação ou prorrogação de contrato de mútuo, conforme o disposto no item “Destinação dos Recursos” na página 69 deste Prospecto, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (w) não apresentação para registro na JUCERJA do Aditamento, para formalizar a convolação da espécie quirografária das Debêntures para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 3.20.3 da Escritura e no prazo indicado na Cláusula 3.20.3 da Escritura; e
- (x) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.20 da Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens “a”, “c”, “f”, “h”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p”, “s”, “t”, “u”, “v” e “w” acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e os Contratos de Garantia.

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens “b”, “d”, “e”, “g”, “i”, “j”, “r” e “x” acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

Forma de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio do banco mandatário e escriturador para a Debêntures que não estiverem registradas no SND e/ou no Sistema de Negociação da BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta

Nº	Evento	Data Prevista para a Realização
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	19/08/2011
2.	Assembleia Geral Extraordinária aprovando a Emissão das Debêntures e a Oferta	10/11/2011
3.	Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta	16/11/2011
4.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	16/11/2011
5.	Início do <i>Roadshow</i>	16/11/2011
6.	Encerramento do <i>Roadshow</i>	23/11/2011
7.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	21/12/2011
8.	Registro da Oferta na CVM	26/12/2011
9.	Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do Resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	28/12/2011
	Início da Oferta	28/12/2011
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	28/12/2011
10.	Liquidação da Oferta	29/12/2011
	Início da negociação das Debêntures	29/12/2011
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	30/12/2011

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores da Oferta.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções “Informações Sobre a Oferta - Cancelamento, Suspensão, Revogação e Modificação da Oferta”, a partir da página 53 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, e na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>).

Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>).

Imunidade dos Titulares de Debêntures

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, conforme definido adiante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos Rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal Valor Econômico, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e da Escritura.

A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures

Os Coordenadores da Oferta efetuarão a distribuição das Debêntures no montante total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), sob o regime de garantia firme, sendo colocadas 220.000 (duzentos e vinte mil) Debêntures.

A Escritura será objeto de aditamento para refletir a Remuneração Final após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

Fica estabelecido que o Coordenadores da Oferta serão responsáveis, até o limite de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), pela subscrição e integralização, em regime de garantia firme, das Debêntures não colocadas perante investidores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início. A data da publicação do Anúncio de Início será acordada entre a Emissora e os Coordenadores, após a concessão do registro da Oferta na CVM.

Os Coordenadores da Oferta, com expressa anuência da Emissora, organizará a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM 400, por meio do Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores.

Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, além de Pessoas Vinculadas até o limite de 10% do valor da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) do valor inicialmente ofertado, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto, conforme previsto no artigo 55, parágrafo único da Instrução CVM 400.

Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta iniciarão a colocação das Debêntures após a concessão do registro da Oferta, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400 e, a publicação do Anúncio de Início da Oferta. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição organizado pelos Coordenadores da Oferta de acordo com o § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

Anteriormente ao Registro da Oferta, os Coordenadores da Oferta disponibilizarão ao público o Prospecto, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM nº 400, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores da Oferta de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública, sendo de 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures distribuídas sob o regime de garantia firme, perfazendo o montante de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

Havendo exercício da garantia firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro dos Coordenadores da Oferta.

Será permitida a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, até o limite de 10% do valor da Oferta, caso não haja excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Debêntures ofertadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores da Oferta aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do anúncio de encerramento da Oferta (“Anúncio de Encerramento”), o que ocorrer primeiro (“Prazo de Colocação”). O prazo de subscrição e integralização das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Emissão.

Os Coordenadores da Oferta estarão obrigados, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, a subscrever e integralizar, nos termos da Cláusula 6.1. do Contrato de Distribuição, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores até a Data de Liquidação definida na Cláusula 10.1 do Contrato de Distribuição. Será publicado, então, Anúncio de Encerramento.

Em caso de exercício da garantia firme, os Coordenadores da Oferta poderão revender as Debêntures, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis. Após tal data, caso os Coordenadores da Oferta tenham interesse em vender tais Debêntures objeto da garantia firme, o preço de revenda dessas Debêntures deverá estar em conformidade com as condições de mercado vigentes à época da venda e sujeita à conveniência e necessidade dos Coordenadores da Oferta.

Durante todo o Prazo de Colocação, as Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Subscrição, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Caso a distribuição pública das Debêntures não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, na forma e condições estabelecidas nos Prospectos, ficando, porém, desde já estabelecido que os recursos depositados serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza. O aqui disposto se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição pública da totalidade das Debêntures quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição pública das Debêntures.

Formador de Mercado

A Emissora contratou o Banco Santander (Brasil) S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235, 27º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42 para exercer a atividade de formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures, com a finalidade de (i) realizar operações destinadas a fomentar a liquidez das Debêntures no mercado; e (ii) proporcionar um preço de referência para a negociação das Debêntures, nos termos das normas aplicáveis.

O Formador de Mercado deverá colocar suas ofertas de compra e venda diária para as Debêntures (“Ofertas de Compra e Venda”), conforme os padrões estabelecidos pela CETIP e BVM&FBOVESPA, e que compreendam as quantidades mínimas de:

- (i) 50 (cinquenta) Debêntures no mercado eletrônico (através da Plataforma de Negociação Eletrônica – CetipNET, administrada e operacionalizada pela CETIP, e registradas no SND, administrado e operacionalizado pela CETIP); e
- (ii) 50 (cinquenta) Debêntures no mercado de balcão tradicional.

O Formador de Mercado, contudo, poderá deixar de exercer as suas atividades mediante comunicação à Companhia, durante: (i) o dia em que ocorrer um evento que ocasione um “*Circuit Break*”, nos termos do Capítulo 18 do Manual de Procedimentos Operacionais da BM&FBOVESPA; (ii) em situações especiais de mercado, nos termos do Manual de Normas para Formadores de Mercado no ambiente da CETIP, de 1º de julho de 2008; (iii) ocorrência de eventos graves de natureza política, conjuntural, econômica ou financeira, no Brasil ou em qualquer país que tenha influência adversa e direta no mercado de capitais brasileiro, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, bem como no caso de ocorrência de eventos que venham de qualquer forma alterar substancialmente as condições dos mercados, exclusivamente a critério devidamente comprovado do Formador de Mercado; ou (iv) ocorrência de qualquer alteração relevante adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora que possa impactar adversamente na capacidade de a Emissora cumprir com suas obrigações financeiras referentes à Emissão, exclusivamente a critério do Formador de Mercado.

O Contrato de Formador de Mercado, nos termos da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, está disponível para consulta na sede da CETIP.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da referida instrução.

Inadequação da Oferta

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de transmissoras de energia.

Cancelamento, Suspensão, Revogação e Modificação da Oferta

A Emissão poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Emissão; ou

II – se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro.

A eventual suspensão ou cancelamento da Emissão, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos, serão divulgados ao mercado imediatamente após a sua ocorrência, no DOERJ e no jornal Valor Econômico.

Na hipótese de suspensão da Emissão, os investidores poderão revogar a declaração de aceitação em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva comunicação informando sobre a suspensão da Emissão. Nesse caso, terão direito à restituição integral dos recursos eventualmente depositados pelos investidores para a subscrição das Debêntures, na forma e condições deste Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão.

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a Emissora e os Coordenadores poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo o valor dado pelos investidores em contrapartida às Debêntures ser restituído integralmente.

Na hipótese de modificação da Oferta, esta será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados pelos Coordenadores a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio, sendo certo que os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de (a) revogação da Oferta ou (b) revogação, pelos investidores, de sua aceitação, em virtude de modificação das condições da Oferta, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos sem adição de juros ou correção monetária, bem como com dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Custos da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Custos	Montante (em R\$)	% em relação ao valor total da Emissão
Comissão de Estruturação e Coordenação ⁽¹⁾	1.100.000,00	0,50
Comissão de Colocação ⁽¹⁾	1.350.000,00	0,61
Prêmio de Garantia Firme ⁽²⁾	1.100.000,00	0,50
Comissão de Sucesso	1.333.200,00	0,61
Comissão do Coordenador Contratado	250.000,00	0,11
Impostos	521.559,28	0,24
Despesas com Publicidade	41.270,00	0,02
Agências de Classificação de Risco	61.250,00	0,03
Taxa para registro na CVM	165.740,00	0,08
Assessores Legais (2 escritórios)	300.000,00	0,14
Auditores Externos	280.000,00	0,13
Outros Custos	15.000,00	0,01
Total dos Custos	6.519.019,28	2,96
Montante Líquido para a Companhia ⁽³⁾	213.481.980,72	97,04

⁽¹⁾ Devida apenas ao Coordenador Líder, será calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures efetivamente colocadas.

⁽²⁾ Devida apenas ao Coordenador Líder, será calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures objeto da garantia firme, independente de seu exercício.

⁽³⁾ Inclui despesas com taxa de registro da escritura, viagens, reuniões de *roadshow*, fotocópias no âmbito da Emissão, entre outros.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo da Oferta (R\$)	Custo Por Debênture (R\$)	% em relação ao Valor Nominal Unitário de distribuição
220.000	6.518.019,28	29,62	2,96

Procedimento de Liquidação

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos (“Liquidação Financeira”), dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início (“Data de Liquidação”).

A transferência à Emissora dos recursos resultantes da Emissão ocorrerá na Data de Liquidação, por meio de depósito ou de Transferência Eletrônica Disponível – TED (“TED”), na Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, de acordo com o Contrato de Administração de Contas.

Os valores relativos a integralizações realizadas após às 16:00 horas serão transferidos pelos Coordenadores da Oferta à Emissora no dia útil subsequente, observado ainda que, valores relativos a integralizações cujo pagamento do Preço de Subscrição das Debêntures esteja sujeito a compensação bancária serão transferidas à Emissora no 1º (primeiro) dia útil após a respectiva compensação bancária.

A Emissora efetuará, na mesma Data de Liquidação, o pagamento do referido comissionamento aos Coordenadores da Oferta, por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, para as contas que forem designadas pelos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta firmarão em favor da Companhia, recibo dando quitação das importâncias recebidas com a colocação das Debêntures.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a Standard & Poor’s Rating Services para elaborar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures. A Standard & Poor’s Rating Services atribuiu *rating* ‘brAA+’ às Debêntures.

Locais onde as Debêntures podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores da Oferta no endereço abaixo indicado, junto ao qual poderão, também, obter cópia deste Prospecto Definitivo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º, São Paulo – SP

Att.: Sr. Diego Salgado

Tel.: (11) 3012-5729 - Fax: (11) 3012-5729

Email: sdsalgado@santander.com.br

Internet: www.santander.com.br/prospectos. Neste *website*, acessar “Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em a Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, São Paulo – SP

At.: Roberto Roma

Telefone: (11) 5171-2612 - Fax: (11) 5171-2656

Correio eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

Internet: <http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas>. Neste *website*, acessar “Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em a Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano–, São Paulo – SP.

Avenida República do Chile, 230, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ

Tel: (11) 3111-1596 - Fax: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Internet: www.cetip.com.br/informacao_tecnica/prospectos_debentures.asp. Neste *website* acessar “Definitivo” na linha “Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”

BM&FBOVESPA

Praça Antonio Prado, 48

Rua XV de Novembro, 275

CEP: 01010-010

Internet: www.bmfbovespa.com.br. Neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.” e, posteriormente, “Informações Relevantes”. Acessar “Prospecto de Distribuição Pública”. No *website* acessar novamente “Prospecto de Distribuição Pública”.

Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures

A Oferta não é destinada aos investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco”, nas páginas 65 a 68 deste Prospecto Definitivo.

Informações Adicionais

Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Oferta e as Debêntures poderão ser obtidos na CVM ou nas sedes da Emissora e dos Coordenadores da Oferta.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Javier Casaseca de Prada

Tel.: (21) 3077-0056 - Fax: (21) 3077-0060

E-mail: jcasaseca@isoluxcorsan.com

Internet: <http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º, São Paulo – SP

Att.: Sr. Diego Salgado

Tel.: (11) 3012-5729 - Fax: (11) 3012-5729

Email: dsalgado@santander.com.br

Internet: www.santander.com.br/prospectos. Neste *website*, acessar “Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em a Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, São Paulo – SP

At.: Roberto Roma

Telefone: (11) 5171-2612 - Fax: (11) 5171-2656

Correio eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

Internet: <http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas>. Neste *website*, acessar “Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em a Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.”

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo - SP

Endereço Eletrônico: *www.cvm.gov.br* - neste website acessar em “acesso rápido” o item “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.” e posteriormente “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar em “Consultar” no quadro com o último prospecto definitivo disponibilizado. No website acessar “<http://www.isoluxcorsan.com/cachoeirapaulista/>”, nessa página, acessar “Formulário de Referência” e “Prospecto”.

Nos termos da Lei n.º 6.385/76 e da Instrução CVM n.º 400/03, a Companhia e o Coordenador Líder celebraram o Contrato de Colocação, por meio do qual a Companhia contratou o Coordenador Líder para realizarem a colocação pública das Debêntures.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Coordenador Líder.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Coordenador Contratado

Na data deste Prospecto, não há operações vinculadas à presente Emissão com o Coordenador Contratado.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Contratado como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 54 deste Prospecto, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora ao Coordenador Contratado, direta ou indiretamente, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não possui qualquer relacionamento com o Banco Santander. Não obstante, a Isolux mantém relacionamento comercial com o Banco Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

- Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.: mandato de assessoria financeira para obtenção de dívida para o projeto de curto e longo prazo celebrado em 29 de abril de 2009 e com os seguintes honorários: 0,3% (trinta centésimos por cento) sobre o total de recursos de financiamento ponte captado para o projeto e 0,6% (sessenta centésimos por cento) sobre o total de recursos de longo prazo captados. Em 29 de outubro de 2010, o Coordenador Líder recebeu o valor de R\$844.560,18 referente à comissão do empréstimo ponte. Até a presente data, a comissão referente aos recursos de longo prazo ainda não foi recebida.
- Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.: mandato de assessoria financeira para obtenção de dívida para o projeto de curto e longo prazo celebrado em 29 de abril de 2009 e com os seguintes honorários: 0,3% (trinta centésimos por cento) sobre o total de recursos de financiamento ponte captado para o projeto e 0,6% (sessenta centésimos por cento) sobre o total de recursos de longo prazo captados. Em 29 de outubro de 2010, o Coordenador Líder recebeu o valor de R\$844.560,18 referente à comissão do empréstimo ponte. Até a presente data, a comissão referente aos recursos de longo prazo ainda não foi recebida.
- Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.: carta de crédito de importação (LC Importação) no valor de USD 586.644,00 com início em 17 de junho de 2011 e vencimento em 15 de setembro de 2011. A comissão referente a esta carta de crédito é de 0,95% a.a. (noventa e cinco centésimos por cento ao ano).
- Isolux Projetos e Instalações Ltda: Cédula de Crédito Bancário – Conta Garantida nº 160489910 no montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), firmada em 8 de dezembro de 2010 e renovada, pela última vez, em 06 de junho de 2011 com vencimento em 02 de dezembro de 2011. Esta operação conta com aval do Grupo Isolux Corsán e possui uma remuneração de CDI + 4% a.a. (quatro por cento ao ano).
- Isolux Projetos e Instalações Ltda: Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 270489810 no montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), firmada em 8 de dezembro de 2010 e com vencimento em 02 de dezembro de 2011. Esta operação conta com aval do Grupo Isolux Corsán SA e possui uma remuneração de CDI + 3,50% a.a. (três inteiros e cinquenta centésimos ao ano).
- Isolux Energia e Participações S.A.: assessoria financeira na venda de sete linhas de transmissão da Isolux Energia e Participações S.A. e dos seus sócios (Lintran do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A.) para a State Grid Brazil Holding S.A.. Esta proposta de assessoria foi assinada com Santander em 04 de setembro de 2009 e a efetiva venda foi realizada em dezembro de 2011. Em 31 de janeiro de 2011, o Coordenador Líder recebeu da Isolux Energia e Participações S.A. o valor de R\$4.126.840,07 (quatro milhões, cento e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta reais e sete centavos) referente à comissão de assessoria.
- Além das operações descritas acima, o Santander possui um limite de R\$460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais) para um pacote de cartões corporativos com o Grupo Isolux no Brasil.

O Coordenador Líder exerce, ainda, a atividade de Formador de Mercado para a Oferta, conforme descrito na seção “Informações Sobre a Oferta – Formador de Mercado”, na página 52 deste Prospecto.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico e, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Custos de Distribuição” na página 55 deste Prospecto.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR CONTRATADO

Relacionamento do Coordenador Contratado com a Isolux

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não possui qualquer relacionamento com o Coordenador Contratado. Não obstante, a Isolux mantém relacionamento comercial com o Coordenador Contratado e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

1. Isolux Energia e Participações S.A.: 14 (quatorze) Operações de Derivativos de Swap de Moedas, contratadas em 01 e 02 de fevereiro de 2011, amortizadas mensalmente, com vencimentos finais até 25 de abril de 2012, no valor aproximado de R\$ 87.500.000,00 (oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais), considerando a PTAX apurada 30 de setembro de 2011;
2. Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A.: Operação de Fiança Bancária prestada à Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A., sociedade na qual a Isolux Energia e Participações S.A. detém participação de 55% (cinquenta e cinco por cento), no valor aproximado de R\$50.200.000,00 (cinquenta milhões e duzentos mil reais), com início em 16 de fevereiro de 2011 e vencimento em 15 de agosto de 2012; e
3. Isolux Energia e Participações S.A.: O Coordenador Contratado é detentor de debêntures da 1ª emissão da Isolux Energia e Participações S.A., no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão, qual seja 18 de junho de 2010, e com vencimento em 18 de junho de 2013, sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 4,35% ao ano.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Contratado e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Contratado e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico e, exceto pelas comissões decorrentes da Oferta, conforme descritas no item “Custos de Distribuição” na página 55 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes das seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, iniciadas nas páginas 14 e 27, respectivamente, do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Emissora. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Emissora atualmente ou que a Emissora considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Emissora.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures e na capacidade de pagamento da Emissora das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção inclui os principais fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver seções “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora”, na página 20 deste Prospecto, “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, iniciadas nas páginas 14 e 27, respectivamente, do Formulário de Referência.

Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures

Ao serem emitidas as Debêntures serão da espécie Quirografária e só serão convoladas em Debêntures com Garantia Real após a liberação das garantias do Financiamento BNDES. As ações da Companhia encontram-se atualmente oneradas em favor do credor do Financiamento BNDES e são conferidas aos Debenturistas sob condição suspensiva de quitação de referida dívida, bem como da verificação de outras condições.

As Debêntures a serem emitidas são da espécie quirografária e só serão convoladas em Debêntures da espécie com garantia real mediante efetiva liberação das garantias do Financiamento BNDES. As garantias reais da presente emissão foram concedidas sob condição suspensiva, estando sua eficácia e validade condicionadas à liberação pelo BNDES, credor do Financiamento BNDES, das garantias reais que, atualmente, garantem referida dívida.

Durante o lapso de tempo compreendido entre a aquisição inicial das Debêntures e a liberação das garantias do Financiamento BNDES e a devida averbação e registros das garantias da presente emissão, conforme indicado no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária de Contas, as Debêntures serão da espécie quirografária.

A limitação na execução das garantias do Financiamento BNDES poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas

Após implementação da condição suspensiva a que estão sujeitas as garantias reais, nos termos da Cláusula 2.1 dos Contratos de Garantia, as Debêntures passarão a ser garantidas por (i) alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pela Isolux no capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Isolux no capital social da

Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da Isolux no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), venham a substituir as ações alienadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido); e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas seguintes contas bancárias: Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, Conta de Reserva de Amortização, Conta de Complementação de ICSD, Conta Reserva de O&M, conforme abaixo definidas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Emissora, o Banco Depositário e Arrecadador, e o Cessionário como interveniente-anuente. Para mais informações vide Seção “Informações Relativas à Oferta - Garantias”, na página 40 deste Prospecto.

O processo de excussão da garantia real das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o controle da Emissora ou de seus respectivos credores. O produto da excussão das Garantias pode não corresponder aos valores pelos quais referidos direitos e/ou ativos foram avaliados ou pode não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures.

A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, sendo que tal categoria não permite que suas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários. Assim, as ações dadas em garantia não possuem nenhuma liquidez, o que pode afetar adversamente o seu preço de venda, em caso de exercício da garantia real. Ademais, a venda das ações objeto da garantia real que resultar em alteração do controle acionário da Companhia está condicionada à aprovação prévia da ANEEL, o que pode resultar em atrasos no processo de venda e na limitação dos participantes no processo de alienação das ações empenhadas.

As garantias reais podem não ser constituídas, uma vez que estão condicionadas a eventos futuros.

A eficácia e a validade das garantias objeto da presente Oferta estão condicionadas à prévia liberação pelo BNDES das garantias constituídas em seu favor no Financiamento BNDES. A liberação das garantias ocorrerá mediante a quitação do Financiamento BNDES. Se houver qualquer contratempo com relação à liberação das garantias atualmente existentes em favor do BNDES, as Garantias poderão não ser constituídas, ou poderão tardar a ser constituídas; e, neste caso, enquanto não tiverem sido constituídas, as Debêntures serão da espécie quirografária.

Durante o lapso de tempo compreendido entre a aquisição inicial das Debêntures e a liberação das garantias do Financiamento BNDES e a devida averbação e registros das Garantias, as Debêntures serão da espécie quirografária.

Novos ônus e gravames poderão ser constituídos nas Ações Alienadas e nos Direitos Cedidos.

A companhia poderá constituir, desde que previamente autorizada pelos Debenturistas em AGD convocada para tal fim, novos ônus e gravames nas Ações Alienadas ou nos Direitos Cedidos, o que poderá reduzir a eficácia das Garantias, caso ocorra o vencimento antecipado das Debêntures.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, não observância de certos índices financeiros, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado, a exclusivo critério da Emissora.

Uma vez que as Debêntures poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Resgate Antecipado Facultativo”, na página 45 deste Prospecto, e na Escritura de Emissão, na página 105 deste Prospecto, os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliário ofertada, será permitida a participação de Pessoas Vinculadas, até o limite de 10% do valor da Oferta, inclusive de sociedades integrantes do grupo econômico das controladoras da Emissora. No contexto da Oferta, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá causar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Emissora pretende utilizar os recursos líquidos a serem auferidos em decorrência da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta, da seguinte forma: (i) 32,05% (trinta e dois inteiros e cinco centésimo por cento) para a liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.410.3.1 celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 21 de julho de 2004, com prazo de 155 meses e taxa de juros de 5% e cujos recursos foram utilizados na captação dos recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas; cujo saldo devedor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$70.508.789,02 (setenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e dois centavos); (ii) 29,47% (vinte e nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) para a concessão de um contrato de empréstimo entre a Emissora e a Isolux, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com taxa de juros de 2% (dois por cento) ao ano + variação do CDI, no valor de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) (“Mútuo”); (iii) o pagamento de dividendos e lucros acumulados, cujo valor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais); e (iv) a constituição das Contas de Garantia, nos termos previstos neste Prospecto e na Escritura de Emissão. Os recursos destinados à Isolux em decorrência da celebração do Mútuo e do pagamento de dividendos e lucros acumulados, conforme indicado nos itens (ii) e (iii) acima, serão utilizados para a integralização progressiva de capital em empresas de seu grupo econômico de atuação no setor de energia brasileiro, a saber: (a) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.; (b) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.; (c) Jauru Transmissora de Energia S.A.; e (d) Taubaté Transmissora de Energia S.A. (conforme indicado na tabela abaixo):

Destinação de Recursos	Percentual ⁽¹⁾
Liquidação do saldo devedor do Contrato com BNDES ⁽²⁾	32,05%
Contrato de Empréstimo entre a Emissora e Isolux	29,47%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	34,48%
Constituição de conta garantia	4,00%
Total	100%

⁽¹⁾ Os valores são aproximados, com base nos números de 30 de setembro de 2009.

⁽²⁾ O saldo devedor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$70.508.789,02 (setenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e dois centavos). Vencimento em 15 de junho de 2017 e juros de 5% (cinco por cento) ao ano acima da TJLP, para os Subcréditos “A” e “B” e juros de 5% (cinco por cento) ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado.

A destinação dos recursos auferidos por meio desta Oferta impactará imediatamente a situação patrimonial da Emissora em decorrência da utilização de parcela dos recursos para amortização de dívida da Emissora, e, conseqüentemente, impactará os resultados futuros da Emissora. Para informações adicionais sobre o impacto da Oferta na situação patrimonial da Emissora, vide seção “Capitalização”, na página 73 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os Administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Segue abaixo a descrição dos fluxos de caixa da Emissora no período de seis meses encerrados em 30 de setembro de 2011:

(R\$ mil)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	26.065
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	-
Dividendos	(10.793)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(14.902)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(25.695)
Aumento (Redução) do Caixa (Disponibilidades e Aplicações Financeiras)	370

Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores – Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos”, na página 56 do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento de curto e de longo prazo da Emissora, em bases efetivas, a partir das informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB, e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos de aproximadamente R\$215 milhões provenientes da emissão de 220.000 Debêntures no âmbito da Emissão, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Emissão a serem pagas pela Emissora, e pagamento do Financiamento BNDES.

(R\$ milhões)

	Efetivo	Ajustado pela Oferta e pelo Resgate ^(*)
Passivo Circulante	12.564	11.550
Empréstimo e Financiamentos	12.564	11.550
Encargos de Dívida		
Dividendos a Pagar		
Passivo Não Circulante	58.246	208.450
Empréstimo e Financiamentos	58.246	208.450
Patrimônio Líquido	150.111	74.257
Capital Social	64.582	64.582
Reserva de Capital e Legal	9.675	9.675
Reservas de Lucros	75.854	0
Capitalização Total	220.921	294.257

(*) Ajustado para refletir (i) o recebimento de recursos líquidos da Oferta, no valor de aproximadamente R\$215 milhões, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora; (ii) o pagamento do Financiamento BNDES e; (iii) o pagamento de lucros acumulados e dividendos retidos cujo valor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$ 75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais). Desta maneira, estes ajustes não refletem eventuais impactos oriundos do contrato de empréstimo entre a Emissora e a Isolux.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção “10.1 Comentários dos Diretores – Alterações Significativas em Cada Item das Demonstrações Financeiras”, na página 58 do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Estatuto Social da Emissora

Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta

Escritura de Emissão

Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão

Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

Contrato de Cessão Fiduciária de Contas

Relatório de Classificação de Risco das Debêntures

Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

23

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

NIRE 33.3.0027377-8

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 18 de agosto de 2011**

Data, Horário e Local: 18 de agosto de 2011, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, n.º 169, sala 1.817, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Mesa: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada, designando como secretário o Sr. Lauro Marcelo da Cruz Finto.

Convocação: Dispensada nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a abertura de capital da Companhia, cujo registro será solicitado à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nos termos da Instrução da CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixação da remuneração global anual da Administração para o exercício de 2011; e (iv) atualização e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações Tomadas por Unanimidade: Foi aprovado pelos acionistas sem qualquer restrição: (i) a abertura de capital da Companhia, autorizando a Diretoria a praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação de tal deliberação; (ii) a eleição do Sr. **Santiago Varela Ullastres**, espanhol, casado, economista, portador do passaporte espanhol nº AAB443978, residente e domiciliado na Cidade de Madrid, Espanha, na Rua Caballero Andante, n.º 8, para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia, e dos Srs. **Eugenio**

Assinaturas

Assinatura

Ramón Sar Gomez, espanhol, casado, administrador, portador do passaporte espanhol nº 32.383.323-J, residente e domiciliado na Cidade de Madrid, Espanha, na Rua Caballero Andante, n.º 8 e **Angel Javier Casaseca de Prada**, espanhol, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Epitácio Pessoa nº 4.446, apto 703, Lagoa, portador da Cédula de Identidade RNE nº V328.788-1, e inscrito no CPF sob o nº 057.423.267-26, esses dois últimos, para ocuparem os cargos de conselheiros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. O mandato dos membros do Conselho de Administração ora eleitos será de 3 (três) anos. Os conselheiros ora eleitos apresentaram a declaração de desimpedimento nos termos da legislação aplicável e tomarão posse de seus cargos mediante assinatura do termo de posse; (iii) a fixação da remuneração global anual da Administração para o exercício de 2011, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua respectiva distribuição, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social ora aprovado; (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas na assembleia geral extraordinária de 14 de março de 2011, bem como sua revisão, e remuneração de seus artigos, refletindo o seguinte: (a) inclusão de novo artigo 18, referente às competências da assembleia geral; (b) alteração do artigo 19, *caput* (antigo artigo 18, *caput*), adicionando a possibilidade das assembleias gerais serem convocadas por qualquer membro do conselho de administração regularmente eleito e empossado; (c) alteração do artigo 19 (antigo artigo 18), parágrafo segundo, para incluir a possibilidade do conselheiro designado pelo presidente do conselho de administração presidir a assembleia geral; (d) alteração do artigo 19 (antigo artigo 18), parágrafo quarto, para ajustar a regra das convocações das assembleias gerais a uma companhia aberta; (e) supressão de suplentes no conselho de administração, nos artigos 27, *caput* (antigo artigo 26, *caput*) e 27, parágrafo segundo (antigo artigo 26, parágrafo terceiro); (f) supressão, no artigo 27, *caput* (antigo artigo 26, *caput*) da obrigatoriedade dos conselheiros serem acionistas da companhia; (g) exclusão do artigo 27 (antigo artigo 26), parágrafo primeiro, a respeito da obrigatoriedade do presidente do conselho de administração presidir a assembleia geral; (h) inclusão, no artigo 27, parágrafo nono (antigo artigo 26, parágrafo décimo), de observância às demais disposições do Estatuto Social com relação à ~~regra para~~ presidência das assembleias gerais; (i) criação, no artigo 28, *caput* (antigo artigo 27, *caput*) da figura de diretor de relações com investidores, bem como o prazo do mandato para a diretoria, suprimindo a possibilidade do conselho de administração eleger como diretor geral o presidente de tal conselho; (j) inclusão, no artigo 28 (antigo artigo 27), parágrafo terceiro, das competências do diretor

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2011 às 10:00 horas]

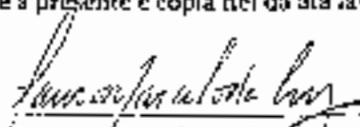
relações com investidores; (ii) alteração do artigo 28 (antigo artigo 27), parágrafos quinto e sexto, a respeito das regras de representação da Companhia; e (iii) criação do parágrafo quarto ao artigo 31 (antigo artigo 30) acerca da obrigatoriedade das demonstrações financeiras da Companhia serem auditadas por auditores independentes registrados na CVM. Por consequência, o Estatuto Social, modificado e consolidado, já consideradas as alterações acima referidas e outros ajustes pertinentes, passa a vigorar na íntegra nos termos do Anexo I à presente Ata.

Fica consignado que a proposta de reformulação do Estatuto Social da Companhia foi submetida à análise prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo sido obtida tal aprovação em 17 de agosto de 2011.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Local e Data: Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2011. **Mesa:** Angel Javier Casaseca de Prada, Presidente; Lauro Marcelo da Cruz Pinto, Secretário. **Acionistas presentes:** Isolux Energia e Participações S.A. e Isolux Projetos e Instalações Ltda. **Conselheiros eleitos:** Santiago Varela, Eugenio Ramón Sar Gomez e Angel Javier Casaseca de Prada.

Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.


Lauro Marcelo da Cruz Pinto
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NOME: ISOLUX PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 07.073.757/0001-88
P. Inscrição: 00.237.110.022-70
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SEM DÚVIDA
00002250064

DATA: 25/10/2011

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NOME: ISOLUX PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 07.073.757/0001-88
P. Inscrição: 00.237.110.022-70
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SEM DÚVIDA
00002250064
DATA: 25/10/2011
SECRETARIA

60/

Apêndice I

Estatuto Social da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

NIRE 33.3.0027377-8

Capítulo I

Denominação, Duração, Sede e Objeto

Artigo 1º - A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Sociedade possui prazo de duração indeterminado.

Artigo 3º - A Sociedade tem sua sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160 – sala 1.817, CEP 20020-080, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir e fechar filiais, agências e escritórios, em qualquer localidade, do Brasil ou do exterior.

Parágrafo Único - A Sociedade possui uma filial na Avenida Dr. João Guilhermino, 261, sala 92, Edifício Metropolitan Office, Centro, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP 12.210-131.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, fiscalização e coordenação na execução da implantação e operação da linha de transmissão de energia elétrica, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.



61/

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10:00 horas]

Capítulo II

Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$64.582.206,00 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e seis reais), dividido em 64.582.206 (sessenta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e duas mil, duzentas e seis) ações ordinárias, todas nominativas, e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Parágrafo Primeiro - A propriedade das ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo titular no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Sociedade deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor juntamente com 01 (um) procurador legal com poderes especiais.

Parágrafo Segundo - A cada ação ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Capítulo III

Restrições Sobre a Venda e Transferência de Ações

Artigo 6º - Salvo quando expressamente disposto em contrário, em acordo entre todos os acionistas da Sociedade, devidamente averbado na Sociedade, todas as ações representativas do capital social da Sociedade, atualmente ou doravante pertencentes aos acionistas, bem como todos os direitos inerentes (as "Ações"), o direito de subscrever novas ações e as novas ações recebidas em decorrência do desdobramento de Ações não serão, direta ou indiretamente, vendidas, cedidas, gravadas, transferidas ou agregadas ao capital de qualquer outra sociedade, ou de qualquer outra forma alienadas, sem que antes sejam cumpridas as disposições previstas neste Capítulo.

Artigo 7º - Qualquer cessão de Ações estará sujeita à total e incondicional aceitação dos termos e condições deste Estatuto Social pelo respectivo comprador.

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10:00 horas]

Artigo 8º - O acionista que desejar vender, ceder, gravar, transferir ou de outra forma alienar as Ações de sua propriedade (o "Acionista Ofertante"), e tiver recebido uma oferta de um terceiro (a "Oferta"), deverá notificar os outros acionistas (doravante designados "Acionistas Remanescentes") desses fatos, informando o número de Ações oferecidas, os termos e condições da referida oferta e o nome de tal terceiro.

Artigo 9º - Os Acionistas Remanescentes terão um prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de tal notificação, para adquirir todas, e não menos que todas, as Ações oferecidas ou para exercer o direito assegurado no Artigo 19 abaixo. Caso tais Ações não sejam adquiridas pelos Acionistas Remanescentes, neste período de tempo, o Acionista Ofertante poderá, dentro de 60 (sessenta) dias consecutivos após o término do prazo acima, vender, transferir ou ceder o respectivo número de Ações ao respectivo terceiro, por um preço e em termos e condições não mais favoráveis ao terceiro que aqueles descritos na Oferta apresentada pelo respectivo terceiro, conforme apresentada na notificação enviada pelo Acionista Ofertante, desde que, no entanto, antes de tal venda, transferência ou cessão, o terceiro envie aos Acionistas Remanescentes um instrumento por escrito, juridicamente vinculante, expressando sua total e incondicional concordância em submeter-se aos termos deste Estatuto Social e assumir as obrigações do Acionista Ofertante sob este Capítulo com relação às Ações a serem transferidas.

Artigo 10º - É condição prévia para qualquer venda, cessão, gravame ou transferência de Ações que o acionista que tenha transferido suas Ações tome as devidas medidas para que os membros do Conselho de Administração indicados por ele renunciem a seus respectivos cargos, uma vez concluída a venda.

Artigo 11 - As Ações não serão caucionadas, dadas em garantia, nem sofrerão qualquer outro tipo de encargo ou gravame sem o consentimento prévio por escrito de todos os acionistas. Se qualquer caução ocorrer em decorrência de uma ordem judicial, o acionista que for proprietário de tais Ações implementará todas as medidas necessárias para a substituição do objeto de tal caução por outro bem.

Artigo 12 - As restrições referentes à venda, cessão, gravame ou transferência de Ações ora estabelecidas não serão aplicadas em transferência para afiliadas dos acionistas, contanto que (i) a afiliada compradora ou beneficiada firme adesão,

por escrito e anterior à transferência, aos termos e condições ora estabelecidos e (ii) o acionista que transferir suas Ações permaneça solidariamente responsável por todas as obrigações decorrentes de acordos de acionistas firmados entre acionistas da afiliada compradora ou beneficiada. Para os fins deste Estatuto Social, o termo afiliada significará qualquer pessoa que controle o acionista ou que seja controlado pelo acionista ou que seja controlada pelo mesmo controlador do acionista. Controle, no contexto deste Estatuto Social, significa a propriedade de participação societária, de forma direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital votante e o poder de indicar a maioria dos administradores.

Artigo 13 – Sem prejuízo do disposto acima, os acionistas desde já reconhecem e aceitam que nenhuma Ação poderá ser vendida, cedida, gravada ou transferida, caso tal venda, cessão, gravame ou transferência seja prejudicial aos interesses da Sociedade.

Artigo 14 – Os acionistas concordam que, caso um terceiro manifeste interesse em se tornar acionista da Sociedade e caso todos os acionistas concordem com o ingresso deste terceiro na Sociedade, então (i) os acionistas deverão fazer com que a Sociedade solicite à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as devidas autorizações para que tal terceiro se torne acionista da Sociedade; e (ii) os acionistas deverão ter suas respectivas participações no capital da Sociedade igualmente reduzidas para acomodar o ingresso de novo acionista.

Artigo 15 – A alienação, direta ou indireta, do controle da Sociedade somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações de propriedade dos demais acionistas da Sociedade, de modo a lhes assegurar preço no mínimo igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, de um mínimo 70% (setenta por cento) deste valor para os detentores de ações sem direito a voto, garantida a aplicação, no que não diferir deste dispositivo, do Artigo 254-A e seguintes da Lei n.º 6.404/76 e da legislação correlata.

Artigo 16 – Em qualquer caso, a venda, cessão ou transferência de Ações exigirá a prévia aprovação por escrito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sempre que assim exigido por lei, ou pelo contrato de concessão n.º 084/2002, de 20 de dezembro de 2002.

(Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 19:30 horas)

Artigo 17 - Qualquer venda, cessão, gravame ou transferência de Ações ou criação de qualquer obrigação diferente das previstas neste Capítulo não terá validade.

Capítulo IV **Assembleias Gerais**

Artigo 18 - A Assembleia geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 19 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um de seus membros regularmente eleitos e empossados, quando entender conveniente ou necessário, observado o disposto no Artigo 27, Parágrafo Oitavo, "g", deste Estatuto, ou pelos acionistas da Sociedade nos termos do Artigo 123, parágrafo único, "b", da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia será presidida pelo conselheiro por ele designado; na falta do Presidente e do conselheiro por ele designado, a Assembleia será presidida pelo acionista que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos presentes e secretariada por quem ele indicar.

Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais se instalarão nos termos do Artigo 125 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Quarto - A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por (três) vezes, no mínimo, com prazo de antecedência de 15 (quinze) dias em primeira convocação e de 8 (oito) dias em segunda convocação, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia.

Artigo 20 - Só poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a sua realização.

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10:00 horas]

11

Parágrafo Único – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais da Sociedade por procuradores devidamente constituídos nos termos da lei.

Artigo 21 – As Assembleias Gerais da Sociedade serão ordinárias ou extraordinárias, devendo realizar-se conforme segue: (a) ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, de acordo com o Artigo 132 da Lei n.º 6.404/76; e (b) extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente.

Artigo 22 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por acionistas detentores de, no mínimo, a maioria do capital social total votante da Sociedade, não se computando os votos em branco.

Capítulo V **Administração**

Artigo 23 – A administração da Sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 24 – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 03 (três) anos, sendo admitida a reeleição. Os Conselheiros e Diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 25 – A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua respectiva distribuição. Os Conselheiros e os Diretores poderão renunciar ao seu direito à remuneração.

Artigo 26 – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura de termo nos livros das Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 149 a 158 da Lei n.º 6.404/76.

42

Capítulo VI

Conselho de Administração

Artigo 27 – O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pelos acionistas, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Findo o prazo de mandato previsto neste Artigo, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos sucessores.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de falta ou impedimento do Conselheiro efetivo, a representação poderá ser atribuída a qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, que seja designado através de autorização específica para este fim emitida pelo Conselheiro efetivo substituído. Em qualquer hipótese, cada um dos membros do Conselho de Administração somente terá direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração, que poderá ser exercido pessoalmente ou através de mandatário que seja membro do Conselho de Administração. Em caso de vacância do titular, os demais Conselheiros nomearão o seu substituto que funcionará até a próxima Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões do Conselho de Administração acompanhados por um assessor, que não terá direito a voto.

Parágrafo Quarto – O Conselho de Administração da Sociedade reunir-se-á, quando necessário, mediante convocação de 2 (dois) de seus membros, por carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis. A carta indicará a data, hora e local da Reunião de Sócios, bem como a ordem do dia. Considerar-se-ão sanadas as faltas ou eventuais irregularidades quanto ao cumprimento das formalidades para convocação previstas neste item, nas reuniões em que estiverem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração, por si ou representados na forma deste Artigo.

Parágrafo Quinto – As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de 3 (três) Conselheiros

presentes ou devidamente representados. Em segunda convocação, que deverá ocorrer no mínimo 24 (vinte e quatro) horas após o horário estipulado para a primeira convocação, o Conselho de Administração poderá instalar-se e validamente deliberar, com a presença de 2 (dois) Conselheiros presentes ou devidamente representados.

Parágrafo Sexto – As deliberações tomadas em reuniões do Conselho de Administração que tenham sido regularmente convocadas obrigarão os membros do Conselho de Administração ausentes.

Parágrafo Sétimo – As deliberações do Conselho de Administração devem ser registradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no registro do comércio competente.

Parágrafo Oitavo – Compete privativamente ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria da Sociedade; (b) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou quaisquer outros atos que julgar necessário; (d) manifestar-se sobre o relatório, os balanços e contas apresentados pelo Diretor Geral; (e) autorizar a participação da Sociedade em outras sociedades; (f) autorizar a compra e alienação de bens do ativo ~~permanente, bem~~ como a constituição de ônus reais sobre os mesmos; e (g) autorizar ~~o Presidente~~ do Conselho, ou seu substituto, a convocar as Assembleias Gerais de acionistas, bem como implementar suas respectivas decisões.

Parágrafo Nono – O Presidente do Conselho de Administração será eleito ~~pela~~ totalidade dos votos dos membros efetivos, competindo-lhe: (a), ~~presidir as~~ Assembleias Gerais de acionistas, observadas as disposições deste Estatuto Social, dirigir e orientar os seus respectivos trabalhos, os quais serão ~~reduzidos a termo~~ lavrado em livro próprio; (b) coordenar a atividade dos outros Conselheiros e estabelecer a orientação geral das atividades do Conselho de Administração; e (c) desempenhar as funções de Diretor Geral, quando assim seja determinado especificamente pelo Conselho de Administração.

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 19:00 horas]

Parágrafo Décimo – Exceto conforme previsto no Parágrafo Décimo Primeiro e no caput do Artigo 28 abaixo, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria de seus membros.

Parágrafo Décimo Primeiro – A aprovação e modificação dos termos e condições do plano de longo prazo para financiamento do Projeto de Transmissão exigirá a prévia, expressa e unânime aprovação dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, designados segundo os termos deste Artigo, ficando ajustado que, caso não seja possível a aprovação, pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, então a aprovação ou modificação dos termos e condições do plano de longo prazo para financiamento do Projeto de Transmissão deverão ser submetidos ao exame e aprovação pela maioria dos acionistas em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

Capítulo VII

Diretoria e Representação da Sociedade

Artigo 28 – A Diretoria da Sociedade será composta por 3 (três) Diretores que ocuparão as seguintes cargos: 1 (um) Diretor Geral, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor sem designação específica. Todos eles serão nomeados por unanimidade de votos pelos membros do Conselho de Administração e destituídos pela maioria dos membros do Conselho de Administração. Os Diretores terão prazo de mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores da Sociedade poderão ser acionistas ou não, residentes no país, nomeados e destituídos nos termos da legislação aplicável, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Cada um dos Diretores terão as seguintes atribuições: (a) administrar a Sociedade de forma coordenada; (b) supervisionar as atividades da Sociedade; (c) aprovar o quadro de funcionários, determinando suas atribuições e respectivos proventos; (d) elaborar as instruções que forem necessárias para o desenvolvimento das operações da Sociedade.

Parágrafo Terceiro – Além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social, compete: (a) ao Diretor Geral coordenar as atividades da

(Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10:00 horas)

Diretoria e representar a Sociedade em juízo ou fora dele, observado o disposto no Parágrafo Sexto abaixo; (b) ao Diretor de Relações com Investidores (i) prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, às bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Sociedade forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Sociedade perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Sociedade forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei; e (c) ao Diretor sem designação específica, a coordenação as atividades econômicas, financeiras e administrativas da Sociedade.

Parágrafo Quarto – Em caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, estes serão substituídos por outro membro da Diretoria.

Parágrafo Quinto – Observado o disposto no Parágrafo Sétimo abaixo, quaisquer dois Diretores poderão, em conjunto, nomear procuradores para representar a Sociedade nos limites dos poderes específicos conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, os quais, com exceção daqueles para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado, terão um prazo de validade não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Sexto – A Sociedade será representada, observando o disposto no Parágrafo Sétimo abaixo: (a) pela assinatura conjunta de quaisquer dois Diretores, ou (b) pela assinatura de qualquer Diretor conjuntamente com um procurador nomeado nos termos do Parágrafo Quinto acima, ou (c) pela assinatura de um procurador, isoladamente, desde que nomeado nos termos do Parágrafo Quinto, acima, e que no instrumento de mandato sejam especificados os poderes em que o procurador poderá, sozinho, representar a Sociedade.

Parágrafo Sétimo – Os Diretores são proibidos de engajar a Sociedade nos seguintes atos, exceto se prévia e expressamente autorizados: (i) pelo Conselho de Administração, para cuja autorização deverão ter deliberado membros do Conselho de Administração representando cada um dos acionistas; ou (ii) por deliberação dos acionistas: (a) celebrar contratos em nome da Sociedade com terceiros que impliquem a assunção de obrigações pela Sociedade em montantes superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (b) vender, ceder ou de

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10.00 horas]

qualquer forma transferir, a qualquer título, ativos da Sociedade em valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais); (c) constituir gravames sobre os ativos de propriedade da Sociedade que envolvam valores superiores a R\$100.000,00 (cem mil reais); (d) realizar investimentos em nome da Sociedade; e (e) nomear procurador para praticar qualquer dos atos relacionados nos itens (a) a (d) acima.

Capítulo VIII Conselho Fiscal

Artigo 29 – A Sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que aprovar a sua instalação.

Capítulo IX Exercício Social

Artigo 30 – O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo X Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros

Artigo 31 – Ao término de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras da Sociedade de acordo com as disposições legais e com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Parágrafo Primeiro – O lucro líquido apurado no exercício poderá ter a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) os acionistas terão direito a um dividendo anual correspondente a 30% do lucro líquido descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 19:00 horas]

em Assembleia Geral com base em proposta da administração; (c) caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo Segundo – A Sociedade poderá levantar balanços mensais ou semestrais, podendo declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários: (i) à conta de lucros apurados nesses balanços, ou (ii) à conta de lucros acumulados e reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, observadas as restrições legais. Os dividendos intermediários poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Terceiro – A Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Quarto – As demonstrações financeiras da Sociedade deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Capítulo XI

Dissolução e Liquidação

Artigo 32 – A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Capítulo XII

Dos Acordos de Acionistas

Artigo 33 – A Sociedade estará obrigada a observar, integralmente, todos os termos dos acordos de acionistas que vierem a ser arquivados em sua sede social, nos termos da lei, sendo ineficazes em relação à Sociedade quaisquer deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria que contrariarem o disposto em tais acordos de acionistas. Fica vedada a constituição, sob qualquer modalidade, forma ou configuração, de blocos internos ou ajustes

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2011 às 10:00 horas]

lécitos ou escritos entre quaisquer dos acionistas, principalmente, mas não apenas, no que se refere ao direito de voto e à cessão e transferência de ações, que possam contrariar os termos e condições de tais acordos de acionistas.

Capítulo XIII **Casos Omissos**

Artigo 34 – Qualquer matéria não regulada pelo presente Estatuto Social será decidida pelos acionistas na forma do Artigo 21 e de acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/76.

Capítulo XIV **Arbitragem**

Artigo 35 – Toda controvérsia e/ou conflito resultante dos direitos e obrigações aqui contemplados e/ou da execução do presente Estatuto Social, que não sejam resolvidos amigavelmente entre os acionistas, serão resolvidos por procedimento de arbitragem de acordo com as disposições previstas neste Artigo, sendo aplicável, a lei brasileira.

Parágrafo Primeiro – O procedimento de arbitragem será regido conforme as regras da ICC (*International Chamber of Commerce*) – Câmara de Comércio Internacional, por um ou mais árbitros que serão nomeados de acordo com as regras da referida câmara.

Parágrafo Segundo – A arbitragem terá lugar na Cidade de Madrid, Espanha e será conduzida em idioma espanhol.

Parágrafo Terceiro – A sentença arbitral será definitiva, constituindo título executivo vinculativo entre as partes.

Parágrafo Quarto – Para a execução do laudo arbitral, para dirimir questões não suscetíveis de decisão arbitral e/ou para a eventualidade de execução específica da cláusula compromissória e demais medidas coercitivas que se fizerem necessárias, os acionistas elegem o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

NIRE 33.3.0027377-8

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 10 de novembro de 2011**

Data, Horário e Local: 10 de novembro de 2011, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1.817, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Mesa: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada, designando como secretário o Sr. Lauro Marcelo da Cruz Pinto.

Convocação: Dispensada nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social.

Ordem do Dia: Deliberar sobre a realização da oferta pública para a distribuição de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme de distribuição, da 1ª Emissão da Companhia ("Oferta" ou "Emissão").

Deliberações Tomadas por Unanimidade: Foi aprovada pelos acionistas sem qualquer restrição nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de novembro de 2011 às 10 horas]

4

quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da Companhia ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de liquidação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

A Emissão terá as características e condições estabelecidas na "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), e protocolada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA").

- As características e condições da Emissão estão a seguir descritas: (a) **Número da Emissão:** A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Companhia; (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido). Será realizado o procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Coordenador Líder da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"); (c) **Séries:** a Emissão será realizada em série única; (d) **Quantidade de Debêntures:** Serão colocadas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures; (e) **Data de Emissão das Debêntures:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de novembro de 2011 ("Data de Emissão"); (f) **Valor Nominal das Debêntures:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); (g) **Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme,

5

caso, das Debêntures será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a fórmula constante da Escritura de Emissão. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,40% (oito inteiros quarenta centésimos por cento) ao ano, a ser apurado no Procedimento de Bookbuilding, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Remuneração"); (h) **Tipo e Forma:** As Debêntures terão a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; (i) **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações; (j) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos da Escritura de Emissão; (k) **Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados para: (i) liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.410.3.1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") em 21 de julho de 2004, cujo valor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$70.508.782,88 (setenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos) ("Financiamento BNDES"); (ii) o pagamento de dividendos e lucros acumulados, cujo valor, em 30 de setembro de 2011, era de R\$75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais); (iii) a constituição da Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, da Conta de Reserva de Amortização, da Conta de

Complementação de ICSD e da Conta Reserva de O&M (em conjunto **"Contas de Garantia"**), nos termos da Escritura, do **"Contrato de Cessão Fiduciária de Contas"** a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, abaixo definido (**"Contrato de Cessão Fiduciária de Contas"**) e do **"Contrato de Administração de Contas"**, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco depositário e arrecadador (**"Contrato de Administração de Contas"**); e (iv) a concessão de um contrato de empréstimo (**"Mútuo"**) entre a Companhia e a controladora *holding* Isolux Energia e Participações S.A. (**"Isolux"**) que irá utilizar esses recursos para a integralização progressiva de capital em empresas de seu grupo econômico de atuação no setor de energia brasileiro, a saber: (a) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.; (b) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.; (c) Jauru Transmissora de Energia S.A.; e (d) Linha de Toubaté Transmissora de Energia S.A.; (l) **Prazo e Data de Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2023 (**"Data de Vencimento"**), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional; (m) **Registro na CVM:** A Oferta será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei nº 6.385/76"**), da Instrução CVM 400, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (**"Instrução CVM 480"**) e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis; (n) **Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda nacional corrente. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data efetiva de integralização (**"Preço de Subscrição"**); (o) **Registro para Distribuição no Mercado Primário e Negociação no Mercado Secundário:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário; (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (**"SDT"**) e do SND - Módulo Nacional

7

de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do sistema de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ("Sistema de Negociação BM&FBOVESPA"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA; (p) **Garantias:** As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sob condição suspensiva até a liberação pelo BNDES das garantias constituídas em seu favor em razão do Financiamento BNDES: (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações devida pela Isolux no capital social da Companhia, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Companhia bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Isolux no capital da Companhia, ou seu eventual sucessor legal, por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Isolux, e todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme a seguir definido) venham a substituir as ações alienadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), e (ii) Cessão fiduciária de todos os direitos da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas de Garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária de Contas" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"); (q)

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de novembro de 2011 às 10 horas]

8

Amortização: o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 11 de fevereiro de 2012, conforme cronograma de amortização estabelecido na Escritura de Emissão ("Amortização"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária, apurada trimestralmente e calculada de acordo com o estabelecido na Escritura de Emissão; (r) **Resgate Antecipado e Amortização:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 11 de novembro de 2017, inclusive, e a cada dia útil imediatamente posterior a uma data de Amortização das Debêntures, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, nos termos estabelecidos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado"); (s) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura) por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo Rendimento das demais Debêntures em Circulação; (t) **Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito trimestralmente, juntamente com o pagamento da Amortização, será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de fevereiro de 2012 e o último na Data de Vencimento; e; (u) **Vencimento**

[Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de novembro de 2011 às 10 horas]

9

Antecipado: As Debêntures terão certos eventos que acionarão o seu vencimento antecipado, definidos de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder da Oferta com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes e detalhados na Escritura de Emissão ("**Vencimento Antecipado**").

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a: (i) celebrar a Escritura de Emissão e todos os demais documentos da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição e aos Contratos de Garantia conforme o caso; (ii) aprovar o resultado do Procedimento de Bookbuilding; e (iii) negociar e celebrar eventuais aditamentos a aos documentos da Oferta e quaisquer outros documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta e à implementação das deliberações ora tomadas.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Local e Data: Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2011. Mesa: Angel Javier Casasaca de Prada, Presidente; Lauro Marcelo da Cruz Pinto, Secretário. Acionistas presentes: Isolux Energia e Participações S.A. e Isolux Projetos e Instalações Ltda.

Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Lauro Marcelo da Cruz Pinto
Secretário



C:\Documents and Settings\CSB\Correspondência\11\11\

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CELEBRADA ENTRE
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
como Emissora;

5

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
11 DE NOVEMBRO DE 2011

107

ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFARIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima em processo de habilitação de registro como companhia aberta, categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme de distribuição da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito, firmar a presente "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfaria a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A Escritura é firmada com base na seguinte autorização:

1.2. Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE") realizada em 10 de novembro de 2011, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures (conforme definido adiante), bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da Emissora, sob o regime de garantia firme de distribuição ("Emissão" ou "Oferta") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata de AGE que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 10 de novembro de 2011, foi protocolada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), e será publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCERJA e publicados pela Emissora no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, conforme legislação em vigor.

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A Escritura e seus Aditamentos deverão ser arquivados na JUCERJA, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.2.2. Esta Escritura será objeto de aditamento para (i) refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido adiante); (ii) indicar os dados das Contas Garantia (conforme definido adiante); e (iii) convolar a sua espécie quirogratária em espécie com garantia real, nos termos do Anexo 1 ao presente instrumento ("Aditamento").

2.3. Registro na CVM

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Convencionais".

2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente: (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do sistema de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA" e "Sistema de Negociação BM&FBOVESPA", respectivamente), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 3.7 abaixo.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures.

3.3.2. As Debêntures serão emitidas em série única.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das

7

Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.

3.5. Conversibilidade

3.5.1 As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie quitografada, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A. Após o cumprimento da condição suspensiva, nos termos da Cláusula 3.20 abaixo, bem como da constituição das respectivas Cláusulas (conforme abaixo definido), as Debêntures serão convertidas para a espécie com garantia real.

3.6.2. A Emissora deverá encaminhar à CETIP e à BM&FBOVESPA, cópia do Aditamento, tão logo este seja registrado perante a JUCERJA.

3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de novembro de 2011 ("Data de Emissão").

3.8. Colocação das Debêntures

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de distribuição, no valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), sob custódia do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, 27ª, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.460.888/0001-42 e do Banco Votorantim S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03.

3.8.2. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).

3.9. Preço de Subscrição

3.9.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data

de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

3.10. Integralização

3.10.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

3.11. Local de Pagamento

3.11.1. Observado o previsto na Cláusula 3.13 abaixo, os pagamentos a que fizerem jus os Devedoristas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador, conforme definido adiante, para as Debêntures que não estiverem registradas no SND e no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

3.12. Imunidade dos Debenturistas

3.12.1. Caso qualquer Debitante goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, conforme definido adiante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descomatado dos Rendimentos das Debêntures (conforme abaixo definido) os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.13. Prorrogação dos Prazos

3.13.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.14. Encargos Maratónicos

3.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.15. Mora do Debenturista

3.15.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

3.16. Publicidade

3.16.1. Todas as atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico", edição nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - internet (www.isoluxcorpn.com/cachoeirapaulista).

3.17. Destinação dos Recursos

3.17.1. Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados para: (i) liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.410.3.1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") em 21 de julho de 2004, cujo valor era de R\$ 70.508.789,02 (setenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e dois centavos) em 30 de setembro de 2011 ("Financiamento BNDES"); (ii) o pagamento de dividendos e lucros acumulados, cujo valor, em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais); (iii) a constituição das Contas de Garantia; e (iv) a concessão de um contrato de empréstimo entre a Companhia e a controladora holding Isolux Energia e Participações S.A., no valor do saldo remanescente da Emissão ("Isolux" e "Mútuo", respectivamente). Os recursos destinados à Isolux em decorrência da celebração do Mútuo serão utilizados para a integração progressiva de capital em empresas de seu grupo econômico de atuação no setor de energia brasileiro, a saber: (a) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.; (b) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.; (c) Juruá Transmissora de Energia S.A.; e (d) Taubaté Transmissora de Energia S.A.

3.18. Repactuação

3.18.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.19. Banco Mandatário e Escriturador

3.19.1. O banco mandatário da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo ("Banco Mandatário e Escriturador").

10

(1) **Alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelo Isolux no capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Isolux no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da Isolux no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), venham a substituir as ações alienadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Ações Alienadas" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e**



Banco Depositário e Arrecadador, e o Cessionário como interveniente-anuente ("Contrato de Administração de Contas" e "Gestão Fiduciária").

3.20.2. A Escritura será objeto de aditamento para que sejam indicados os dados referentes às Contas de Garantia, conforme o disposto na Cláusula 2.2.2 acima.

3.20.3. O montante recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas à Emissora, a título de integralização das Debêntures, será depositado na Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, para pagamento do valor de principal e os juros relativos ao Financiamento BNDES. Após o pagamento do Financiamento BNDES, o Banco Depositário e Arrecadador utilizará os recursos remanescentes para o preenchimento da Conta de Reserva de Amortização e da Conta Reserva de O&M, sendo que os valores nela depositados serão movimentados única e exclusivamente pelo Banco Depositário e Arrecadador, mediante as instruções do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Após o pagamento do Financiamento BNDES e do preenchimento da Conta de Reserva de Amortização e da Conta Reserva de O&M, o Banco Depositário e Arrecadador, mediante as instruções do Agente Fiduciário, realizará a transferência dos valores remanescentes para conta de livre movimentação da Emissora e encerrará a Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, sendo que o comprovante de encerramento da referida conta deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias após o encerramento da mesma.

3.20.4. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento ao presente instrumento, para formalizar a convolação da espécie quirográfia das Debêntures para a espécie "com garantia real", ficando desde já estabelecido que não será necessário a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de AGO para aprovação do Aditamento. A celebração do Aditamento deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.1. desta Escritura. A convolação da espécie das Debêntures para "com garantia real" ocorrerá mediante o cumprimento de certas condições mencionadas em cada um dos Contratos de Garantia, quais sejam: (i) registro de cada um dos Contratos de Garantia nos respectivos cartórios indicados nos Contratos de Garantia; e (ii) anotação da alienação fiduciária de ações junto ao livro de registro de ações da Emissora, em qualquer caso, após a liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES. Todos os custos documentes do Aditamento e dos registros dos Contratos de Garantia aqui referidos serão arcuados pela Emissora.

3.20.5. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretirável, para, em nome da Emissora, como seu procurador, promover o registro dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia.

3.20.6. Em caso de execução das Garantias, serão adotadas as medidas necessárias para (i) alienar as Ações Alienadas, procedendo à avaliação e à venda, na forma do disposto no

Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sendo que a transferência do controle da Emissora dependerá de prévia e expressa anuência da ANEEL; e (ii) transferência dos recursos financeiros disponíveis nas Contas de Garantia, para conta de maturidade dos Debenturistas, cujos dados para depósito serão informados pelo Agente Fiduciário. Cumpre esclarecer que a Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, em 19 de agosto de 2011, sendo que tal categoria não permite que suas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

3.21. Contas de Garantia

Serão constituídas contas vinculadas de reserva, nos termos do Contrato de Administração de Contas, com as seguintes características: (i) Conta Reserva de O&M; (ii) Conta Reserva de Amortização; (iii) Conta para Pagamento do Financiamento BNDES; e (iv) Conta de Complementação do ICSD.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização Monetária (conforme definida na Cláusula 4.1.2. abaixo) e pela Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.1.3 abaixo) ("Rendimentos das Debêntures").

4.1.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.1.1.1. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização do principal, incorporação, atualização monetária a cada período ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/representado com 6 (seis) casas decimais.

sem arredondamento;
C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

- n* = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures após a data de aniversário, a "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
dup = número de dias úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;
dut = número de dias úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

- i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii. Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures;

- iv. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16

casas decimais, sem arredondamento;

- vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

4.1.1.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura para as Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.1.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal.

4.1.1.4. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, nos termos da Cláusula 4.1.2.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA ("Taxa Substitutiva Similar"). Na ausência ou impossibilidade de definição do novo índice conforme esse critério deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva de Mercado") e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "Taxa Substitutiva").

4.1.1.5. A AGD que deliberará sobre a Taxa Substitutiva ser adotada será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

4.1.1.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios integrantes do cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado desde o dia de sua indisponibilidade.

4.1.1.7. A Taxa Substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Dele~~g~~atistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 abaixo.

4.1.1.8. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá ~~cancelar~~ antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado nos termos

15

desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso.

4.1.2. Remuneração das Debêntures

4.1.2.1. As Debêntures terão jus a uma remuneração correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,40% (oito inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser apurada em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Remuneração"). A Escritura será objeto de aditamento para refletir a taxa aplicável à Remuneração, conforme disposto na Cláusula 1.3 acima.

4.1.2.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

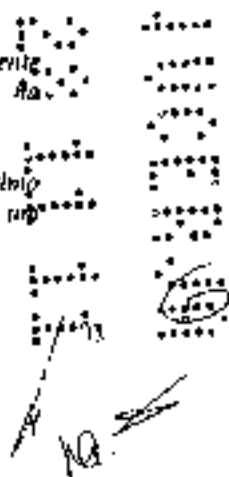
onde:

- J* = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa* = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

- taxa* = taxa de juros fixo a ser apurada no segundo dia útil imediatamente anterior ao Procedimento de Bookbuilding, conforme disposto na Cláusula 4.1.3.1. acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP* = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;



4.1.3. Período de Capitalização

4.1.3. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

CLAUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Data de Vencimento

5.1.1. A data de vencimento será 11 de novembro de 2023 ("Data de Vencimento"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (conforme definido adiante) ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definido adiante) em moeda corrente nacional.

5.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária das Debêntures

5.2.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 11 de fevereiro de 2012, conforme a tabela a seguir ("Amortização"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária apurada trimestralmente, calculada conforme a Cláusula 4.1.1.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização:

Data de Amortização:	Porcentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
11/02/2012	1,7500%
11/05/2012	1,7500%
11/08/2012	1,7500%
11/11/2012	1,7500%
11/02/2013	1,8750%
11/05/2013	1,8750%
11/08/2013	1,8750%
11/11/2013	1,8750%
11/02/2014	2,0000%
11/05/2014	2,0000%
11/08/2014	2,0000%
11/11/2014	2,0000%

Handwritten signatures and stamps are present in the bottom right corner of the page.

11/02/2015	2,2500%
11/05/2015	2,2500%
11/08/2015	2,2500%
11/11/2015	2,2500%
11/02/2016	2,5000%
11/05/2016	2,5000%
11/08/2016	2,5000%
11/11/2016	2,5000%
11/02/2017	2,6000%
11/05/2017	2,6000%
11/08/2017	2,6000%
11/11/2017	2,6000%
11/02/2018	2,8000%
11/05/2018	2,8000%
11/08/2018	2,8000%
11/11/2018	2,8000%
11/02/2019	2,8750%
11/05/2019	2,8750%
11/08/2019	2,8750%
11/11/2019	2,8750%
11/02/2020	0,9500%
11/05/2020	0,9500%
11/08/2020	0,9500%
11/11/2020	0,9500%
11/02/2021	1,6999%
11/05/2021	1,6999%
11/08/2021	1,6999%
11/11/2021	1,6999%
11/02/2022	1,8250%
11/05/2022	1,8250%
11/08/2022	1,8250%
11/11/2022	1,8250%
11/02/2023	1,9751%
11/05/2023	1,9751%
11/08/2023	1,9751%
11/11/2023	1,9751%

5.3. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

5.3.1 O pagamento da Remuneração será feito trimestralmente, juntamente com o pagamento da Amortização, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de fevereiro de 2012 e o último na Data de Vencimento.

5.4. Resgate Antecipado Facultativo Total

5.4.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e de seu exclusivo critério, a partir de 11 de novembro de 2017, inclusive, e somente a cada dia útil imediatamente posterior a uma data de Amortização das Debêntures, conforme

cronograma previsto na Cláusula 5.2 acima, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado").

5.4.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 3.16 ("Comunicação de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data para o Resgate Antecipado ("Data de Resgate Antecipado"); (b) menção ao preço unitário de resgate das Debêntures ("PU_{resgate}"), a ser calculado de acordo com o subitem 5.4.3 abaixo, será correspondente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures até a Data de Resgate Antecipado, conforme aplicável, acrescido (a) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate Antecipado; e (ii) de prêmio de resgate; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

5.4.3. O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião de Resgate Antecipado das Debêntures será o maior valor entre (A) e (B) abaixo:

- (A) Soma do prêmio de resgate ao Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, corrigido conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures e acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do Resgate Antecipado das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PU_{\text{resgate}} = VNA + (d/D * 0,0075 * VNA)$$

onde:

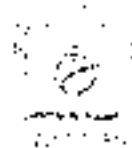
PU_{resgate} = Preço unitário de resgate

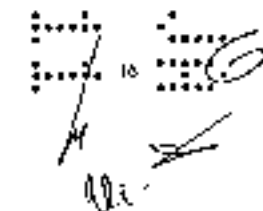
VNA = Valor Nominal Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, corrigido conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures e acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do Resgate Antecipado das Debêntures;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures; e

- (B) a soma (i) do Valor Nominal Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, corrigidos conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures (cláusula 3.8.2) inclusive, e (ii) da Remuneração das Debêntures não paga, desde a data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures até a Data de Vencimento, trazido a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado utilizando-se uma taxa





percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que corresponderá à soma exponencial (a) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis *pro-rata temporis*, da Nota do Tesouro Nacional - Série B ("NTNB") número de registro ISIN BRSTNONTB3A0, com vencimento em 11 de novembro de 2023, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado e (b) de uma *spread* de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que pode ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$PV_{Resgate} = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNF_k}{FVP_k} \times C_{Gregor} \right)$$

Onde:

VNF_k = Valor Nominal Unitário de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures, sendo o valor de cada parcela "k" calculado por meio da soma do respectivo valor nominal e da remuneração definida após a realização do Procedimento de *Bankbuilding*;

n = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, sendo n um número inteiro;

C_{Gregor} = Fator de variação acumulada do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures;

FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FVP = [(1 + NTNB) \times (1 + 0,0075)]^{n \times 252}$$

NTNB = taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTNB, número de registro (ISIN BRSTNONTB3A0) com vencimento em 11 de novembro de 2023, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado;

n_k = número de dias úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures, exclusivo, e a Data de Amortização programada de cada parcela "k" vincenda inclusivo.

5.4.4. Caso a NTNB citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado, a mesma será substituída por outra NTNB que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao prazo remanescente para o vencimento das Debêntures.

11

De.

2

5.4.5. O pagamento do Preço de Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item "Local de Pagamento" abaixo.

5.4.6. Caso ocorra o Resgate Antecipado, a CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.5. Aquisição Facultativa

5.5.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das S.A., desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras.

5.5.2. Para realização da Aquisição Facultativa, a Emissora deverá enviar carta de aviso aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, ("Aviso de Aquisição Facultativa") que deverá incluir: (a) a data da Aquisição Facultativa das Debêntures em Circulação e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o valor a ser pago aos Debenturistas; e (c) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.5.3. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, serem objeto de aditamento a esta Escritura.

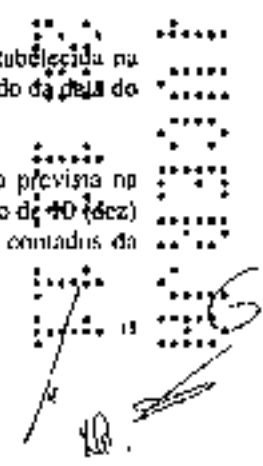
5.5.4. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo Rendimento das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 6.6 e 6.7, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, não sanada dentro do prazo de 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da





21

data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;

- (c) inadimplemento na declaração de vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional;
- (d) caso a Emissora não mantenha, a cada trimestre de apuração, o montante requerido na Conta Reserva de O&M ou na Conta Complementação de ICSD, se aplicável, ou, mensalmente, o montante requerido na Conta Reserva de Amortização, a qual deverá ser revista trimestralmente pela Emissora, nos termos do Contrato de Administração do Collar, exceto se a Emissora complementar o saldo de cada uma das Contas de Garantia, conforme aplicável, em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega pela Emissora do Relatório Trimestral, conforme definido na cláusula 7.1, (c) (ii) acima;
- (e) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (f) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade, extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, que acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo com o objetivo de intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade, extinção ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (h) a decretação de intervenção pela ANEEL, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (i) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- (j) cisão ou fusão da Emissora, ou incorporação que envolva a Emissora (seja como incorporada ou como incorporadora) ou qualquer forma de reorganização societária que envolva a Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no

...

...

22

menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em AGD convocada para este fim;

- (k) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em AGD convocada para este fim;
- (l) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (m) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (n) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a sublevar a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (o) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de suas dívidas, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora tiver sua falência decretada e/ou requerida, desde que nesta última hipótese referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;
- (p) caso a Emissora venha a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada;
- (q) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.20 desta Escritura não estejam devidamente válidas e registradas perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, em até 20 (vinte) dias úteis contados da liberação das garantias constituídas em favor do BNDES em razão do Financiamento BNDES;
- (r) (i) não observância pela Emissora, em cada trimestre de apuração, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores aos dados por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do

20

 000

trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures; ou (ii) caso, em qualquer trimestre de apuração, o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusivo, e a Emissora não deposite em conta vinculada a ser aberta em seu nome ("Conta de Complementação do ICSD") e que será constituída como garantia das Debêntures, anteriormente à apresentação, ao Agente Fiduciário, do Relatório Trimestral, conforme definido na alínea "e" (ii) da Cláusula 7.1, o valor necessário para que o ICSD Modificado atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), considerando o saldo da Conta de Complementação de ICSD no numerador da fórmula adjacente;

Conforme rubricas a serem divulgadas em nota explicativa pela Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora, e com base nas práticas contábeis brasileiras vigentes anteriores à adoção do IFRS ("BR GAAP"), considera-se como "ICSD", o resultado da seguinte equação:

$ICSD = A / B$, onde:

A – Geração de caixa da atividade:

- (+) Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Variação de Capital de Giro
- (-) Impostos

B – Serviço da Dívida:

- (+) Amortização de Principal de qualquer dívida contraída pela Emissora
- (+) Pagamento de Juros de qualquer dívida contraída pela Emissora, inclusive da Carta de Fiança

- O Fluxo de Caixa Operacional corresponde aos itens abaixo discriminados:

- (+) Receita Líquida
- (-) Custos e despesas operacionais (incluindo Imposto Sobre Serviços)
- (-) CAPEX Líquido de Financiamentos

- Considera-se como "Impostos", o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pago no referido período;

2/2

- Considera-se como "Variação de Capital de Giro", a Necessidade de Capital de Giro no referido período () Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

[(+)- Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] -
[Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo];

- Considera-se como "CAPEX Líquido de Financiamentos", os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos.

Considera-se como "ICSD Modificado", o resultado da seguinte equação: ICSDM = A / B, onde:

A - Geração de caixa da atividade:

- (+) Fluxo de Caixa Operacional
- (-) Variação de Capital de Giro
- (-) Impostos
- (+) Saldo da Conta de Complementação do ICSD

B - Serviço da Dívida:

- (+) Amortização de Principal da dívida
- (+) Pagamento de Juros da dívida

- O Fluxo de Caixa Operacional corresponde aos itens abaixo discriminados:

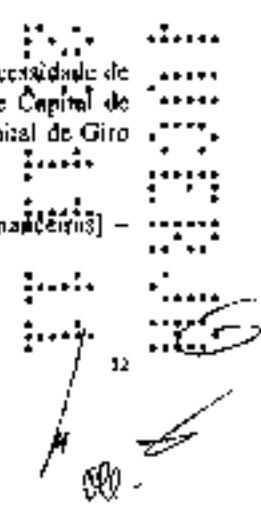
- (+) Receita Líquida
- (-) Custos e despesas operacionais
- (+/-) CAPEX Líquido de Financiamentos

- Considera-se como "Impostos", o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;

- Considera-se como "Variação de Capital de Giro", a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

[(+)- Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] -
[Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo]

12



- * Considera-se como "CAPEX Líquido de Financiamentos" os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos.

- (s) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, durante o período em que as demonstrações financeiras trimestrais revisadas da Emissora apresentarem ICSD menor ou igual a 1,2 (um inteiro e vinte centésimos), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo com exceção ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (t) caso a Emissora contrate novos endividamentos em valor total superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção à Carta de Fiança que poderá ser contratada pela Emissora conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas;
- (u) caso a Emissora contrate junto a instituições financeiras novas contas correntes além daquelas por ela contratadas até a data de celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) caso a Emissora, na qualidade de mutuante, contrate novos contratos de mútuo, salvo na hipótese de renovação ou prorrogação de contrato de mútuo, conforme o disposto na Cláusula 3.17.1 acima, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (w) não apresentação para registro na JUCERJA do Aditamento, para formalizar a convolução da espécie quirográfica das Debêntures para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 3.20.3 desta Escritura e no prazo indicado na Cláusula 3.20.3 desta Escritura; e
- (x) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.20 desta Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexequíveis, e tal ineficácia ou inexequibilidade não seja rejeitada no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência.

6.2. Caso o ICSD apurado em qualquer trimestre seja igual ou menor que 1,2 (um inteiro e vinte centésimos), a Emissora não será obrigada a constituir e realizar depósitos na Conta de Complementação do ICSD.

6.3. Caso o ICSD apurado em qualquer trimestre seja maior que 1,2 (um inteiro e vinte centésimos), o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra

participação no lucro estatutariamente previsto, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, não ensejará a declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

6.4. O saldo do Conta de Complementação de ICSD será integralmente liberado no trimestre em que o ICSD apurado for igual ou maior que 1,2 (um inteiro e vinte centésimos).

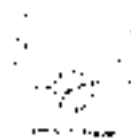
6.5. As Contas de Garantia serão cedidas fiduciariamente em garantia aos Debenturistas.

6.6. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "c", "f", "h", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p", "s", "t", "u", "v" e "w", da Cláusula 6.1. acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a execução das Garantias, uma vez observados os Contratos de Garantia.

6.7. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "b", "d", "e", "g", "i", "j", "q", "r" e "x" da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.8. Na Assembleia mencionada na Cláusula 6.7 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 9.2.1.1 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não executar as Garantias.

6.9. Não será declarada o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da AGD mencionada na Cláusula 6.7 acima em primeira convocação, conforme previsto na Cláusula 9.2.1.1 desta Escritura, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.7 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da AGD mencionada na Cláusula 6.7 acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da AGD mencionada na Cláusula 6.7 acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.7 acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.




6.10. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou o seu saldo, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 11.1 desta Escritura, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.14 acima.

CLÁUSULA VII
COMPROMISSOS DA EMISSORA E
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura, no Prospecto Preliminar da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória de Distribuição da Companhia ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória de Distribuição da Companhia ("Prospecto Definitivo") e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos";
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral definitiva que implique condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto no

28

(c) encaminhar ao Agente Delegado:

(i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, em até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta fôrmatuira, nos Contratos de Garantia;

(ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, acompanhado do (b) relatório trimestral demonstrando (1) a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1. "a" acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; (2) a memória de cálculo para apuração do valor a ser depositado em cada uma das Contas de Garantia, conforme o caso, nos termos do Contrato de Administração de Contas; e (3) se for o caso, a memória de cálculo para apuração do valor necessário para que o ICSD atinja o valor de 1,20 (um inteiro e dois décimos), nos termos da Cláusula 6.1. "a" acima ("Relatório Trimestral");

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vs) cópia do formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), ou normativa que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM ("Formulário de Referência");

(vii) em até 1 (um) dia útil, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.16, acima:

24

(viii) avisar aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que foram realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (i) manter sempre atualizado o seu registro de companhias aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (k) continuar anualmente durante o prazo de vigência das Debêntures uma agência classificadora de risco a ser escolhida pela Emissora dentre Standard and Poor's, Moody's ou Fitch Ratings, para obtenção de "rating", para:

(i) manter atualizado anualmente o relatório de classificação de risco das Debêntures, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;

(ii) assegurar que seja entregue à CVM, ao Agente Fiduciário e à ANBIMA, e que seja divulgado na página da rede mundial de computadores pertinente, os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e

27

108

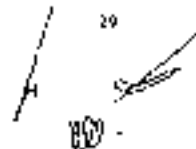
30

(iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, ou caso a agência classificadora de risco coloque o rating da Emissora em observação;

- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Companhia;
- (m) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis vigentes no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora e que não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (n) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (o) notificar o Agente Fiduciário, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o conhecimento da ocorrência do evento;
- (p) informar à CETIP e à BM&FBOVESPA sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de maneira adversa e relevante, as informações prestadas nos Prospectos e/ou as Debêntures, no prazo legal ou regulamentar aplicável;
- (q) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e implementação do Contrato de Concessão na fase em que se encontrar, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (r) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades e à implementação e manutenção do Contrato de Concessão, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontram-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nesses estabelecidos, exceto no que se referir a licenças cuja

falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (s) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (t) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) Banco Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Sistema de Negociação BM&FBOVESPA);
- (u) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3.1.3 abaixo, que venham a ser necessários para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.17, acima;
- (w) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (x) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (y) constituir e garantir a manutenção das Contas Garantias, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (z) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Alienadas, nos termos dos Contratos de Garantia, de modo a permitir que o Agente Fiduciário execute, pelas as disposições dos Contratos de Garantia;
- (za) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Obrigações Garantidas, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Alienadas, nos termos dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser

32

propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas;

- (bb) sempre observar as condições de mercado nos casos de contratos firmados entre partes que sejam consideradas relacionadas da Emissora; e
- (cc) não celebrar qualquer contrato de mútuo com terceiros, ou emprestar recursos de qualquer forma a terceiros, com exceção ao Mútuo a ser firmado com a Isolux e/ou daqueles previamente aprovados pelos Debenturistas em AGD.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomenção

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

8.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário o ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 8.2.1 acima não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 8.2.7. abaixo.

8.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente a isso aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

8.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

8.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCERJA.

8.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir de data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

8.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e prudente costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de assumir a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nestes existentes; neste caso, o oficial do registro indicará a

34

administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e oficiais de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Assembléia, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, no menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição na colocação das Debêntures no mercado;

(v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora.



32

[Handwritten signature]

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1 (p) acima;

(viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das Debêntures; e

(x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Educador;

- na) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, no menos nos seguintes locais:

(ii) na sede do Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;

(ii) no local indicado pelo Agente fiduciário;

(i) na sede da CVM; e

(ii) na sede do Coordenador Líder, indicada na Cláusula II abaixo.

- n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.16 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

- o) manter atualizada a relação dos Debituristas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emisora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

- q) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1 "c", acima, apurados pela Unissora;

- 1) notificar os Debituristas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

(i) $\in CVM$:

(c) a block of five or more consecutive

26

(iii) à CETIP; e

- s) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea "k" da Cláusula 7.1 acima, bem como enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de rating contratada pela Emissora, em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios; e
- t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, após a realização do Adiantamento para convolar a espécie das Debêntures.

8.4. Atribuições Específicas

8.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

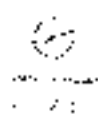
- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, exceto deliberação em contrário.

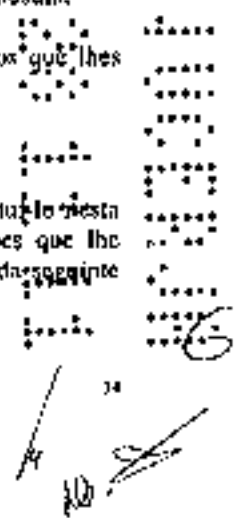
8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta ação o autorizar pelo quorum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

9.4.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

8.5. Remuneração

8.5.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário no âmbito da instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:





37

8.5.1.1. Parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Fimissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

8.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de restituição das condições das debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por restituição das debêntures os eventos relacionados alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados restituição das debêntures;

8.5.1.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura e aos Contratos de Garantia, exceto pelo Aditamento já previsto nessa Escritura para convolação da espécie Das Debêntures, bem como para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, serão devidos a no Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicada a tais alterações.

4.5.1.4. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS ou outros (Impostos Sobre Serviços) de qualquer natureza, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nos aliquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.1.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão.

8.5.1.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.5.1.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estudos, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobradas pela Emissora. Não estão incluídas igualmente, e serão pagas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua

38

função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. As despesas em valores individuais superiores a R\$10.000,00 (dez mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissão;

8.5.1.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os custos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos financeiros, desde que relacionados à atuação da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relacionadas à presente Emissão serão igualmente suportadas pelos Debenturistas;

8.5.1.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultado na partes da revisão dos honorários propostos;

8.5.1.7. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da Cláusula 3.14 desta Escritura,

8.5.1.8. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da companhia das Debenturistas de cada uma das Séries, sendo que poderá ser realizada uma AGD comum a ambas as séries caso possuam a mesma ordem de prioridade, observado sempre o disposto nas Cláusulas 8.3.1(j) e 9.2.3 desta Escritura.

9.1.2. A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

34

9.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal "Valor Econômico", edição nacional, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura;

9.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

9.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em seguida convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

9.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei das S.A. e nesta escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou dos titulares de todas as Debêntures de cada série.

9.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debenture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificando em lei ou na presente Escritura.

5.1.8. As deliberações tomadas pelos Debituristas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Fiançadora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

2.1.9. Não será admitido na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debituristas ou seu mandalário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenuristas que representem a metade, no mínimo, das Debenaturas em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenuristas.

5.2.2. Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 6.7, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de AGD contem a ambas as séries, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

usos 17, o
Debitores
risque, tendo
qualum de
Circulação,

16

9.2.3. Para efeito de constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradoras da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

9.2.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que não prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou aquele que for designado pela CVM.

9.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 6.7 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 8.4.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

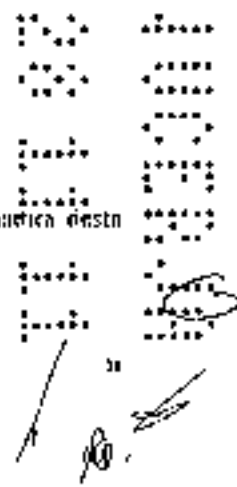
9.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

10.1.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:





- L1
- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
 - (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
 - (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
 - (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
 - (j) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
 - (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada do CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes; e
 - (l) verificou a veracidade das informações prestadas pela Emissora, com base nos documentos e informações disponibilizados pela mesma, sendo certo que não realizou nenhum procedimento de verificação independente, com o qual os Debenturistas declararam-se cientes e de acordo.

10.2. Declarações e Garantias da Emissora

10.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

12

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia, realizada a liberação das garantias do Financiamento BNDES, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento ao qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela constituição dos Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 385 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Oferta e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessários para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) na Data de Emissão as ações de emissão da Emissora, empenhadas nos termos do Contrato de Penhor, correspondem à totalidade das ações que serão alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração referente aos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

43

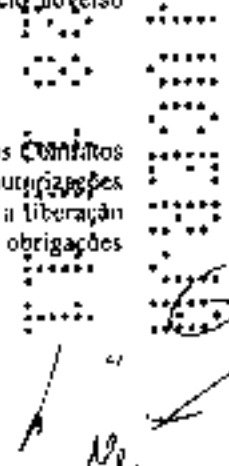
- (i) as informações financeiras da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissão está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na condição financeira da Emissora;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e em processo de obtenção de registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência e não possui sociedades por ela controladas ou participações societárias em outras sociedades;
- (o) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, executável de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (p) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures (exceto com relação às Garantias e à liberação do Financiamento BNDES), ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na ANBIMA e CVM e o registro das Debêntures junto ao SND e no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (q) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2010 e os revisados de 30 de setembro de 2011 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissão referentes aos exercícios e tributos à

44

época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;

- (c) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação às questões leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para os quais a Emissora possui provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (s) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação da Concessão na fase em que se encontra, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (t) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (u) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja do seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (v) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devam ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativos aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa-fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causará um impacto adverso relevante;
- (w) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possui todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias e, quando for realizada a liberação das garantias do Financiamento BNDES, poderá cumprir com todas as obrigações assumidas nos Contratos de Garantia;





45

- (y) os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculativas, podendo ser executados contra si de acordo com seus termos; e
- (z) responsabiliza-se pela existência e correta formalização dos direitos cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA XI COMUNICAÇÕES

11.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 11.2 abaixo.

11.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feita por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir

(a) Para a Emissora:

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816
CEP 12941-000, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Javier Casaseca de Prada
Tel.: (21) 3077-0056
Fax: (21) 3077-0060
E-mail: jcasaseca@isoluxconsan.com
Internet: www.isoluxconsan.com

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 - Rio de Janeiro - RJ
At: Sr. Gustavo Dezouari / Sra. Maria Carolina Vieira Albrantes
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
E-mail: gustavo.dezouari@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number '10' and a signature.

46

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 - Osasco - SP
At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fax-simile: (11) 3684-5645
E-mail: bradescoemtodia@bradesco.com.br

(d) Para o Coordenador Lfider

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, - Bloco A, 27º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Diego Salgado
Tel.: (11) 3012-5729
Fax: (11) 3012-5729
Email: dsalgado@santander.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. - Mercados Organizados
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Avenida Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários - GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fax-simile: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP

11.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pelo parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

11.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.2. acima serão arcaados pela parte inadimplente.

11.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 6 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo envio.

1

11

i i f

i
:
:
f

1

48

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Espécie Quilografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real. Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome: Xavier Casassaca
Cargo: Diretor

Nome: Luis Garcia - Mouge Tiedio
Cargo: Diretor

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Nº: 33.300.0285-3
Inscrição: 00.291.111.100-4
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000285-3/000
DATA: 29/11/2011

Valeria Silva
SECRETARIA GERAL

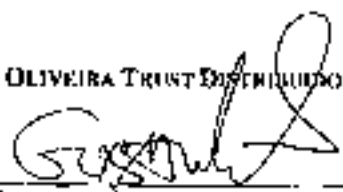
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Nº: 33.300.0285-3
Inscrição: 00.291.111.100-4
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000285-3/000
DATA: 29/11/2011

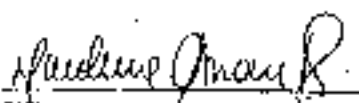
Valeria Silva
SECRETARIA GERAL

49

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


 Nome: GUSTAVO DEOZARI TEXE
 Cargo: PROCURADOR


 Nome: WALDEMAR UVERNABANTES
 Cargo: PROCURADOR

49

80

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

Testemunhas

Gisela Barros Nitz
 Nome: **Gisela Barros Nitz**
 CPF: **RG. 114.338.80-4 (SP-RJ)**
CPF 194.738.837-11

Luiz Botelho
 Nome: **Luiz Botelho**
 CPF: **CPF 154.941.100-01 (RJ)**
CPF 154.941.100-01 (RJ)

80

80

80

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO DE ESCRITURA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●] ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (i) **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) [●] Instituição Financeira com sede na Cidade [●] e Estado [●], na Avenida [●] nº [●] inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" e, quando em conjunto com a Emissora, "Partes"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme de distribuição da Emissora ("Debenturistas").

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o [●] aditamento (o "Aditamento") à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (a "Escritura", a "Emissão" e as "Debêntures"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula [●] da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA II
AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.

12

CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de subordinada para com garantia real.

Para tanto, as partes resolvem alterar a [Cláusula 3.6] da Escritura, que passam a ter a seguinte nova redação:

3.6. Espécie

3.6.1. Espécie: *As Debêntures são da espécie com garantia real, conforme estabelecido na Cláusula (*) desta Escritura.*

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, atos, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [*] de [*] de 2010

.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....

.....
.....
.....

53

Página de Assinatura do Instrumento Particular de [•] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convulada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

DE
SE
DE
DE
DE

157

157

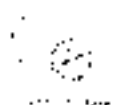
54

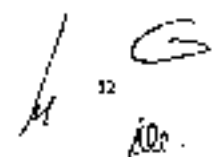
Página de Assinatura do Instrumento Particular de [] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

**[OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.]**

Nome:
Cargo:

OS
SE
SE
SE
SE




12
100.

SS

Página de Assinatura do Instrumento Particular de () Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.*

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



14. " G
De.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CELEBRADA ENTRE
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
como Emissora;

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
21 DE DEZEMBRO DE 2011



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE DISTRIBUIÇÃO, DA CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

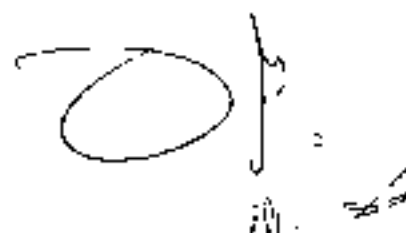
- (i) **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima em processo de habilitação de registro como companhia aberta, categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme de distribuição da Emissora ("Debenturistas").

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A." ("Aditamento" e "Escritura" respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula 2.2.2. da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

1.2. Além disso, tendo em vista que as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as demais matérias objeto deste Aditamento, nos termos do item 2.1 abaixo.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature appears to be 'J. A. ...'. The stamp is partially obscured by the signature and has some illegible text within it.

1.3. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

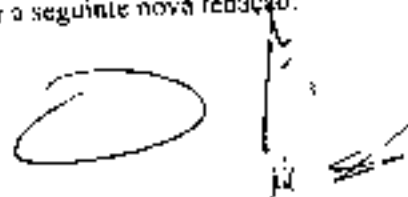
CLÁUSULA II ALTERAÇÕES

2.1. O presente Aditamento tem como objetivo a (i) adequar a destinação dos recursos à redação utilizada no Prospecto Definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"); (ii) retificar a Cláusula 3.20.1 da Escritura, de modo a incluir o número das Contas de Garantia em seu item "ii"; (iii) refletir a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), ocorrido em 21 de dezembro de 2011; e (iv) alterar o item "B" da Cláusula 5.4.3, de modo a indicar o código ISIN correto para a NTN8, com vencimento em 11 de novembro de 2023.

2.2. Para adequar a redação da Cláusula 3.17 - Destinação dos Recursos ao Prospecto Definitivo, de modo a deixar claro que tanto os recursos decorrentes do mútuo quanto os resultantes do pagamento de dividendos e lucros acumulados serão utilizados nas concessões da controladora da Emissora no setor de energia brasileiro, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.17.I, da Escritura, a qual passa a ter a seguinte nova redação:

3.17.I. Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados para: (i) liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04 2.410.3.1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") em 21 de julho de 2004, cujo valor era de R\$ 70.508.789,02 (setenta milhões, quinhentas e oito mil, setecentas e oitenta e nove reais e dois centavos) em 30 de setembro de 2011 ("Financiamento BNDES"); (ii) o pagamento de dividendos e lucros acumulados cujo valor, em 30 de setembro de 2011 era de R\$75.854.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e quatro mil reais); (iii) a constituição das Contas de Garantia; e (iv) a concessão de um contrato de empréstimo entre a Companhia e a controladora holding Isolux Energia e Participações S.A., no valor do saldo remanescente da Emissão ("Isolux" e "Mútuos", respectivamente). Os recursos destinados à Isolux em decorrência da celebração do Mútuos e do pagamento de dividendos e lucros acumulados, conforme indicada nos itens (ii) e (iv) acima, serão utilizados para a integralização progressiva de capital em empresas de seu grupo econômico de atuação no setor de energia brasileiro, a saber: (a) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.; (b) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.; (c) Juruá Transmissora de Energia S.A.; e (d) Tucubá Transmissora de Energia S.A.

2.3. Para incluir o número das Contas de Garantia descritas na Escritura, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.20.1 e 3.20.2, as quais passam a ter a seguinte nova redação:



3.20.1 As Debêntures terão como garantias, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), (i) alienação fiduciária das ações detidas pela Isolux no capital social da Emissora; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos relativos às Contas de Garantia, conforme definido no item (ii) abaixo, estando a eficácia e validade da garantia descritas no item (i) acima condicionada à prévia liberação pela BNDES da garantia, constituída em razão do Financiamento BNDES. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados na Cláusula 2.1 dos Contratos de Garantia, as seguintes garantias passarão a ser válidas e eficazes ("Garantias"):

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pela Isolux no capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Isolux no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da Isolux no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), venham a substituir as ações alienadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Ações Alienadas" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e
- (ii) Cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas seguintes contas bancárias: (i) conta para depósito do montante decorrente da Oferta, para liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento BNDES, nº 000130052958 da agência 2271 ("Conta para Pagamento do Financiamento BNDES"); (ii) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida da Emissora, nº 000130052065 da agência 2271 ("Conta de Reserva de Amortização"); (iii) conta vinculada, que será ativada apenas na hipótese da Cláusula 6.1 desta Escritura, nº 000130052072 da agência 2271 ("Conta de Complementação de ICSP"); (iv) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao custo operacional da Emissora relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional da Emissora durante os 3 (três) meses antecedentes, nos termos do Contrato de Administração de

Contas, nº 0091310152089 da agência 2271 ("Conta Reserva de O&M" e, em conjunto com a Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, a Conta Reserva de Amortização e a Conta de Complementação de ICSD, as "Contas de Garantia"), de sua titularidade, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrada entre a Emissora, o Banco Depositário e Arredatador, e o Cessionário como interveniente-amente ("Contrato de Administração de Contas" e "Cessão Fiduciária").

3.20.2. A Escritura foi objeto de aditamento para inclusão dos dados referentes às Contas de Garantia, conforme o disposto na Cláusula 2.2.2 acima. "

2.4. Para refletir a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures, as partes resolvem alterar as Cláusulas 4.1.2 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

"4.1.2. Remuneração das Debêntures

4.1.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis, conforme apurado em procedimento de coleta de intuições de investimento conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 490 ("Procedimento de Bookbuilding"). incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculadas em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Remuneração").

4.1.2.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right]$$

onde:

taxa = 7,60%;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "D" um número inteiro "

2.5 Para retificar o Código ISIN referente à NTN-B informada na Cláusula 5.4 - Resgate Antecipado Facultativo Total, as partes resolvem alterar as Cláusulas 5.4.3 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

5.4.3 O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado das Debêntures será o maior valor entre (A) e (B) abaixo:

(A) Soma do prêmio de resgate ao Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, corrigido conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures e acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do Resgate Antecipado das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PU_{\text{resgate}} = VNA + (d/D * 0,0075 * VNA)$$

onde:

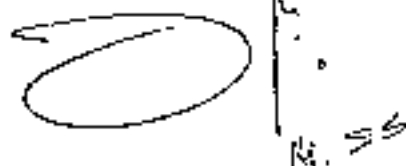
PU_{resgate} = Preço unitário de resgate

VNA = Valor Nominal Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, corrigido conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures e acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do Resgate Antecipado das Debêntures;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures; e

(B) a soma (i) do Valor Nominal Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, corrigidos conforme Atualização Monetária até a data do Resgate Antecipado das Debêntures (cláusula 3.8.2) inclusive, e (ii) da Remuneração das Debêntures não paga, desde a data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures até a Data de Vencimento, acrescidos a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado utilizando-se uma taxa percentual de um (1%) Taxa



do Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que corresponderá à soma exponencial (a) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis pro-rata temporis, da Nota da Tesouro Nacional - Série B ("NTNB") número de registro ISIN BRSTNCNTB054, com vencimento em 23 de março de 2023, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado e (b) de uma sobretaxa (spread) de 0,75% (setenta e cinco centésimas por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que pode ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$PV_{\text{resgate}} = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNE_k}{FVP_k} \times C_{\text{resgate}} \right)$$

Onde:

VNE_k = Valor Nominal Unitário de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures, sendo o valor de cada parcela "k" calculado por meio da soma do respectivo valor nominal e da remuneração definida após a realização do Procedimento de Bookbuilding.

n = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, sendo n um número inteiro.

C_{resgate} = Fator da variação acumulada do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures.

FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento

$$FVP = \{(1+NTNB) \times (1+0,0075)\}^{(n_1/252)}$$

NTNB = taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTNB, número de registro BRSTNCNTB054 com vencimento em 23 de março de 2023, apurada no terceiro dia útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado;

n_1 = número de dias úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado das Debêntures, exclusiva, e a Data de Amortização programada de cada parcela "k" vincenda inclusiva."

CLÁUSULA III RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 21 de dezembro de 2011



Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

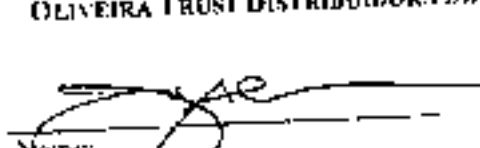
Nome:
Cargo:

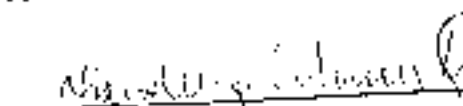


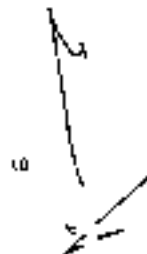



Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

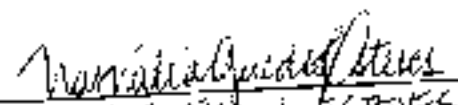

 Nome: _____
 Cargo: _____
 PAULO CÉSAR DE CASTRO

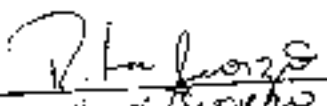

 Nome: _____
 Cargo: _____
 MARIA CAROLINA DE AZEVEDO
 SOCIEDADE


 10

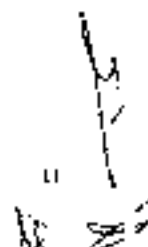
Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissão de Energia S.A

Testemunhas


Nome: NATÁLIA G. ESTEVES
CPF: 107.606.907.43


Nome: RITA SENECHAL
CPF: 104.407.728-60





07-2011/454367-4 22 dez 2011 10:42
Rio Simples Carioca Gula: 300H1232750-7
3330027377-8 Alos: 981
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
Tempo e espaço no Junho = Calculado: 397,00
mesmo local de entrada. DNRC = Calculado: 0,00
ULT AND: E0000000000000 29/11/2011 080
Pago: 423,00
Pago: 0,00

BILCO ESTADUAL,
Vto de Processo
XCBSSQ

Atipico

Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

entre

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.,
como Aliante Fiduciante,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.,**

*nesta ato representando os interesses da comunhão de titulares das debêntures da 1ª
Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.,*

e

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.,
como Interventor Amante

.....
Dado de
12 de Dezembro de 2011
.....

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

I. AÇIONISTA ou ALIENANTE FIDUCIANTE:

(i) **ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara nº 160, Sala 1818, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.726.861/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Acionista", "Isolux" ou "Alienante Fiduciante")

II. AGENTE FIDUCIÁRIO:

(ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº500, bloco 13, Grupos 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Agente Fiduciário").

III. INTERVENIENTE ANUENTE:

(iii) **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Devedora" ou "Interveniente Anuente") e, em conjunto com a Acionista e o Agente Fiduciário, "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

- A) em 20 de dezembro de 2002, a Devedora celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 084/2002 com a União ("Contrato de Concessão"), por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), pelo prazo de 30 (trinta) anos, relativo ao Edital de Licitação nº 002/2002 – ANEEL, Características e Requisitos Técnicos Básicos das Instalações de Transmissão – Lote 1 ("Edital"), tendo por objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão de 300 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na Subestação Tupyra Pretu e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, conforme Anexo 7E do Edital ("Projeto").
- B) em 21 de julho de 2004, a fim de obter recursos para o desenvolvimento do Projeto, a Devedora celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.401.31 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), por meio do qual obteve um financiamento no valor de R\$137.888.895,00 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais), devolvido em 3 (três) subscrituras ("Financiamento BNDES").

- C) em garantia ao Financiamento BNDES, a Acionista empenhou em favor do BNDES 63.082.200 (sessenta e três milhões, oitenta e duas mil e duascentas) ações de sua titularidade do capital social da Devedora ("Ações", "Penhor Original" e "Contrato de Penhor de Ações", respectivamente), sendo que tal participação acionária encontra-se descrita e detalhada na Cláusula Primeira deste Contrato;
- D) a fim de alongar o perfil da dívida da Devedora, quitar o Financiamento BNDES e obter os montantes necessários para desenvolver suas atividades, a Devedora captou recursos mediante a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária a ser convolada em espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), no valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), conforme termos e condições descritos na "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição", da Devedora, ora em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), ("Escritura"), cujas condições detalhadas se encontram descritos no ANEXO I a este Contrato;
- E) para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Devedora decorrentes da Escritura, a Devedora comprometeu-se, mediante o pagamento integral dos montantes devidos ao BNDES nos termos do Financiamento BNDES, e a consequente liberação do Penhor Original, a constituir alienação fiduciária sobre as Ações ("Alienação Fiduciária das Ações"), nos termos e condições deste Contrato e da Escritura, e
- F) a ANELL, por meio do ofício 1042/2011-SE/ANELL, de 31 de outubro de 2011, manifestou que a constituição da Alienação Fiduciária das Ações, conforme definido na Cláusula 1.2 abaixo, não necessita de sua autorização.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Contrato"), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DAS AÇÕES DA DEVEDORA

- 1.1. **Obrigações Garantidas.** O objeto deste Contrato é a constituição de alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas, conforme abaixo definido, para assegurar o pagamento pela Devedora das obrigações decorrentes da Escritura, como o principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas previstas na Escritura, bem como o ressarcimento ao Agente Fiduciário de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da execução das garantias prestadas no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas"). Para cumprir com o disposto no artigo 1.362 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e no artigo 66-B, *caput*, da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728/65"), as Obrigações Garantidas são descritas e caracterizadas no ANEXO I e constituem parte integrante deste Contrato,

- 1.2. **Alienação Fiduciária das Ações.** Para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas, a Acionista dá ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula Segunda abaixo, em conformidade com o artigo 40 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, do Decreto Lei nº 911 de 1 de outubro de 1969, e das disposições do Código Civil, no que for aplicável, em caráter irrevogável e irretroativo, em alienação fiduciária, todas as ações que atualmente detém no capital social da Devedora, coletivamente designadas "Ações Aliénées", a seguir descritas e caracterizadas:

Titular	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Social representado pelas Ações Aliénées
Isolux	63.082.200	0	63.082.200	99,99%

- 1.3. **Integração automaticamente a presente garantia ("Direitos Adicionais")**
- (i) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Aliénées, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Devedora, bem como quaisquer bens em que as Ações Aliénées sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários);
 - (ii) todas as ações derivadas das Ações Aliénées, por força de desmembramentos, propormentos, bonificações ou exercício de direito de preferência das Ações Aliénées, conversão de debêntures de emissão da Devedora e de titularidade da Acionista, que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou seu eventual sucessor legal, ou qualquer eventual novo acionista, nos termos deste Contrato; e
 - (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Aliénées, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Devedora,

1.4. As Ações Aliénées emitidas pela Devedora são nominativas, encontrando-se devidamente registradas em seu Livro de Registro de Ações Nominativas, não tendo havido emissão de certificados.

1.5. O Agente Fiduciário terá a posse indireta das Ações Aliénées e será seu proprietário sob condição resolutiva, reservando-se a posse direta das respectivas Ações Aliénées ao Aliénante. As Partes, neste ato, concordam que a transferência da propriedade fiduciária das Ações Aliénées aqui prevista não constitui qualquer transferência de controle com relação ao disposto na Lei das Sociedades por Ações.

1.6. No prazo de 10 (dez) dias úteis após a subscrição ou aquisição de quaisquer dos Direitos Adicionais mencionados na Cláusula 1.3, acima, a Acionista deverá enviar ao Agente Fiduciário uma notificação na forma do ANEXO II ao presente Contrato, que, rubricado pelas Partes, fará dele parte integrante. A Acionista deverá tomar todas as

providências necessárias para constituir a Alienação Fiduciária das Ações, especialmente no que tange à sua averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas, conforme aplicável, de acordo com os termos e condições previstos na Cláusula 3.2 abaixo, sobre os referidos Direitos Adicionais, que passarão a ser considerados, para todos os efeitos, Ações Alienadas.

1.7 O valor das Ações Alienadas será determinado com base em cálculo realizado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor das ações} = \sum_{i=1}^n CGA_i d^i$$

Onde

n = número de anos remanescentes, contado à partir da data de cântido, até o ano final da concessão, ou seja, 2037, inclusive.

CGA = Corresponde à geração de caixa da atividade, conforme definido na Escritura, o que deverá ser considerado constante ao longo da existência da operação, exceto pela redução prevista de 30% desse valor em 2019 (inclusive) e diante

$d^i = \left(\frac{1}{1+r}\right)^i$ = é o fator de desconto de cada CGA, de cada ano i

r = corresponde ao 'Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório', conforme divulgado pela ANEEL, a ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário no cálculo do desconto.

1.7.1. O Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório deverá ser atualizado anualmente pelo Agente Fiduciário, no final do trimestre encerrado em 31 de março, com base no custo médio ponderado de capital divulgado pela ANEEL no último leilão de transmissão de energia, que deverá ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário até 31 de março de cada ano. A Emissora deverá obter as referidas informações no seguinte site:

www.aneel.gov.br/aplicacoes/editalis/transmissao/edital_transmissaoa.htm

1.7.2. Na data de assinatura deste Contrato, o valor das Ações Alienadas, calculado com data base de 30 de setembro de 2011, corresponde a R\$306.734.643,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÃO SUSPENSIVA E CONVOLAÇÃO DAS DEBÊNTURES

2.1. Tendo em vista que, na data deste Contrato, as Ações Alienadas encontram-se empenhadas em favor do BNDES, nos termos do Penhor Original, a Acionista e o Agente Fiduciário concordam que a efetiva constituição da Alienação Fiduciária das Ações está condicionada à comprovação, pela Acionista, do quanto segue:

- (i) prévia liberação do Penhor Original, a ser comprovada mediante apresentação de cotação, obtida do BNDES pela Acionista, a ser encaminhada pelo BNDES à Acionista no prazo de 10 (dez) dias após a liquidação do Financiamento BNDES, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Penhor de Ações;

iii) comprovação da averbação da presente Alienação de Ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora, de acordo com a Cláusula 3.2 abaixo;

iii) comprovação de registro do presente Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo"), e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro" e, em conjunto com o Cartório de São Paulo, "Cartórios").

2.2 Mediante a ocorrência dos eventos relacionados na Cláusula 2.1 acima, a Alienação das Ações passará a ser válida e eficaz e garantirá o pagamento das Obrigações Garantidas, de acordo com os termos e condições da Escritura. A comprovação dos eventos relacionados deverá ser feita ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias úteis contados da ocorrência do evento mencionado na Cláusula 2.1 ii) acima.

2.3 Ocorrendo a eficácia da Alienação Fiduciária das Ações nos termos desta Cláusula Segunda, as características das Debêntures serão automaticamente alteradas de modo que as mesmas serão envolvidas para debêntures da espécie com garantia real, nos termos do disposto na Escritura.

2.4 A Acionista deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis após a averbação da Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora, conforme disposto na Cláusula 2.1 iii) acima, cópia autenticada do referido livro.

CLÁUSULA TERCEIRA - AUTORIZAÇÕES, NOTIFICAÇÕES E REGISTROS

3.1 A Acionista se compromete, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da liberação do Pentho Original, nos termos da Cláusula 2.1 vi) acima, a solicitar aos Cartórios a respectiva averbação à margem dos registros do Contrato de Penhor de Ações. Os comprovantes da referida averbação, feita em cada um dos registros nos respectivos Cartórios, deverão ser apresentados ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua obtenção.

3.2 Nos termos da Cláusula 2.1 vii), a Acionista deverá fazer constar a averbação da alienação fiduciária ora constituída no Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora com a seguinte anotação: *"Nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.404/76, a totalidade das ações de emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., de propriedade da Itbha Energia e Participações S.A. foram alienadas fiduciariamente, em favor dos Debenturistas detentores das debêntures emitidas nos termos da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografática a ser envolvida em espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Distribuição, da Companhia, celebrada entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografática a ser envolvida em espécie com Garantia Real, em Série Única em Regime de Garantia Firme de Distribuição da Companhia, em 11 de novembro de 2011, a qual encontra-se arquivada na sede da Companhia".*

3.3. A Acionista deverá encaminhar ao Agente Fiduciário cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da averbação da Alienação Fiduciária de Ações no referido Livro, conforme o disposto na Cláusula 3.2 acima.

3.4. Qualquer recebimento ou aquisição de quaisquer ações de emissão da Devedora pela Acionista também deverão ser averbadas pela Acionista com o devido lançamento no Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do referido lançamento, a Acionista fornecerá ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Devedora, comprovando a correspondente averbação.

3.5. O Agente Fiduciário, por meio de seus representantes ou prepostos, mediante aviso à Devedora com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência poderão examinar e auditar os Livros de Registro de Ações Nominativas da Devedora na sede da mesma, nos dias e em horário comercial, a fim de atestar a regularidade dos registros e a existência das Ações Alienadas.

3.6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção dos registros previstos nos termos da Cláusula 2.1 (iii) acima, a Acionista apresentará ao Agente Fiduciário via original do presente Contrato devidamente registrado nos Cartórios. A Acionista se compromete, outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos Cartórios e a enviar ao Agente Fiduciário via original de referido aditamento, devidamente registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

CLÁUSULA QUARTA - DECLARAÇÕES DA ACIONISTA

4.1. A Acionista declara que:

- a) exceção feita ao Penhor Original, as Ações Alienadas estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame e não pende sobre as mesmas qualquer litígio, ação ou processo, judicial ou não, que sejam relevantes;
- b) observando o disposto na Cláusula Segunda, a Alienação das Ações será devidamente averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Devedora, no prazo previsto na Cláusula 2.1 (ii) deste Contrato;
- c) exceto pela liberação do Penhor Original pelo BNDHS, não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção da alienação fiduciária ora constituída sobre as Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais de acordo com este Contrato, ressalvada a hipótese de execução da garantia ora constituída, a qual dependerá de obtenção de anuência prévia da ANEEL;
- d) as Ações Alienadas representam a totalidade das ações de emissão da Devedora detidas pela Acionista;
- e) os representantes da Acionistas que assinam este Contrato estão devidamente autorizados para firmar a presente alienação fiduciária, e

- h) as obrigações assumidas neste Contrato não implicam: (i) o inadimplemento pela Acionista de qualquer obrigação por ela assumida em qualquer negócio jurídico; ou (ii) o descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento; nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que a Acionista esteja sujeita.

4.2. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Acionista compromete-se a:

- a) não constituir sobre as Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais qualquer outro ônus ou gravame além da alienação fiduciária prevista neste Contrato e a não ceder em garantia qualquer parte das Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais a terceiros, exceto se previamente aprovadas pelo Agente Fiduciário;
- b) manter o Agente Fiduciário indene e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) razoavelmente despendidos e previamente aprovados pela Acionista que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a incurrir: (i) referentes ao resultado de qualquer comprovação violação pela Acionista de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste Contrato; e (ii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas e os Direitos Adicionais, de acordo com este Contrato;
- c) manter alienadas, em favor do Agente Fiduciário, a totalidade de suas ações no capital social da Devedora, devendo celebrar aditamentos ao presente Contrato com o propósito de que o número de ações alienadas sempre corresponda a 99,99% das ações representativas do capital social da Devedora;
- d) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que tome ciência, informar ao Agente Fiduciário qualquer constrição que recair sobre as Ações Alienadas e Direitos Adicionais;
- e) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Agente Fiduciário sobre as Ações Alienadas e Direitos Adicionais, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Acionista venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia; e
- f) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade do Agente Fiduciário de vender ou de outra forma dispor das Ações Alienadas e Direitos Adicionais, no todo ou em parte, após a ocorrência de um evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura e desde que não surtido no respectivo prazo de cura.

8

8

CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS DA AÇIONISTA

5.1. Direitos de Voto na ausência de Evento de Inadimplemento. Desde que não tenha ocorrido um Evento de Inadimplemento, a Acionista exercerá livremente o direito de voto em relação às Ações Alienadas.

5.2. Direitos de Voto na ocorrência de Evento de Inadimplemento. Ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura e até que tal Evento de Inadimplemento tenha sido sanado ou até que a presente garantia tenha sido executada nos termos da Cláusula Sexta abaixo, o exercício, pela Acionista, dos direitos de voto referentes às Ações Alienadas para a deliberação de quaisquer das matérias descritas abaixo, estarão sujeitos à autorização prévia e por escrito dos Debitaristas, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debitaristas, representados pelo Agente Fidejussor.

- a) criação ou emissão de qualquer ação com ou sem direito de voto, ou ainda qualquer título ou valor mobiliário conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre ações ou títulos ou valores mobiliários de emissão da Devedora e conversíveis em suas ações, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas pela Acionista, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da Acionista;
- b) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações de emissão da Devedora;
- c) celebração de quaisquer contratos com qualquer empresa controlada, controlada ou controladora da Devedora, empresas controladas, controladas ou controladoras da Acionista, ou ainda com qualquer dos membros da Diretoria da Devedora, com exceção à renovação de contratos já existentes ou a celebração de novo contrato de O&M pela Eletrobrás Fátimas;
- d) qualquer alteração no atual objeto social da Devedora;
- e) dissolução, liquidação ou extinção da Devedora, nos termos do artigo 206 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra espécie de reorganização societária envolvendo a Devedora;
- g) assinatura pela Devedora de qualquer acordo de acionistas;
- h) implementação de qualquer ato ou celebração de qualquer documento com a finalidade de aprovar, requerer, emitir ou unir à recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação da Devedora;
- i) distribuição pela Devedora de rendimentos, frutos ou vantagens, a qualquer título, inclusive dividendos, excetuando-se o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações na forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio; e

- j) criação pela Devedora de nova espécie ou classe de ações, desdobramento ou agrupamento de ações ou redução do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

6.1. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura, o Agente Fiduciário poderá contratar, às expensas da Devedora, empresa especializada para promover a execução da Alienação Fiduciária das Ações, conforme os seguintes procedimentos:

- a) em caso de declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário tomará as medidas previstas na Cláusula 6.1.1. abaixo para vender as Ações Alienadas, uma vez previamente observado o disposto nos itens "b" e "c" abaixo, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, ou receber o seu montante diretamente do seu devedor ou do agente pagador de seu resgate, no respectivo vencimento ou no resgate, conforme o caso, procedendo à venda na forma deste item se o recebimento for feito em bens ou aplicando-o diretamente na liquidação das Obrigações Garantidas em aberto, se o recebimento for em dinheiro. Para tanto, o Agente Fiduciário, neste ato, reconhece que a cessão do controle da Devedora dependerá de prévia e expressa anuência da ANEEL;
- b) para fins de fixação do preço mínimo de venda do bloco único das Ações Alienadas, serão contratadas, pelo Agente Fiduciário, às expensas da Devedora, em até 15 (quinze) dias contados da data do início da execução, 2 (duas) empresas dentre empresas de consultoria independentes e de boa reputação e/ou bancos de investimento, ambos de primeira linha, sendo uma indicada pela Acionista e a outra indicada pelo Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas ("Avaliadores"). O critério da avaliação do bloco das Ações Alienadas a ser utilizado pelos Avaliadores será o de fluxo de caixa descontado. Cada Avaliador deverá entregar seu laudo de avaliação à Acionista e ao Agente Fiduciário em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da respectiva contratação sob pena de, observado o disposto no item "d" abaixo, ser considerado preço mínimo aquele constante do laudo entregue temporariamente;
- c) caso a diferença de valor entre os dois laudos seja inferior a 20% (vinte por cento), apurada pela divisão do maior valor pelo menor, o preço mínimo a ser escolhido corresponderá à média aritmética dos dois valores. Caso a diferença entre os laudos seja superior a 20% (vinte por cento), apurada pela divisão do maior valor pelo menor, será escolhido, pela Acionista, a partir de uma lista de 3 (três) Avaliadores indicados pelo Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de entrega dos laudos a que se refere o item "b" acima, um terceiro Avaliador, sendo certo, entretanto, que o Avaliador assim escolhido definirá, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o preço mínimo da venda, utilizando para tanto o mesmo critério de avaliação dos dois Avaliadores anteriores, sendo que, neste caso, o preço mínimo da venda será a média aritmética dos 2 (dois) laudos que apresentarem maior proximidade entre si. Caso a Acionista não escolha o terceiro Avaliador em 5 (cinco) dias contados

da data da apresentação da lista tríplice, o laudo do Avaliador, indicando pelo Agente Fiduciário definirá o preço mínimo da venda;

- d) caso as Ações não sejam vendidas em primeiro leilão, deverá ser realizado um novo leilão para venda das Ações Alienadas pelo preço mínimo mencionado no item "c" acima;
- e) caso as Ações Alienadas não sejam vendidas em segundo leilão, o Agente Fiduciário poderá alienar as Ações pelo critério de melhor preço;
- f) as despesas comprovadas da venda das Ações Alienadas serão suportadas e, se for o caso, adiantadas pela Devedora e, em caso de descumprimento da Devedora em efetuar tal pagamento, deduzidas do preço apurado na venda;
- g) o valor obtido com a venda das Ações Alienadas será utilizado para o pagamento das Obrigações Garantidas ao Agente Fiduciário nos termos deste Contrato. Uma vez sendo estas integralmente pagas, e havendo saldo positivo (considerando a diferença entre o valor obtido pela venda das Ações Alienadas e o pagamento das Obrigações Garantidas) será ele entregue à Acionista, após deduzidas despesas de cobrança comprovadas e os valores suficientes destinados à quitação total ou parcial das Obrigações Garantidas, mediante transferência para a Acionista, a crédito da conta corrente que para tanto seja indicada pela Acionista. Havendo, após a execução da presente garantia, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Devedora permanecerá responsável pelo saldo; e
- h) sem prejuízo das ações cabíveis nos termos deste Contrato, quanto da declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário poderá exigir que a Devedora pague ou distribua qualquer valor ao qual a Acionista faz jus na qualidade de acionista da Devedora, inclusive dividendos, juros sobre o capital próprio, amortização de direitos de crédito e respectivos juros, diretamente aos Debenturistas, sendo certo que tais valores serão utilizados para reduzir as Obrigações Garantidas, sendo certo que (a) cada neste subitem "h" deve ser interpretado como obrigação adicional da Devedora realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento e (b) a Devedora continuará livre para distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento da forma que melhor lhe convier, respeitados os termos e condições da Escritura, a seu exclusivo critério e de acordo com a lei e seu estatuto social.

6.2 A Acionista concorda e reconhece expressamente que o Agente Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a venda e transferência das Ações Alienadas, inclusive, conforme aplicável, contratar, às expensas da Devedora, empresa especializada para promover a venda e execução das Ações Alienadas, firmar os respectivos contratos de venda e compra, receber valores, dar quitação e transigir, devendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência das Ações Alienadas, observadas as condições de execução previstas nesta Cláusula Sexta.

6.3 A Acionista e a Devedora desde já se obrigam a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências

11
N
V

legais e regulamentares necessárias à realização da venda pública ou privada das Ações Alienadas, respeitadas os prazos internos das entidades envolvidas, incluindo, mas não se limitando, à aprovação pela ANEEL quanto à alienação das Ações Alienadas e substituição da Acionista como interveniente no Contrato de Concessão, e à entrega de informações necessárias que estejam ao seu alcance para a elaboração dos laudos de avaliação.

6.4. As Partes concordam que não poderá haver a venda e/ou transferência das Ações Alienadas sem que ocorra simultaneamente a devida substituição da Acionista como interveniente no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA SÉTIMA – MANDATO

7.1. A Acionista neste ato nomeia, em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do art. 684 do Código Civil, o Agente Fiduciário como seu procurador, com plenos poderes para, na hipótese de declaração de vencimento antecipado da Escritura, em nome da Acionista: (i) praticar todos os atos necessários e firmar quaisquer instrumentos perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis exclusivamente para aperfeiçoar ou executar a alienação sobre as Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais; (ii) alienar as Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais em bloco único, por meio de venda pública ou privada, obedecendo o disposto na Cláusula 6.1 acima e legislação aplicável; (iii) utilizar o produto da alienação exclusivamente no pagamento das Obrigações Garantidas e tomar quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais; e (iv) obter as autorizações mencionadas na Cláusula Segunda acima. Para tanto, a Acionista, nesta data, entrega ao Agente Fiduciário uma procuração na forma do ANEXO III ao presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. **Execução Específica.** As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 462 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

8.2. **Ausência de Renúncia ou Novação.** Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e remédios previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos na Escritura.

8.3. **Cessão de Direitos e Alienação das Ações Alienadas:** A Acionista e a Devedora não poderão vender ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, ou ainda alienar, arrendar ou alugar para qualquer outra parte as Ações Alienadas ou de outra forma negociá-las, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário. Esta, porém, expressamente autorizada a transferência pela Acionista de uma ação ordinária para cada um dos membros titulares e suplentes de

Conselho de Administração da Devedora para fins de cumprimento da Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976.

8.3.1 A Acionista e a Devedora não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, ou ainda as próprias Ações Alienadas para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, excetuadas as transferências para suas controladoras, controladas ou sociedade cujo controlador seja o mesmo da Acionista.

8.4 **Despesas.** Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Devedora.

8.5 **Notificações.** Exceto se de outra forma prevista neste Contrato, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Acionista:

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816
CEP 12941-400, Rio de Janeiro, RJ
At: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada
Tel.: (21) 3077-0056
Fax: (21) 3077-0060
E-mail: jcasaseca@isluxconsam.com

Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 – Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At: Sr. Gustavo Dezouzar e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes
E-mail: gustavo.dezouzar@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

Devedora:

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3077-0056
Fax: (21) 3077-0060
At: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada

8.5.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja

continuada por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações estipuladas por meio deste Contrato, incluindo mas não se limitando a, notificação de Evento de Inadimplimento, não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

8.5.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

8.7. **Successores.** O presente Contrato obriga tanto as Partes quanto seus sucessores ecessionários, a qualquer título.

8.8. **Alterações.** O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, mediante formalização de aditamento, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato.

8.9. **Vigência.** O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Quantitadas nos termos da Escritura.

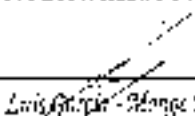
8.10. **Foro.** As Partes elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como o competente para conhecer e julgar ações ajuizadas em razão deste Contrato.

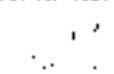
E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 04 (quatro) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 12 de dezembro de 2011

Parça 161 do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome: 
Diretor

Nome: 
Diretor

Página 24 do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares dos debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: Sérgio Blasco Leão Moraes Ribeiro da Costa
Procurador

Nome: Marcelo Takashi Yano de Andrade
Procurador

Página VI do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: **Javier Cosaseca**
Diretor

Nome: **Luiz Garcia - Morys Pêças**
Diretor

Página 44 do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da convenção dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a ESCALA ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: André Luiz de
Oliveira
149

ANEXO 1

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Escritura

1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures: O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 7.7 da Escritura.

2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures.

3. Valor Nominal Unitário e Atualização do Valor Principal: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

4. Rendimento: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização Monetária (conforme definida abaixo) e pela Remuneração (conforme definida abaixo) ("Rendimento").

5. Atualização Monetária: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário, conforme definido na Escritura, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a fórmula constante da Escritura ("Atualização").

6. Remuneração: As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,40% (oito inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser apurada em Procedimento de *flat-banking*, conforme definido na Escritura, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura ("Remuneração").

Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

7. Prazo e Data Vencimental: O prazo de vencimento das Debêntures será de 144

cento e quarenta e quatro meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de novembro de 2023 ("Data de Vencimento"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

8. Amortização: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 31 de fevereiro de 2012, conforme a tabela a seguir ("Amortização"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária apurada trimestralmente, calculada conforme a Cláusula 4.1.1 da Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização.

Datas de Amortização:	Porcentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
11/02/2012	1,7500%
11/05/2012	1,7500%
11/08/2012	1,7500%
11/11/2012	1,7500%
11/02/2013	1,8750%
11/05/2013	1,8750%
11/08/2013	1,8750%
11/11/2013	1,8750%
11/02/2014	2,1000%
11/05/2014	2,1000%
11/08/2014	2,1000%
11/11/2014	2,1000%
11/02/2015	2,2500%
11/05/2015	2,2500%
11/08/2015	2,2500%
11/11/2015	2,2500%
11/02/2016	2,5000%
11/05/2016	2,5000%
11/08/2016	2,5000%
11/11/2016	2,5000%
11/02/2017	2,6000%
11/05/2017	2,6000%
11/08/2017	2,6000%
11/11/2017	2,6000%
11/02/2018	2,8000%
11/05/2018	2,8000%
11/08/2018	2,8000%
11/11/2018	2,8000%
11/02/2019	2,6750%
11/05/2019	2,6750%
11/08/2019	2,6750%
11/11/2019	2,6750%
11/02/2020	0,9500%
11/05/2020	0,9500%
11/08/2020	0,9500%
11/11/2020	0,9500%
11/02/2021	1,6000%
11/05/2021	1,6000%
11/08/2021	1,6000%
11/11/2021	1,6000%
11/02/2022	1,8250%
11/05/2022	1,8250%
11/08/2022	1,8250%

11/11/2023	1.835,03
11/02/2023	1.935,13
11/05/2023	1.935,13
11/09/2023	1.935,13
11/11/2023	1.935,13

9. Local de Pagamento: Observado o previsto na Cláusula 3.13 da Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador para as Debêntures que não estiverem registradas no SND e Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

10. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, serão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características das Debêntures e, consequentemente, das Obrigações Quantitativas, estão descritas na Escritura, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos neste ANEXO I, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

ANEXO II

[papel timbrado da AÇÃOISTA]

[local e data]

Ref.: NOTIFICAÇÃO - Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de emissão da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Ao [Agente Fiduciário]

Prezados Senhores,

De acordo com as disposições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações,
datado de [•], comunicamos que [nome do Acionista], subscritor/adquirente ex
[ações/direitos/títulos ou valores mobiliários] listado abaixo:

[indicar a quantidade e características das ações/direitos/títulos ou valores
mobiliários adquiridos]

Informamos [•], Os documentos que comprovam que tais providências foram tomadas
serão encaminhados a V. Sa. no prazo de 10 (dez) dias da presente notificação.

Atenciosamente,

[assinatura da AÇÃOISTA]

4
1

ANEXO III

PROCURAÇÃO

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara nº 160, Sala 1818, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.726.861/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "Isolux" ou "Otorgante", neste ato nomeia e constitui, de maneira irrevogável e irretirável, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Indutor"), sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunidade dos debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quotatária a ser desenvolvida em Espécie com Garantia Real, da Cachoeira Paulista Transmissora De Energia S.A. ("Otorgado"), como seu procurador, exclusivamente na hipótese da ocorrência de declaração de vencimento antecipado da Escritura, para, agindo em nome dos Debenturistas, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato de Alienação de Ações, datado de 12 de dezembro de 2011, ("Contrato"), com poderes para:

- (i) a praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) com o objetivo de preservar todos os seus direitos estabelecidos no Contrato e de defender e preservar as Ações Alienadas; e
- (ii) após a decretação de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, praticar quaisquer atos necessários à execução da garantia prevista, respeitado o disposto no Contrato, inclusive, sem limitação, o quanto segue:
 - (a) fazer com que sejam vendidas, todas as Ações Alienadas, em bloco único, por meio de venda pública ou privada, obedecida a legislação aplicável e uma vez observado os critérios de avaliação das Ações Alienadas conforme disposto na Cláusula 6.1 do Contrato;
 - (b) utilizar os valores recebidos de acordo com a alínea (a) acima exclusivamente no pagamento das Obrigações Garantidas, devendo deduzir todas as despesas judiciais e os tributos eventualmente incidentes e entregar à Otorgante o que eventualmente sobejar, bem como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das Ações Alienadas, podendo dar e receber quitação;
 - (c) receber quaisquer rendimentos das Ações Alienadas ou quaisquer montantes devidos com relação às mesmas para pagamento das Obrigações Garantidas; e
 - (d) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada das Ações Alienadas nos termos do Contrato.

O Otorgado poderá substabelecer, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos a eles, sendo certo que referendo substabelecimento estará limitado aos seus advogados.

Esta procuração é outorgada como condição do Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato.

Os termos em letra manuscrita empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

São Paulo, [•] de [•] de 2011

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

naidmesd ot ç t s d d a e n â e s o r l t Fiau A c ã o a e n r õ e s

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO
CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES**

entre

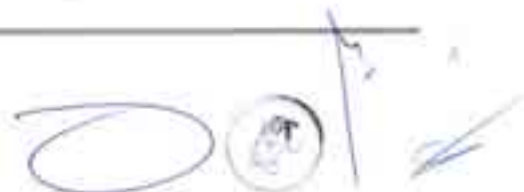
ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.,
como Alienante Fiduciante,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.,**
*neste ato representando os interesses da comunhão de titulares das debêntures da 1ª
Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.,*

e

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.,
como Interviente Anuente

Datado de
21 de dezembro de 2011



PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES

I. ACIONISTA ou ALIENANTE FIDUCIANTE:

(i) **ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara nº 160, Sala 1818, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.726.861/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Acionista", "Isolux" ou "Alienante Fiduciante").

II. AGENTE FIDUCIÁRIO:

(i) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo, 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Agente Fiduciário").

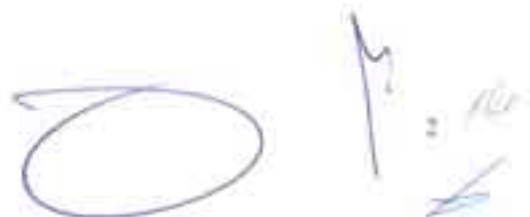
III. INTERVENIENTE ANUENTE:

(i) **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("Devedora" ou "Interveniente Anuente" e, em conjunto com a Acionista e o Agente Fiduciário, "Partes").

CONSIDERANDO QUE as Partes celebraram em 12 de dezembro de 2011 o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");

CONSIDERANDO QUE o número de ações alienadas fiduciariamente em favor dos Debenturistas não reflete a totalidade do capital social da Interveniente Anuente;

CONSIDERANDO QUE na data de assinatura do presente Aditamento as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias objeto deste Aditamento (conforme item 1.1. abaixo);



RESOLVEM as Partes firmar o Primeiro Aditamento ("Aditamento") ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I ALTERAÇÕES

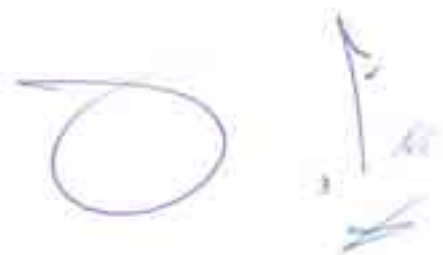
1.1 O presente Aditamento tem como objetivo retificar a quantidade de ações atualmente detidas pela Acionista no capital social da Interviente Anuente. Desta forma, as partes resolvem alterar a Cláusula 1.2 – Alienação Fiduciária de Ações do Contrato de Alienação de Ações, que passa a ter a seguinte nova redação:

"1.2. Alienação Fiduciária das Ações. Para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas, a Acionista dá ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula Segunda abaixo, em conformidade com o artigo 40 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o artigo 66-B da Lei 4.728/65, com a redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, do Decreto-Lei nº 911 de 1º de outubro de 1969, e das disposições do Código Civil, no que for aplicável, em caráter irrevogável e irretratável, em alienação fiduciária, todas as ações que atualmente detêm no capital social da Devedora, (coletivamente designadas "Ações Aliénées"), a seguir descritas e caracterizadas:

<i>Titular</i>	<i>Ações Ordinárias</i>	<i>Ações Preferenciais</i>	<i>Total</i>	<i>% do Capital Social representado pelas Ações Aliénées</i>
<i>Eneluz</i>	<i>64.582.205</i>	<i>0</i>	<i>64.582.205</i>	<i>99,99999845%%</i>

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1 Este Aditamento será arquivado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo"), e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro" e, em conjunto com o Cartório de São Paulo, "Cartórios").



CLÁUSULA III RATIFICAÇÕES

3.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Aditamento, em caráter irrevogável e irretratável, em 04 (quatro) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 21 de dezembro de 2011.

Página de Assinatura 1/4 do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações firmado entre a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a Isolux Energia e Participações S.A.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome: _____

Nome: _____



Página de Assinatura 2/4 do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações firmado entre a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a Isolux Energia e Participações S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**


Nome:


Nome:



Página de Assinatura 3/4 do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações firmado entre a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a Isolux Energia e Participações S.A.

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: _____

Nome: _____




Página de Assinatura 4/4 do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações firmado entre a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e a Isolux Energia e Participações S.A.

TESTEMUNHAS:

Nathália Guedes Esteves

Nome: NATHÁLIA G. ESTEVES

CPF: 107.606.197-43

Thaiz Martins Brito

Nome: THAIZ MARTINS BRITO

CPF: 082.320.667-09





Contrato de Cessão Fiduciária de Contas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS

entre

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
como Cedente, e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**
*como Agente Fiduciário, neste ato representando os interesses da companhia de
titulares dos debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia
S.A. e*

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,
como Banco Depositário

Datado de
12 de Dezembro de 2011

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS

I. CEDENTE:

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marçal Câmara, nº 160, sala 1534, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "Cedente";

II. CESSIONÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "Agente Fiduciário" ou "Cessionário", representando os interesses da comunidade de titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Debenturistas"); e

III. BANCO DEPOSITÁRIO:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2141 e nº 2.235, 27ª, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 90.401.888/0001-42, neste ato representada por seus representantes legais ("Banco Depositário") e, em conjunto com a Cedente e o Cessionário, "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

A) em 20 de dezembro de 2002, a Cedente celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 084/2002 com a União ("Contrato de Concessão") e, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), pelo prazo de 30 (trinta) anos, relativo ao Edital de Licitação nº 002/2002 – ANEEL Características e Requisitos Técnicos Básicos das Instalações de Transmissão – Lote II ("Edital"), tendo por objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, conforme Anexo 7II do Edital ("Projeto");

B) a fim de obter recursos para o desenvolvimento do Projeto, a Cedente celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.410.311, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), por meio do qual obteve um financiamento no valor total de R\$ 137.888.895,00 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais), dividido em 3 (três) subcréditos ("Financiamento BNDES");

C) a fim de alongar o perfil da dívida da Cedente, quanto o Financiamento BNDES e obter os montantes necessários para desenvolver suas atividades, a Cedente irá captar recursos mediante a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária a ser Convolutada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Emissão"), estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, no valor total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) de acordo com os termos e condições descritos na Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária a ser Convolutada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Firme de Distribuição, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Escritura"), registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob nº BD33000285.30000 em 29 de novembro de 2011;

D) para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Cedente decorrentes da Escritura, a Cedente comprometeu-se, mediante o pagamento integral dos montantes devidos ao BNDES nos termos do Financiamento BNDES, a constituir a cessão fiduciária sobre a totalidade dos recursos depositados nas Contas do Projeto (conforme abaixo definido), bem como dos direitos sobre as Contas do Projeto (conforme abaixo definido), nos termos e condições deste Contrato e da Escritura.

E) a ANEEL, por meio do ofício 1062/2011-SF/ANEEEL, de 31 de outubro de 2011, manifestou que a constituição da cessão fiduciária das Contas do Projeto não necessita de sua autorização.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Contas ("Contrato") mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CONTAS

1.1. Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da Escritura, como o principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas previstas na referida Escritura, bem como o ressarcimento ao Agente Fiduciário de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da execução das garantias prestadas no âmbito da emissão, conforme descrição da Escritura e seus eventuais aditamentos (doravante denominadas "Obrigações (Garantias)"), a Cedente cede ao Cessionário, em caráter irrevogável e irretirável, em cessão fiduciária, os recursos depositados nas Contas do Projeto, bem como os direitos sobre as Contas do Projeto (conforme abaixo definidos) de que é titular, conforme descritos e caracterizados abaixo ("Direitos Cediáveis"):

- a) inclui os direitos da Cedente sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas seguintes contas bancárias: (i) conta para depósito do montante decorrente da Oferta, para liquidação integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento BNDES, nº 000130052058 da agência 2271 ("Conta para Pagamento do Financiamento BNDES"); (ii) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos três meses do serviço da dívida da Emissora, nº 000130052065 da agência 2271 ("Conta Reserva de Amortização"); (iii) conta vinculada nº 000130052062 da agência 2271, que será ativada apenas na hipótese prevista na Cláusula 6.1

“r”) da Escritura (“Conta de Complementação”); e (iv) conta vinculada na qual deverá conter montante equivalente ao custo operacional da Emissora relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos da Emissora durante os 3 (três) meses antecedentes, nos termos do Contrato de Administração de Contas, anexo definido, nº 0001/00152089 da agência 2271 (“Conta Reserva de O&M” e, em conjunto com a Conta para Pagamento do Financiamento BNDES, a Conta Reserva de Amortização e a Conta de Complementação, as “Contas do Projeto”), de sua titularidade, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado nesta data entre a Cedente, o Banco Depositário, e o Cessionário como interveniente-inuente (“Contrato de Administração de Contas”), cuja cópia encontra-se anexa ao presente Contrato como ANEXO II.

1.2 As Obrigações Garantidas têm suas características devidamente descritas no ANEXO I ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, § 4º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

CLÁUSULA SEGUNDA - NOTIFICAÇÕES E REGISTROS

2.1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro do presente Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartório do Rio de Janeiro”) e São Paulo, Estado de São Paulo (“Cartório de São Paulo”) e, em conjunto com o Cartório do Rio de Janeiro, “Cartórios”), a Cedente apresentará ao Cessionário via original do presente Contrato devidamente registrado. A Cedente se compromete, outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro do referido instrumento à margem deste Contrato nos Cartórios e a enviar ao Cessionário uma via original do referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

2.2. A Cedente dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação ao Cessionário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÕES DA CEDENTE

3.1. A Cedente declara que:

- a) os Direitos Cedidos estão livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravame e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, relevante;
- b) não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos de acordo com este Contrato;

- c) os representantes da Cedente que assinam este Contrato estão devidamente autorizados para tanto; e
- d) as obrigações assumidas neste Contrato não implicam: (i) o inadimplemento pela Cedente de qualquer obrigação por ela assumida em qualquer negócio jurídico; ou (ii) o descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento, nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que a Cedente esteja sujeita.

3.2 Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Cedente compromete-se a:

- a) não constituir sobre os Direitos Cedidos qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária prevista neste Contrato e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Direitos Cedidos a terceiros, exceto se previamente aprovadas pelo Cessionário;
- b) manter o Cessionário indene e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) que o Cessionário venha comprovadamente a incorrer: (i) referentes ou resultantes de qualquer comprovada violação por si de qualquer das declarações assumidas neste Contrato; e (ii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos, de acordo com este Contrato;
- c) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do momento em que tomar ciência, informar ao Cessionário qualquer constrição que recair sobre os Direitos Cedidos;
- d) a defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Cessionário sobre os Direitos Cedidos, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Cedente venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;
- e) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos Direitos Cedidos, sem a prévia e expressa anuência do Cessionário, sendo que referida anuência não poderá ser injustificadamente recusada, segundo critérios de razoabilidade e princípios de boa-fé, ou deixar de ser respondida em prazo superior a 30 (trinta) dias contados da solicitação de anuência enviada pela Cedente ao Cessionário, sob pena de referida anuência ser considerada automaticamente concedida;
- f) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade do Cessionário de vender ou de outra forma dispor dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, após a ocorrência e continuidade de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura e desde que não sanado no respectivo prazo de cura; e
- g) cumprir com os termos e condições do Contrato de Administração de Contas, observado que um evento de inadimplemento conforme definido no

Contrato de Administração de Contas será considerado um evento de inadimplemento, para fins deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

5.1. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o Cessionário poderá promover a execução dos Direitos Cedidos, conforme os seguintes procedimentos:

- a) o Cessionário, nos termos deste Contrato, da Escritura e do Contrato de Administração de Contas, estará autorizado, de forma irrevogável e irretirável, a instruir o Banco Depositário, a exigir que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos Direitos Cedidos diretamente nas Contas do Projeto, bloqueadas em favor do Cessionário, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, para que sejam utilizados no pagamento das Obrigações Garantidas, devendo ser deduzidos todos os tributos e despesas razoáveis e eventualmente incidentes que o Cessionário venha comprovadamente a incorrer, devendo ser entregue à Cedente o que eventualmente sobejar;
- b) havendo, após a execução da presente garantia conforme previsto no item "a" acima, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável por tal saldo até efetiva e total liquidação do mesmo; e
- c) o exercício da prerrogativa prevista no item "a" acima não impedirá o Cessionário de executar a garantia decorrente do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado nesta data entre a Isolux Energia e Participações S.A., a Cedente, o Cessionário e o Banco Depositário, conforme definido na Escritura, ou qualquer outra garantia outorgada ao Cessionário.

5.2. A Cedente concorda e reconhece expressamente que o Cessionário poderá praticar todos os atos necessários para a venda e transferência dos Direitos Cedidos, inclusive, conforme aplicável, receber valores, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, desde que devidamente observadas as condições de execução da cessão fiduciária previstas nesta Cláusula Quinta e na legislação aplicável.

5.3. A Cedente desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Cessionário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive ao que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos Cedidos.

CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. **Execução Específica.** As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

5.2. Anuência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos na Escritura.

5.3. Cessão. A Cedente somente poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, com a prévia e expressa anuência do Cessionário, e, desde que o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições deste Contrato.

5.4. Despesas. Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e cobrança por conta da Cedente.

5.5. Notificações. Exceto se de outra forma prevista neste Contrato, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas por escrito para os seguintes endereços:

CEDENTE:

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Avenida Marechal Câmara, 160, sala 1816, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 22941-000
Tel.: (21) 3077-0056
Fax: (21) 3077-0060
At.: Sr. Algel Javier Casaseca de Prado
E-mail: jcasaseca@isoluxtrans.com

CESSIONÁRIO:

AGENTE FIDUCIÁRIO:
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 – Barra da Tijuca
CEP 22.640-100 – Rio de Janeiro - RJ Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At.: Sr. Gustavo Deozouart e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes
E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

BANCO DEPOSITÁRIO:

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º
São Paulo – SP
At.: Sr. Diego Salgado
Tel.: (11) 3012-5729
Fax: (11) 3012-5729
Email: dsalgado@santander.com.br

5.5.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações estipuladas por meio deste Contrato, incluindo, mas não se limitando a, notificação de evento de inadimplemento, não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

5.5.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tornem conhecimento.

5.6. **Sucessores.** O presente Contrato obriga tanto as Partes quanto seus sucessores e Cessatários, a qualquer título.

5.7. **Alterações.** O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes.

5.8. **Vigência.** O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura.

5.9. **Fórum.** As Partes elegem o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como o competente para conhecer e julgar ações ajuizadas em razão deste Contrato.

É, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 04 (quatro) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas abaixo assinadas.

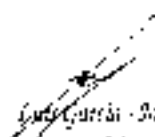
São Paulo, 12 de Dezembro de 2011

Handwritten signatures of the parties and witnesses, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and bottom.

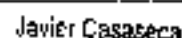
Página 154 do CONTRATO DE CESSÃO DE FIDUCIÁRIA DE DIREITOS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da companhia dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome


Luiz Carlos de Menezes Rocha
Diretor

Nome:


Javier Casaseca
Diretor

Página 144 do CONTRATO DE CESSÃO DE FIDUCIARIA DE DIREITOS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comissão dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

DEBENTURISTAS, representados pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: _____
Cargo: _____
Rita Brito Cabral Moya Blazquez de Hójar
Procuradora

Nome: _____
Cargo: _____
Marcelo Takashi Yano de Araujo
Procurador

Página 14 do CONTRATO DE CESSÃO DE FIDUCIÁRIA DE DIREITOS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da Companhia dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:

Cargo:

Marcelo Victor Proença
Gerente de Portfólio
580594
CPF: 040.010.500-00

Nome:

Cargo:

Saulo dos Santos Clemente
Head of Sales & Products
434717

Página 144 do CONTRATO DE CESSÃO DE FIDUCIARIA DE DIREITOS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comissão dos titulares dos debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

Testemunhas

Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Escritura

1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures: O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.2 da Escritura.

2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures.

3. Valor Nominal Unitário e Atualização do Valor Principal: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um real), na Data de Emissão.

4. Rendimento: A partir da Data de Emissão, as Debêntures terão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização Monetária (conforme definida abaixo) e pela Remuneração (conforme definida abaixo) ("Rendimento").

5. Atualização Monetária: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário, conforme definido na Escritura, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ("Valor Nominal Unitário Atualizado", segundo a fórmula constante da Escritura ("Atualização").

6. Remuneração: As Debêntures terão jus a uma remuneração correspondente à taxa percentual máxima equivalente a 8,40% (oito inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser apurada em Procedimento de *Revolving*, conforme definido na Escritura, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura ("Remuneração").

Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

7. Prazo e Data Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 144

três e quatro e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2023 ("Data de Vencimento"), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ainda não amortizadas, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional.

8. Amortização: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir de 11 de fevereiro de 2012, conforme a tabela a seguir ("Amortização"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização Monetária apurada trimestralmente, calculada conforme a Cláusula 4.1.1.1 da Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a respectiva data de Amortização:

Datas de Amortização:	Porcentagem do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizadas:
11/02/2012	1.7500%
11/05/2012	1.7500%
11/08/2012	1.7500%
11/11/2012	1.7500%
11/02/2013	1.8750%
11/05/2013	1.8750%
11/08/2013	1.8750%
11/11/2013	1.8750%
11/02/2014	2.0000%
11/05/2014	2.0000%
11/08/2014	2.0000%
11/11/2014	2.0000%
11/02/2015	2.2500%
11/05/2015	2.2500%
11/08/2015	2.2500%
11/11/2015	2.2500%
11/02/2016	2.5000%
11/05/2016	2.5000%
11/08/2016	2.5000%
11/11/2016	2.5000%
11/02/2017	2.6000%
11/05/2017	2.6000%
11/08/2017	2.6000%
11/11/2017	2.6000%
11/02/2018	2.8000%
11/05/2018	2.8000%
11/08/2018	2.8000%
11/11/2018	2.8000%
11/02/2019	2.6750%
11/05/2019	2.6750%
11/08/2019	2.6750%
11/11/2019	2.6750%
11/02/2020	0.9500%
11/05/2020	0.9500%
11/08/2020	0.9500%
11/11/2020	0.9500%
11/02/2021	1.0000%
11/05/2021	1.0000%
11/08/2021	1.0000%
11/11/2021	1.0000%
11/02/2022	1.8250%
11/05/2022	1.8250%
11/08/2022	1.8250%

13

12/11/2022	1,829,00
12/02/2023	1,975,15
12/05/2023	1,975,15
12/08/2023	1,975,15
12/11/2023	1,975,15

9. Local de Pagamento: Observado o previsto na Cláusula 3.13 da Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SNB; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador para as Debêntures que não estiverem registradas no SNB e Sistema de Negociação BM&FBOVESPA.

10. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplimento até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características das Debêntures e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na Escritura, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.



ANEXO II

CÓPIA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

15

Contrato de Administração de Contas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

e

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
como Contribuinte,

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,
como Banco Depositária

e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
IMOBILIÁRIOS S.A.,**
*como Agente Fiduciário e Interveniente Anuente, neste ato representando os interesses
da comunhão de titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista
Transmissora de Energia S.A.*

Data

de

12 de Dezembro de 2011

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

I. CONTRATANTE:

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1534, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "**CONCESSIONÁRIA**".

II. CONTRATADO:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, 27º, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada por seus representantes legais, doravante designada "**BANCO DEPOSITÁRIO**", e

III. INTERVENIENTE ANUENTE:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ("**Agente Indução**"), representando os interesses da companhia de titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("**Debenturistas**"), e, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA e BANCO DEPOSITÁRIO, "**PARTES**".

CONSIDERANDO QUE:

A) em 20 de dezembro de 2002, a CONCESSIONÁRIA celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 084/2002 com a União ("**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("**ANEEL**"), pelo prazo de 30 (trinta) anos, relativo ao Edital de Licitação nº 002/2002

ANEEL Características e Requisitos Técnicos Básicos das Instalações de Transmissão – Lote E ("**EDITAL**"), tendo por objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na Subestação Tijeco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, conforme Anexo 7E do Edital ("**PROJETO**");

B) a fim de obter recursos para o desenvolvimento do PROJETO, a CONCESSIONÁRIA celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2411.3/1, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("**BNDES**"), por meio do qual obtém um financiamento no valor total de R\$ 137.888.895,000 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais, dividido em 3 (três) subcréditos ("**FINANCIAMENTO BNDES**"),

Do a fim de alongar o perfil da dívida da CONCESSIONÁRIA, quitar o FINANCIAMENTO BNDES e obter os montantes necessários para desenvolver suas atividades, a CONCESSIONÁRIA irá captar recursos mediante a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convoluta em Espécie com Garantia Real, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, no valor total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) ("DEBÊNTURES"), de acordo com os termos e condições descritos na Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convoluta em Espécie com Garantia Real, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("ESCRITURA"), registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o nº FD33000285-3/000 em 29 de novembro de 2011, e

E) para assegurar pagamento de todas as quantias devidas pela CONCESSIONÁRIA decorrentes das DEBÊNTURES, a CONCESSIONÁRIA celebra, nesta data, com o Agente Fiduciário, representando os interesses dos DEBENTURISTAS, e com o BANCO DEPOSITÁRIO, Contrato de Cessão Fiduciária de Contas ("CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA"), por meio do qual constitui cessão fiduciária da totalidade dos direitos relativos às CONTAS DO PROJETO, conforme definido na Cláusula 1.3 abaixo, de acordo com os termos e condições do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA e da ESCRITURA.

Resolvem as PARTES celebrar o presente Contrato de Administração de Contas, doravante denominado simplesmente "Contrato" mediante as cláusulas e condições descritas abaixo.

Exceto quando definidos no presente Contrato, os termos cujas letras apareçam em minúscula neste instrumento deverão ter o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA e na ESCRITURA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS CONTAS

1.1 **CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES:** conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com a única e exclusiva finalidade de receber a totalidade dos valores decorrentes da subscrição e integralização das DEBÊNTURES (após dedução das comissões e despesas conforme previsto no contrato de colocação das DEBÊNTURES), os quais serão direcionados para pagamento do saldo devedor do FINANCIAMENTO BNDES, movimentável apenas pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com as instruções do AGENTE FIDUCIÁRIO, aberta sob o nº 130052058, na Agência nº 2271, do Banco Santander (Brasil) S.A. Após a quitação do saldo devedor do FINANCIAMENTO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá: (i) transferir recursos, no valor informado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, para a CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO (conforme definida no item 1.3 abaixo), imediatamente após recebimento da comunicação nesse sentido; e (ii) transferir recursos, no valor informado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, para a CONTA RESERVA DE O&M (conforme definida no item 1.4 abaixo), imediatamente após recebimento da comunicação nesse sentido. Somente após ter sido realizada a quitação do FINANCIAMENTO BNDES e o preenchimento da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO e da CONTA RESERVA

DE O&M, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir os recursos remanescentes para a CONTA MOVIMENTO (conforme definida no item 1.7 abaixo) e encerrar a CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES.

1.2. **CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD**: conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, revista trimestralmente pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, que será ativada apenas na hipótese da Cláusula 6.1. "r" da ESCRITURA, aberta sob o nº 130052072, na Agência nº 2271, do Banco Santander (Brasil) S.A., que poderá ser debitada apenas com a assinatura conjunta do AGENTE FIDUCIÁRIO e da CONCESSIONÁRIA.

1.3. **CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO**: conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, revista trimestralmente pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, a cada data de amortização das Debêntures, na qual serão depositados recursos em montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES ("SERVIÇO DA DÍVIDA"), movimentável apenas pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com as instruções do AGENTE FIDUCIÁRIO, aberta sob o nº 130052085, na Agência nº 2271, do Banco Santander (Brasil) S.A.

1.4. **CONTA RESERVA DE O&M**: conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, revista trimestralmente pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, na qual serão depositados os recursos em montante equivalente ao custo operacional da CONCESSIONÁRIA referente a um período de 3 (três) meses, a serem estimados com base nos valores gastos pela CONCESSIONÁRIA a título de O&M, nos 3 (três) meses antecedentes, movimentável apenas pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com as instruções do AGENTE FIDUCIÁRIO, aberta sob o nº 130052089, na Agência nº 2271, do Banco Santander (Brasil) S.A.

1.5. A CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD, a CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO e a CONTA RESERVA DE O&M, quando referidos em conjunto serão denominadas "**CONTAS DO PROJETO**".

1.6. **CONTA MOVIMENTO**: conta corrente de titularidade e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, de livre movimentação, onde são depositados os pagamentos decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO e do Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 008/2005, firmado entre a Concessionária e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, aberta sob o nº 29-000003-7, na Agência nº 2263 do Banco Santander (Brasil) S.A. A CONTA MOVIMENTO não poderá ser alterada pela CONCESSIONÁRIA sem a anuência formal do ANEEL E DO BANCO DEPOSITÁRIO.

1.6.1. A alteração a que se refere a Cláusula 1.6, acima deverá ser comunicada ao AGENTE FIDUCIÁRIO pelo BANCO DEPOSITÁRIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua efetivação.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. Este contrato tem por objeto regular a:

- (a) administração das CONTAS DO PROJETO, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da ESCRITURA e nos CONTRATOS DE GARANTIA, incluindo principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas previstas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância razoável e comprovadamente desembolsada por conta da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos DEBENTURISTAS, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, em relação à ESCRITURA e seus eventuais aditamentos ("OBRIGAÇÕES GARANTIDAS");
- (b) administração das receitas provenientes da subscrição e integralização das DEBÊNTURES e a destinação de parte dos recursos resultantes da integralização das DEBÊNTURES para a CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES, cujo montante deve ser suficiente para o pagamento do saldo devedor do FINANCIAMENTO BNDES e satisfação integral pela CONCESSIONÁRIA da totalidade de suas obrigações frente ao BNDES;
- (c) administração dos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO; e
- (d) condição e termos segundo os quais o BANCO DEPOSITÁRIO atuará com mandato da CONCESSIONÁRIA, responsável pelas CONTAS DO PROJETO.

2.2 As CONTAS DO PROJETO poderão sofrer bloqueio por determinação escrita do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese da ocorrência de um evento de inadimplemento, conforme previsto na ESCRITURA, desde que não sanado no respectivo prazo de cura, e as receitas decorrentes do bloqueio poderão ser aplicadas na liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, devendo ser entregue à CONCESSIONÁRIA o que eventualmente sobejar.

2.3 As PARTES declaram e reconhecem que o não cumprimento de qualquer obrigação nos termos do presente Contrato, especialmente em relação às obrigações pertinentes às CONTAS DO PROJETO e à CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES que não seja sanada no respectivo prazo de cura, se houver, será considerado como um evento de inadimplemento, conforme previsto na ESCRITURA, para fins da ESCRITURA e deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - MOVIMENTAÇÃO DA CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES

3.1 Os recursos advindos da subscrição e integralização das DEBÊNTURES serão depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES, conforme descrito no item 1.1 acima.

3.2.1 Caso não sejam depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES, recursos suficientes para o pagamento integral do FINANCIAMENTO BNDES, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar o

término imediato deste Contrato por descumprimento de seus termos e condições. Neste caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO enviará uma notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO requerendo o bloqueio imediato da CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES devendo, exclusivamente, os recursos depositados na mesma, acrescidos da remuneração prevista nos termos da ESCRITURA, serem utilizados no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, sendo entregue à CONCESSIONÁRIA o que eventualmente sobejar.

3.3. No momento em que forem depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES, os recursos das DEBÊNTURES necessários para o integral pagamento do FINANCIAMENTO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO, conforme orientação do AGENTE FIDUCIÁRIO, efetuará o pagamento dos valores devidos ao BNDES, para satisfação integral pela CONCESSIONÁRIA da totalidade de suas obrigações pecuniárias frente ao BNDES no FINANCIAMENTO BNDES. O pagamento do FINANCIAMENTO BNDES ocorrerá (a) no mesmo dia, caso a totalidade dos recursos necessários para pagamento do FINANCIAMENTO BNDES seja depositada na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES até as 15 (quinze) horas; e (b) no dia útil seguinte, caso a totalidade dos recursos necessários para pagamento do FINANCIAMENTO BNDES seja depositada na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES após as 15 (quinze) horas, em montante e na conta corrente a serem indicados pelo BNDES ao AGENTE FIDUCIÁRIO no mesmo dia em que houver o depósito integral dos recursos decorrentes da integralização das DEBÊNTURES, necessários para liquidação total do FINANCIAMENTO BNDES.

3.4. Efetuado o pagamento total do FINANCIAMENTO BNDES, na forma da Cláusula 3.3 acima, a CONCESSIONÁRIA, deverá obter do BNDES, notificação ou qualquer outra evidência de quitação do FINANCIAMENTO BNDES, necessária para o implemento da condição suspensiva sob a qual foi constituído o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, celebrado nesta data, entre a Isolux Energia e Participações S.A., a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO (ALIESSACÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES).

3.6. A CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES permanecerá aberta apenas enquanto não for quitada a totalidade do FINANCIAMENTO BNDES na forma da Cláusula 3.3 acima. Após a liquidação do FINANCIAMENTO BNDES e o preenchimento da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO e da CONTA RESERVA DE O&M, a CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES será encerrada e deixará de existir.

3.7. Todo e qualquer recurso depositado na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES que sobejar o montante necessário à quitação do FINANCIAMENTO BNDES e o preenchimento da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO e da CONTA RESERVA DE O&M deverá ser automaticamente depositado na CONTA MOVIMENTO pelo BANCO DEPOSITÁRIO.

CLÁUSULA 4ª - ORDEM DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA CONTA MOVIMENTO

4.1. Desde que não ocorra qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO a CONCESSIONÁRIA deverá usar o saldo dos recursos depositados na CONTA MOVIMENTO de acordo com a seguinte ordem de prioridade: (i) encargos oriundos do CONTRATO DE CONCESSÃO e de normas regulamentares estabelecidas pelo Poder Concedente; (ii) pagamento de tributos; (iii) pagamento das despesas de operação e manutenção e dos seguros previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO; (iv) amortização do principal e juros relativos às OBRIGAÇÕES GARANTIDAS; (v) investimentos; (vi) depósito para ajuste da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, nos termos da Cláusula 5ª abaixo; (vii) depósito para ajuste da CONTA RESERVA DE O&M, nos termos da Cláusula 7ª abaixo; (viii) preenchimento da CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD, se aplicável; e (ix) pagamento das demais obrigações da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 5ª - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO

5.1. Não obstante o previsto na alínea (vi) da Cláusula 4.1 acima e com exceção da realização do preenchimento inicial das CONTAS RESERVA DE O&M e a CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, a CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO poderá ser composta por (i) carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha, previamente aprovada em AGO (conforme definido na ESCRITURA, por DEBENTURISTAS representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na ESCRITURA), representadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ("CARTA DE FIANÇA"), em valor suficiente para suprir o pagamento dos próximos 3 (três) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA; (ii) montantes advindos da CONTA MOVIMENTO da CONCESSIONÁRIA, os quais serão transferidos pela própria CONCESSIONÁRIA, em montante suficiente para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA; (iii) uma combinação dos itens (i) e (ii), desde que em montante suficiente para suprir o pagamento dos próximos 3 (três) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA. O saldo da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, a ser composto nos termos desta Cláusula 6ª, deverá ser revisito trimestralmente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, observado o disposto na Cláusula 5.5 abaixo, de forma que trimestralmente sejam mantidos recursos na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO suficientes para o pagamento dos próximos 3 (três) meses de amortização, tomando como base as informações fornecidas pela CONCESSIONÁRIA e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

5.2. A CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO deverá permanecer preenchida até a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pela CONCESSIONÁRIA e, mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, para atendimento do montante suficiente para suprir o pagamento dos próximos 3 (três) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA.

5.3. Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO, desde que notificado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá bloquear os recursos na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, na forma da Cláusula 10ª deste CONTRATO.

5.4. O BANCO DEPOSITÁRIO se obriga a verificar o saldo da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO trimestralmente no dia 30 e a ajustar, inclusive para liberar o excedente de recursos depositados nos termos do item 5.6, mediante o recebimento das informações por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva do AGENTE FIDUCIÁRIO. Para tanto, deverá receber do AGENTE FIDUCIÁRIO, todo dia 15 de cada mês, o cálculo do valor projetado do SERVIÇO DA DÍVIDA para os 3 (três) meses subsequentes ao mês de apuração, usando como referência para a projeção os indicadores das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS divulgados no mês imediatamente anterior ao referido cálculo, somados à taxa de juros aplicável.

5.5. A CONCESSIONÁRIA encaminhará, no fechamento de cada trimestre, junto ao relatório trimestral a ser encaminhado ao AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos da ESCRITURA, relatório contendo a memória de cálculo do valor projetado do SERVIÇO DA DÍVIDA para os 3 (três) meses subsequentes, observada a forma de cálculo mencionada na Cláusula 5.4 acima. O AGENTE FIDUCIÁRIO se compromete a informar por escrito o BANCO DEPOSITÁRIO, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso os recursos depositados na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO não sejam suficientes para o pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA. Nesse caso, se em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega pela CONCESSIONÁRIA do relatório trimestral de apuração do saldo de cada uma das CONTAS DO PROJETO, não tenha sido complementado o saldo de cada uma das CONTAS DO PROJETO, nos termos da ESCRITURA, poderá ser declarado vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

5.6. Caso venha a ser verificado pelo BANCO DEPOSITÁRIO a qualquer tempo ou caso seja notificado pela CONCESSIONÁRIA e uma vez verificada tal informação pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos da Cláusula 5.4 acima, que os recursos depositados na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO estão em montante superior ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do SERVIÇO DA DÍVIDA, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir, após a data de verificação nos termos da Cláusula 6.3 acima, o valor excedente para a CONTA MOVIMENTO.

CLÁUSULA 6ª - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO ICSD

6.1. Caso o ICSD apurado em qualquer trimestre seja maior que 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), assim como descrito na Cláusula 6.3 da ESCRITURA, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente previsto, ou qualquer outra forma de distribuição ou repasse de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou às suas coligadas, incluindo concessão de créditos ou financiamentos, sem que seja declarado o vencimento antecipado das DEBÊNTURES.

6.2. Caso o ICSD apurado em qualquer trimestre esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusivo, conforme descrito na Cláusula 6.1 da ESCRITURA, para que a CONCESSIONÁRIA possa elidir a declaração de vencimento antecipado das suas obrigações previstas na ESCRITURA, a CONCESSIONÁRIA deverá depositar recursos na CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD no valor necessário para que o ICSD atinja 1,20 (um

inteiro e vinte centésimos), considerando o saldo da CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO no numerador da fórmula prevista na alínea (n) da Cláusula 6.1 da ESCRITURA, anteriormente à apresentação, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, do relatório que demonstra a apuração dos índices financeiros, nos termos da alínea (c) (iii) da Cláusula 7.1 da ESCRITURA.

6.3. Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLETIMENTO, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, a CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD será bloqueada pelo BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos da Cláusula 9ª abaixo.

6.4. No momento em que for restabelecido o ICSD, nos termos da Cláusula 6.4 da ESCRITURA, os montantes retidos na CONTA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ICSD serão automaticamente liberados pelo BANCO DEPOSITÁRIO, imediatamente após o recebimento da relatório trimestral a ser encaminhado nos termos da ESCRITURA.

6.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, ainda, por meio deste Contrato a enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no fechamento de cada trimestre, junto ao relatório trimestral a ser encaminhado ao AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos da ESCRITURA, comprovação do cumprimento das obrigações de depósito descritas nesta Cláusula 6ª, caso esse depósito se faça necessário.

CLÁUSULA 7ª - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESERVA DE O&M

7.1. A CONTA RESERVA DE O&M será inicialmente preenchida por meio de recursos provenientes da integração das DEBITURES, conforme cláusula 1.1, acima.

7.1.1. Com exceção ao momento do preenchimento inicial das CONTAS RESERVA DE O&M e da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, a CONTA RESERVA DE O&M poderá ser composta por (i) CARTA DE HANÇA; (ii) montantes advindos da CONTA MOVIMENTO da CONCESSIONÁRIA, os quais serão transferidos pela própria CONCESSIONÁRIA em montante suficiente para suprir os gastos necessários para o pagamento das despesas operacionais da CONCESSIONÁRIA por um período de 3 (três) meses.

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, em cada SERVIÇO DA DÍVIDA, cálculo para verificar os montantes gastos por ela para a manutenção de suas despesas operacionais no período composto pelos 3 (três) meses que antecedem referido cálculo ("CÁLCULO DE OPEX"), de forma que a CONTA RESERVA DE O&M em cada SERVIÇO DA DÍVIDA, deverá ter saldo equivalente ao último CÁLCULO DE OPEX. Após a realização do cálculo pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá enviar a memória de cálculo ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.3. Mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, a CONTA RESERVA DE O&M poderá ser movimentada pelo BANCO DEPOSITÁRIO, nas seguintes hipóteses: (i) para a complementação dos valores retidos na CONTA RESERVA DE O&M, caso o último CÁLCULO DE OPEX seja superior aos montantes já retidos na CONTA RESERVA DE O&M; (ii) para sacar recursos da CONTA RESERVA DE O&M, caso o último CÁLCULO DE OPEX seja inferior aos montantes

retidos na CONTA RESERVA DE O&M, e iii) mediante a ocorrência de um evento extraordinário que resulte em necessidade adicional de despesas operacionais por parte da CONCESSIONÁRIA e desde que a CONCESSIONÁRIA não tenha recursos suficientes para o pagamento destas despesas operacionais adicionais.

7.3.1 - Caso a CONCESSIONÁRIA necessite efetuar qualquer saque da CONTA RESERVA DE O&M em decorrência de um evento extraordinário, nos termos da Cláusula 7.3 (iii) acima, deverá imediatamente, enviar comunicação com justificativa ao AGENTE FIDUCIÁRIO, descrevendo o evento extraordinário que ocasionou a necessidade de saque e o montante sacado, para que o AGENTE FIDUCIÁRIO convoque AGO para deliberação sobre a liberação dos recursos.

7.3.2 - A CONCESSIONÁRIA deverá recompor o saldo da CONTA RESERVA DE O&M de forma a cumprir com suas obrigações nos termos desta Cláusula 8º no prazo de até um mês contado de referido saque.

7.4 - A CONCESSIONÁRIA obriga-se, ainda, por meio deste Contrato a enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no fechamento de cada SERVIÇO DA DÍVIDA, o CÁLCULO DE OPEX dos 3 (três) meses que antecedem referido cálculo.

CLÁUSULA 8ª - DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS CONTAS DO PROJETO

8.1 - As CONTAS DO PROJETO serão movimentadas, única e exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste Contrato, por meio do mecanismo de lançamentos contábeis, não sendo permitida a emissão de cheques contra elas e/ou cartões de crédito/débito, ou quaisquer ordens de pagamento, transferência ou bloqueio, exceto no caso de cumprimento de ordem judicial e/ou conforme autorizado por este Contrato.

8.2 - As CONTAS DO PROJETO não poderão ser encerradas até a final e total liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, conforme notificação a ser encaminhada por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, observado o disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

8.3 - As PARTES reconhecem que poderão ocorrer, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, alterações nos sistemas de contas correntes do BANCO DEPOSITÁRIO, resultando, eventualmente, em modificação na numeração das CONTAS DO PROJETO em da agência à qual pertencem, devendo, contudo, tais alterações serem comunicadas ao AGENTE FIDUCIÁRIO e à CONCESSIONÁRIA, com antecedência, pelo BANCO DEPOSITÁRIO. Nestas hipóteses, fica zero e ajustado, desde já, que modificações sistêmicas deste cunho, não descaracterizarão os conceitos de CONTAS DO PROJETO aqui explicitados, aplicando-se às novas contas todos os termos e disposições deste Contrato.

8.4 - Exceto conforme previsto na Cláusula 8.3 acima, as CONTAS DO PROJETO não poderão ser alteradas em nenhuma hipótese, salvo se com aprovação prévia e por escrito do AGENTE FIDUCIÁRIO.

9.5 - O BANCO DEPOSITÁRIO, neste ato autorizado pela CONCESSIONÁRIA, compromete-se a enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, até o 10º (décimo) dia de cada

mes, informações relativas às CONTAS DO PROJETO, inclusive extratos bancários, caso solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA 9ª - BLOQUEIO DAS CONTAS DO PROJETO

9.2. No caso da ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, nos termos da ESCRITURA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá enviar ao BANCO DEPOSITÁRIO uma notificação requerendo o bloqueio imediato do saldo diário das CONTAS DO PROJETO ("NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO"), cabendo ao BANCO DEPOSITÁRIO bloquear a totalidade dos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO.

9.1.1. Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado à falta de pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA relativo às OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da CONCESSIONÁRIA, os montantes retidos na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO deverão ser utilizados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para quitar o SERVIÇO DA DÍVIDA pendente.

9.1.2. Caso sejam usados recursos da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá os prazos previstos na ESCRITURA para restabelecer o montante mínimo previsto na CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO, sob pena de declaração de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos da ESCRITURA.

9.1.3. O bloqueio das CONTAS DO PROJETO, observado o disposto na Cláusula 8.5, deverá ser realizado pelo BANCO DEPOSITÁRIO imediatamente após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do ANEXO I.

9.1.4. O BANCO DEPOSITÁRIO informará imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO e à CONCESSIONÁRIA sobre a efetivação do bloqueio.

9.1.5. Excetuando-se as hipóteses previstas nas Cláusulas 9.1.2 e 9.3, os recursos retidos nas CONTAS DO PROJETO poderão ser aplicados pelo BANCO DEPOSITÁRIO em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituições, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (JBC, LFT, BFC, LFN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil) ("INVESTIMENTOS PERMITIDOS") desde a constituição das CONTAS DO PROJETO até o recebimento de uma NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO (abaixo definida), ambas expedidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou a declaração de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS nos termos da Cláusula 9.3 deste CONTRATO.

9.1.6. A aplicação dos recursos acima mencionados será efetuada a partir da comunicação da CONCESSIONÁRIA ao BANCO DEPOSITÁRIO, que deverá empenhar seus melhores esforços para realizar a aplicação tão logo comunicada.

9.2. O desbloqueio das CONTAS DO PROJETO deverá ocorrer após o recebimento da notificação expedida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ("NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO"), declarando ao BANCO DEPOSITÁRIO o adimplemento das

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pela CONCESSIONÁRIA, mediante envio de notificação na forma do **ANEXO II** a este **CONTRATO**.

9.2.1. A **NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO** deverá ser enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do adimplemento pela CONCESSIONÁRIA. Uma vez recebida a **NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO**, o **BANCO DEPOSITÁRIO** deverá desbloquear em até 24 (vinte e quatro) horas as **CONTAS DO PROJETO**, incluindo o eventual saldo acumulado e bloqueado até então, não podendo recusar o referido desbloqueio. O **BANCO DEPOSITÁRIO** somente se dará às instruções decorrentes de uma **NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO** enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

9.3. Ocorrendo o vencimento antecipado das **DEBÊNTURES**, conforme notificação prevista no **ANEXO IV** a este instrumento, a ser enviada por escrito pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** ao **BANCO DEPOSITÁRIO**, este último fica desde já autorizado a transferir ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, diariamente, em conta(s) corrente(s) a ser(em) indicada(s) por este na notificação sobre o vencimento antecipado, os recursos depositados nas **CONTAS DO PROJETO**, para a quitação das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**.

9.3.1. O disposto acima continuará até que as **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS** tenham sido liquidadas.

9.3.2. É vedado ao **BANCO DEPOSITÁRIO** efetuar qualquer retenção de valores das **CONTAS DO PROJETO** a título de compensação de créditos de sua titularidade, devendo todos os valores decorrentes do bloqueio das **CONTAS DO PROJETO** ser entregues aos **DEBENTURISTAS**, em conta(s) corrente(s) a ser(em) indicada(s) pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

CLÁUSULA 10ª - VIGÊNCIA

10.1. O presente **CONTRATO** entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o cumprimento integral das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**. Não obstante o acima disposto, todas as cláusulas e obrigações referentes às **CONTAS DO PROJETO** terão sua eficácia condicionada à liquidação antecipada do **FINANCIAMENTO BNDES** e liberação do **PIENIOR ORIGINAL**.

CLÁUSULA 11ª - PROCURAÇÃO IRREVOCÁVEL

11.1. A CONCESSIONÁRIA, nos termos deste **CONTRATO**, outorga ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma procuração irrevogável, de acordo com os artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, respeitando as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e, em especial, os limites previstos na Cláusula 9.1, e observado o modelo do **ANEXO III-A** a este **CONTRATO**, com os seguintes poderes: (i) autorizar o **BANCO DEPOSITÁRIO** a reter recursos depositados nas **CONTAS DO PROJETO**, em caso de ocorrência de um **EVENTO DE INADIMPLEMENTO**, imediatamente após a **NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO**, conforme prevista na Cláusula 9ª acima, (ii) autorizar o **BANCO DEPOSITÁRIO** a investir os recursos retidos nas **CONTAS DO PROJETO** e na **CONTA PARA PAGAMENTOS DO FINANCIAMENTO BNDES** em **INVESTIMENTOS PERMITIDOS**, (iii) autorizar

BANCO DEPOSITÁRIO a transferir os recursos depositados ou investidos nas CONTAS DO PROJETO em caso de vencimento antecipado das DEBÊNTURES, e (iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às CONTAS DO PROJETO. Sob nenhuma circunstância deverá o BANCO DEPOSITÁRIO aceitar ou executar quaisquer instruções, exceto se expressamente autorizado neste Contrato, com respeito às CONTAS DO PROJETO ou aos recursos depositados nas mesmas, da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer terceiro, ou em inobservância das regras e limites previstos neste CONTRATO.

11.2. Para o pleno exercício das funções previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA constitui o BANCO DEPOSITÁRIO seu bastante procurador, de forma irrevogável e irretirável, de acordo com os artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, para que, respeitadas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, em especial, os limites previstos na Cláusula 9.1, e observado o modelo do ANEXO III-B a este CONTRATO, (i) aceite e cumpra as instruções dadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, (ii) efetue bloqueios, imediatamente após o recebimento de NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO, conforme a Cláusula 9ª acima, em caso de ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLENTIMENTO, e os respectivos desbloqueios nas CONTAS DO PROJETO; (iii) invista em INVESTIMENTOS PERMITIDOS os recursos bloqueados nas CONTAS DO PROJETO; (iv) transfira para a(s) conta(s) corrente(s) a seguinte(s) indicada(s) pelo AGENTE FIDUCIÁRIO os recursos bloqueados nas CONTAS DO PROJETO, em pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, na hipótese de vencimento antecipado das DEBÊNTURES e/ou inadimplimento do SERVIÇO DA DÍVIDA na hipótese e nos termos das Cláusulas 9.1.1 e 9.3 deste Contrato; e (v) pratique todos e quaisquer atos previstos neste Contrato que sejam necessários ao fiel cumprimento desse mandato.

CLÁUSULA 12ª - DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

12.1. O BANCO DEPOSITÁRIO neste ato, declara-se ciente de que a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados nas CONTAS DO PROJETO, mantidas junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, foi cedida fiduciariamente em favor dos DEBENTURISTAS, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

12.2. As PARTES, em conjunto ou individualmente, conforme o caso, concordam que:

12.2.1. O BANCO DEPOSITÁRIO estará obrigado a

I - conferir aos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, mantidas junto a ele nos termos deste instrumento, com o mesmo grau de diligência que confere a seus próprios bens e estará obrigado a investir quaisquer recursos bloqueados nos termos deste CONTRATO;

II - informar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista nos CONTRATOS DE GARANTIA;

III - não acatar ordem da CONCESSIONÁRIA, no que se refere à cessão fiduciária dos direitos relativos às CONTAS DO PROJETO, em desacordo com o presente Contrato, sem a anuência por escrito do AGENTE FIDUCIÁRIO;

IV - promover, nos termos do disposto neste CONTRATO, a retenção e transferência dos valores depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA PARA PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO BNDES, após informação do AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos deste Contrato, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos contratualmente para assegurar a cessão fiduciária dos DIREITOS;

V - sempre que solicitado, fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO os extratos das CONTAS DO PROJETO e relatório informando sobre o cumprimento das obrigações de manutenção do saldo do SERVIÇO DA DÍVIDA, saldo do O&M e saldo de complementação de ICSD (caso aplicável);

VI - utilizar os valores da CONCESSIONÁRIA depositados consigo para pagamento das obrigações pecuniárias estipuladas na ESCRITURA nos casos previstos de vencimento antecipado das DEBÊNTURES, nos termos da Cláusula 10.3 deste Contrato;

VII - obter, junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no dia 15 de cada mês, informações sobre: (a) o saldo devedor das DEBÊNTURES; (b) a informação referida na Cláusula 5.4 deste Contrato; (c) o valor das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES; e (d) a indicação das contas correntes a serem indicadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

VIII - nos termos da Cláusula 9.1.1 deste Contrato, em caso de insuficiência de recursos para o pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios das DEBÊNTURES, reter e transferir para as(s) conta(s) a ser(em) informada(s) pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, mediante o recebimento de notificação do AGENTE FIDUCIÁRIO, os valores disponíveis nas CONTAS DO PROJETO, sendo que as CONTAS DO PROJETO permanecerão bloqueadas até que haja total cumprimento das obrigações pecuniárias em atraso e a recomposição do valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA, respectivamente;

IX - transferir da CONTA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO para a CONTA MOVIMENTO o valor que porventura exceder o valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA, nos termos da Cláusula 5.6 deste Contrato,

12.2.2. Este CONTRATO estabelece expressamente todos os deveres do BANCO DEPOSITÁRIO com respeito a todas e quaisquer questões pertinentes ao objeto descrito na Cláusula 2ª do presente instrumento. Nenhum dever ou obrigação adicional recai sobre o BANCO DEPOSITÁRIO;

12.2.3. A CONCESSIONÁRIA indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO de todos e quaisquer prejuízos comprovados por sentença condenatória transitada em julgado decorrentes do seu descumprimento deste CONTRATO, exceto nos casos de culpa comprovada ou dolo do BANCO DEPOSITÁRIO e com respeito a pedidos de indenização baseados em tal culpa ou dolo decidos contra o BANCO DEPOSITÁRIO;

12.2.4. O BANCO DEPOSITÁRIO, não tem e não terá qualquer interesse nos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, agindo apenas como fiel depositário e permanecendo apenas com a posse dos mesmos;

12.2.5. O BANCO DEPOSITÁRIO não faz nenhuma declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobertura de qualquer garantia ou outro documento ou instrumento mantido por ele ou a ele entregue;

12.2.6. O BANCO DEPOSITÁRIO somente atuará em atendimento às notificações recebidas do AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos do presente CONTRATO, com exceção dos casos expressamente previstos em sentido contrário neste CONTRATO;

12.2.7. O BANCO DEPOSITÁRIO, pelo presente CONTRATO, está autorizado a obedecer e cumprir todas as decisões emanadas pelo juízo competente que afetem qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO. O BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável perante qualquer das PARTES contratantes, seus sucessores, herdeiros ou representantes pessoais em razão do cumprimento dessas decisões, não obstante que tal decisão seja posteriormente revertida, modificada, revogada ou abandonada. Porém, na hipótese de reversão, modificação, revogação ou abandono da decisão, o BANCO DEPOSITÁRIO fica obrigado a dar imediato cumprimento a tal nova decisão;

12.2.8. No caso do cumprimento de qualquer medida judicial ou administrativa envolvendo qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO, o cumprimento de referida medida será comunicado em 1 (um) dia útil à CONCESSIONÁRIA e ao AGENTE FIDUCIÁRIO;

12.2.9. Nenhum material impresso ou outro em qualquer idioma (inclusive, dentre outros, prospectos, avisos, relatórios e material promocional) que mencione o nome, direitos, poderes ou deveres do BANCO DEPOSITÁRIO ou da CONCESSIONÁRIA será emitido ao público por quaisquer das PARTES ou em nome das PARTES, a menos que o BANCO DEPOSITÁRIO ou a CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, primeiramente tenham dado seu prévio consentimento escrito específico para esse fim;

12.2.10. Quando da cessação de qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá dar imediato conhecimento ao BANCO DEPOSITÁRIO, com orientação para a imediata liberação dos respectivos valores bloqueados nas CONTAS DO PROJETO; e

12.2.11. A CONCESSIONÁRIA autoriza, em caráter irrevogável e irrenunciável, o BANCO DEPOSITÁRIO, em caso de vencimento antecipado das DEBÊNTURES, a transferir, na hipótese e nos termos das cláusulas 9.1.1 e 9.3 deste Contrato, das CONTAS DO PROJETO para as contas correntes indicadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES, devendo em caso de inadimplemento o valor máximo do

SERVIÇO DA DÍVIDA ser recomposto conforme estabelecido na cláusula 5.5 acima.

CLÁUSULA 13ª – SUBSTITUIÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

13.1. O BANCO DEPOSITÁRIO poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções e exonerar-se de suas obrigações nos termos do presente Contrato, mediante envio de aviso prévio por escrito dessa renúncia à CONCESSIONÁRIA, e ao AGENTE FIDUCIÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (“**NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA**”).

13.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA, nomear, de comum acordo com o AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme deliberação dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para tal fim, um sucessor para a função de BANCO DEPOSITÁRIO, fornecendo uma notificação conjunta por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO renunciante, na qual indicará de igual modo os números das contas bancárias para as quais serão transferidos os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO.

13.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer momento e de comum acordo com o AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme deliberação dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para tal fim, destituir o BANCO DEPOSITÁRIO, mediante envio de aviso prévio por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO com 30 (trinta) dias de antecedência, informando sobre a sua destituição da função de BANCO DEPOSITÁRIO, a data em que referida destituição entrará em vigor, seu sucessor na função de BANCO DEPOSITÁRIO, bem como os dados bancários para a transferência dos recursos sob a administração do BANCO DEPOSITÁRIO.

13.3. Quando do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 13.2, acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá entregar os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO até então mantidos sob sua responsabilidade, nos termos deste Contrato, ao BANCO DEPOSITÁRIO sucessor indicado pela CONCESSIONÁRIA em conjunto com o AGENTE FIDUCIÁRIO, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO inteiro e imediatamente liberado de toda e qualquer obrigação adicional resultante ou relacionada a este Contrato.

13.4. A renúncia do BANCO DEPOSITÁRIO não implicará o cancelamento ou fechamento das CONTAS DO PROJETO e da CONTA MOVIMENTO que estejam sob sua administração, nem dará ao BANCO DEPOSITÁRIO renunciante ou destituído qualquer direito de movimentação dos recursos depositados em referidas contas para satisfazer créditos que o BANCO DEPOSITÁRIO tenha contra a CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 14ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este CONTRATO obrigará e vigorará exclusivamente em benefício das PARTES e seus respectivos sucessores ecessionários permitidos, e não será passível de execução por qualquer terceiro ou vigorará em benefício de qualquer terceiro, exceto conforme o disposto na Cláusula 13ª com respeito a um pedido de destituição do BANCO DEPOSITÁRIO.

14.2. Nenhuma das PARTES poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência das demais.

14.3. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Este CONTRATO somente poderá ser modificado por instrumento escrito assinado por todas as PARTES, e nenhuma renúncia aos termos do CONTRATO terá vigência a menos que feita por escrito e assinada pela PARTE que estiver concedendo a renúncia.

14.4. Todas as despesas decorrentes da manutenção das contas descritas na Cláusula 1ª acima, bem como aquelas relativas ao registro deste CONTRATO, ficarão por conta da CONCESSIONÁRIA, incluindo a remuneração que o BANCO DEPOSITÁRIO fará jus pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, a qual será prevista em instrumento específico a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO.

14.5. Exceto se de outra forma prevista neste CONTRATO, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das PARTES deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

CONCESSIONÁRIA	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Avenida Marechal Câmara, 160, sala 1816, Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 12941-000 Tel.: (21) 3077-0056 Fax: (21) 3077-0060 At.: Sr. Angel Javier Casasaca de Prada E-mail: jcasasaca@isoluxcoorsan.com
BANCO DEPOSITÁRIO:	Banco Santander (Brasil) S.A. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, - Bloco A, 27º São Paulo - SP At.: Sr. Diego Salgado Tel.: (11) 3012-5729 Fax: (11) 3012-5729 Email: dsalgado@santander.com.br
AGENTE FIDUCIÁRIO:	OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca CEP 22.640-100 - Rio de Janeiro - RJ Tel.: (21) 3514-0000 Fax: (21) 3514-0099 At.: Sr. Gustavo Deozouart e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br agente@oliveiratrust.com.br

14.6. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações referidas nos Anexos deste Contrato não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fax-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

14.7. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as PARTES, por aquela que efetuar a mudança.

14.8. Este Contrato constitui o entendimento completo entre as PARTES com respeito às questões estabelecidas neste instrumento, e substituirá quaisquer contratos e acordos anteriores entre as PARTES em relação ao objeto do presente Contrato.

14.9. Este Contrato será regido pelas leis brasileiras. Todas as controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas pelo foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à exclusão de quaisquer outros tribunais, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretroativo, em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 12 de Dezembro de 2011.

The block contains handwritten signatures and stamps. On the right side, there is a large, stylized signature. Below it, there is a circular stamp with text inside. On the left side, there are several smaller signatures and stamps, including one that appears to be a company seal or stamp.

Página 114 do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da companhia dos titulares dos debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário,

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Nome: Luiz Carlos de Menezes Filho
Diretor

Nome: Javier Casaseca
Diretor

Página 261 do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da comunidade dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Marcos Paulo Francisco
Gerente de Produtos
BBQ SGA
Gerente de Estruturação

Saulo dos Santos Clemente
Head of Sales & Products
434711

Página 94 do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário representando os interesses da companhia dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Banco Depositário.

DEBENTURISTAS, representados pelo OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: _____
 Cargo: Maria Breno Leão Moya Marques da Faria
 Procuradora

Nome: _____
 Cargo: Márcio Assis Trindade de Fátima
 Procurador

Página 4/4 do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado entre a CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.; Oliveira Trótt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, representando os interesses da companhia dos titulares das debêntures da 1ª Emissão da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., e o Banco Santander (Brasil) S.A. na qualidade de Banco Depositário.

Testemunhas

 Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____

 Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____



Handwritten signature and a circular stamp with the number 21.

ANEXO I

Notificação para Bloqueio das Contas do Projeto (Cláusula 9.1)

[Local], [●] de [●] de [●].

Ao

Banco Santander (Brasil) S.A.,

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235. - Bloco A, 27º

São Paulo - SP

Atm.: [●]

Com cópia para:

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 9.1 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 12 de dezembro de 2011 entre o Banco Santander (Brasil) S.A. ("BANCO") e a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Concessionária"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Interventor-Auxente do Contrato de Administração de Contas, vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se inadimplente com a obrigação (incluindo a subdescrição da obrigação inadimplida) prevista na cláusula [●] da Escritura, uma vez que já decorreu o respectivo prazo de cura desde o recebimento pela Concessionária, quando aplicável, da notificação de evento de inadimplemento, a qual se encontra anexa à presente Notificação. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato das contas correntes nº [●] na Agência nº [●], nº [●] na Agência nº [●] e nº [●] na Agência nº [●] mantidas no BANCO, de titularidade da Concessionária, movimentáveis apenas pelo BANCO, centralizadoras dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Contas celebrado em 12 de dezembro de 2011, entre a Concessionária e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Contas do Projeto", respectivamente).

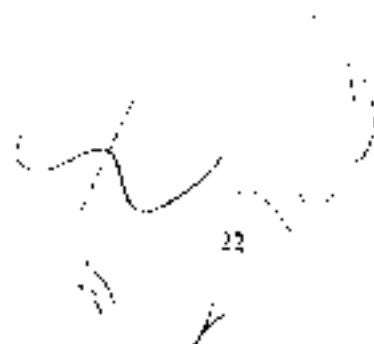
Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária.

Atenciosamente,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

De Acordo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.



ANEXO II

Notificação para Desbloqueio das Contas do Projeto (Cláusula 9.2)

Notificação para Desbloqueio das Contas do Projeto

[Local], [●] de [●] de [●].

Ao

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2 235, - Bloco A, 27º

São Paulo - SP

At.: [●]

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 9.2 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em 12 de dezembro de 2011 entre o Banco Santander (Brasil) S.A. ("BANCO"), a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Concessionária") e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Interviente Anuente do Contrato de Administração de Contas, vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as suas obrigações oriundas do(a) [Escritura/Contrato Garantido] e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Contas, celebrado em 12 de dezembro de 2011, entre a Concessionária e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Diante disso, caso não haja nenhuma Notificação de Bloqueio já vigente, solicitamos que seja efetivado o desbloqueio imediato das contas correntes nº [●] na Agência nº [●], nº [●] na Agência nº [●] e nº [●] na Agência nº [●], todas do BANCO, de titularidade da Concessionária, movimentáveis apenas pelo BANCO, centralizadoras dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária ("Contas do Projeto").

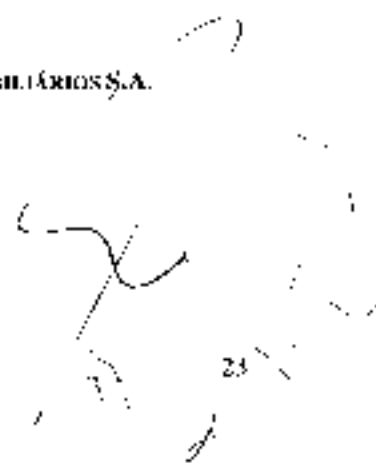
Solicitamos a aposição da assinatura dos representantes legais do BANCO ao final desta, lembrando que, nos termos da Cláusula 9.2.1 do Contrato de Administração de Contas, V.Sas. deverão efetuar o desbloqueio em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da presente.

Atenciosamente,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

De Acordo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.



ANEXO III - A
MODELO DE PROCURAÇÃO (Cláusula 11.1)

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração, **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1534, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Outorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretirável, a **OLIVEIRA TRIST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº500, bloco 13, Grupo, 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu estatuto social, ("Outorgada"), como sua procuradora para, nos termos da Lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo, relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data ("Contrato de Administração de Contas") entre a Outorgante, a Outorgada, e o Banco Depositário.

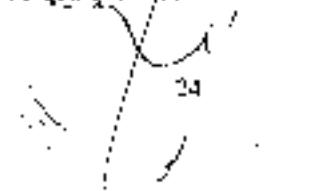
Os termos iniciados em letra minúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 11.1.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante confere a Outorgada poderes para:

- (i) autorizar o Banco Depositário a reter imediatamente os recursos depositados nas Contas do Projeto, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- (ii) autorizar o Banco Depositário a investir os recursos retidos nas Contas do Projeto e na Conta Para Pagamento do Financiamento BNDES em Investimentos Permitidos;
- (iii) autorizar o Banco Depositário a transferir recursos depositados ou investidos nas Contas do Projeto, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, e
- (iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às Contas do Projeto.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Outorgante a Outorgada nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as Partes.



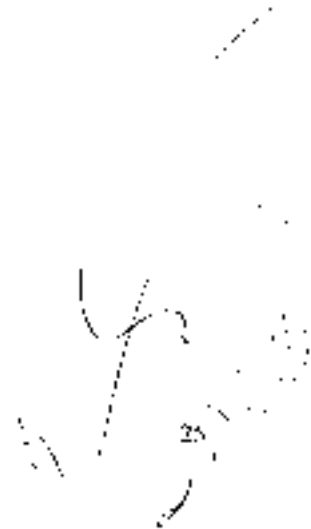
Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de Administração de Contas (para que a Outorgada cumpra as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas) de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz até a resolução do Contrato de Administração de Contas.

O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the number '25' in the center. The signature is a cursive-style name, possibly 'J. S. Silva'.

ANEXO III - B
MODELO DE PROCURAÇÃO (Cláusula 11.2)

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração, **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 1611, sala 1534, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Otorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº500, Bloco 13, Grupo, 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu estatuto social, ("Otorgada"), como sua procuradora para, em seu nome e aos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data ("Contrato de Administração de Contas") entre a Otorgante, a Otorgada, e o Banco Depositário.

Os termos iniciados em letra maiúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 11.2.

Por meio deste instrumento de mandato, a Otorgante confere ao Otorgado poderes para:

- (i) efetuar imediatamente bloqueios, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplimento, e os respectivos desbloqueios nas Contas do Projeto;
- (ii) autorizar o Banco Depositário a investir os recursos retidos nas Contas do Projeto e na Conta Para Pagamento do Financiamento BNDES em Investimentos Permítidos;
- (iv) transferir para a(s) conta(s) corrente(s) a ser(em) indicada(s) pelo Agente Fiduciário os recursos bloqueados nas Contas do Projeto, em pagamento das Obrigações Garantidas, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures e/ou inadimplimento do Serviço da Dívida na hipótese e nos termos das Cláusulas 9.1.1 e 9.3 do Contrato de Administração de Contas; e
- (v) praticar todos e quaisquer atos previstos no Contrato de Administração de Contas que sejam necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Otorgante a Otorgada nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as partes.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de

Administração de Contas (para que a Outorgada cumpra as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas), de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato de Administração de Contas ou (ii) no caso de a Outorgada renunciar ou ser destituída nos termos do Contrato de Administração de Contas, até a outorga de poderes idênticos ao Banco Depositário sucessor nos termos do Contrato de Administração de Contas (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua o Contrato de Administração de Contas, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pela Outorgante.

O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



27

ANEXO IV

Notificação sobre Vencimento Antecipado das Obrigações Garantidas

[Local], [●] de [●] de [●].

Ao

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, - Bloco A, 27º

São Paulo - SP

At: [●]

Com cópia para:

CACHEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 9.3 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [●] de dezembro de 2011 entre o entre o Banco Santander (Brasil) S.A. ("BANCO"), a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Concessionária") e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Interviente-Anuente do Contrato de Administração de Contas, vem notificar o BANCO que todas as obrigações da Concessionária, decorrentes das Debêntures estão antecipadamente vencidas. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato das contas correntes nº [●] na Agência nº [●], nº [●] na Agência nº [●] e nº [●] na Agência nº [●], todas do BANCO, de titularidade da Concessionária, movimentável apenas pelo BANCO, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Contas celebrado em [●] de dezembro 2011, entre a Concessionária, e o Agente Fiduciário ("Contas do Projeto").

Adicionalmente, nos termos da cláusula 9.3 do Contrato de Administração de Contas, indicamos à V.Sas. a conta corrente nº [●] na Agência nº [●] do Banco [●] para fins de recebimento da totalidade dos recursos depositados nas Contas do Projeto.

Os termos em letra manuscrita empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

De Acordo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.



28

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Classificação de Risco das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 11 de novembro de 2011

Comunicado à Imprensa

Rating 'brAA+' atribuído à 1ª emissão de debêntures da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Analistas: Marcus Fernandes, São Paulo 55-11-3039-9734, marcus_fernandes@standardandpoors.com; Reginaldo Takara, São Paulo, 55-11-3039-9740, reginaldo_takara@standardandpoors.com

Resumo

- A CPTE administra uma pequena linha de transmissão no Estado de São Paulo, com baixo risco operacional e receitas estáveis e previsíveis.
- Atribuímos o rating 'brAA+' à 1ª emissão de debêntures simples e não conversíveis do projeto.
- A perspectiva estável reflete nossa opinião de que o projeto apresentará receitas bastante previsíveis e estáveis, o que compensa os índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD) relativamente apertados.

Ação de Rating

Em 11 de novembro de 2011, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu seu rating 'brAA+' à 1ª emissão de debêntures simples e não conversíveis a serem emitidas pela **Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.** ("CPTE"), no valor de R\$ 220 milhões e vencimento em 2023. A perspectiva do rating de emissão é estável.

Fundamentos

O rating de emissão da CPTE reflete o fluxo de caixa estável e previsível do projeto, resultante das condições contratuais de sua concessão, baseadas em Receita Anual Permitida (RAP), a qual, por sua vez, é atrelada apenas à disponibilidade dos ativos (sem exposição a risco de demanda) e corrigida anualmente pela inflação. Além disso, os custos operacionais de manutenção da linha de transmissão são reduzidos, pela simplicidade técnica do ativo, e as necessidades de capital projetadas para os próximos anos também são baixas. Esses pontos positivos são parcialmente compensados pelos índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD) relativamente apertados (mínimo de 1,15x e médio de 1,19x em nosso cenário-base) e pela existência de contas reserva para serviço da dívida e cobertura de custos operacionais e de manutenção (O&M) de apenas três meses. Além disso, o pacote de garantias apresentado não inclui os direitos emergentes da concessão.

O modelo de remuneração da concessão da CPTE é favorável, na medida em que estabelece um fluxo de receitas estáveis e previsíveis, pré-determinado no início da concessão e corrigido anualmente pelo IGP-M. O controle operacional da linha, bem como a gestão da carga, é feito pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sendo a CPTE responsável apenas pela manutenção e melhorias técnicas do seu ativo. O fluxo de caixa da CPTE é muito estável, porque se baseia em montantes de RAP deduzida de uma Parcela Variável (PV) por indisponibilidade. A CPTE tem historicamente reportado eficiência operacional muito elevada, com PV zero em quase todos os anos, com exceção de 2008 (quando a PV atingiu 3%). O contrato de concessão não exige o repasse de ganhos de produtividade para a tarifa nos primeiros 15 anos de operação, mas prevê redução da RAP em 50% a partir de então.

Por se tratar de apenas uma linha de transmissão com baixa complexidade técnica, os riscos de operação do projeto são bastante reduzidos. A CPTE possui um contrato de O&M com Furnas Centrais Elétricas S.A. que se estende até 2014 e que pode ser renovado. Não acreditamos que o risco de não renovação desse contrato tenha efeitos significativos sobre o fluxo de caixa do projeto. Além disso, não há risco de construção e os investimentos de capital na manutenção da linha são baixos.

A priorização contratual de pagamento (*cash waterfall*) estabelece o pagamento de encargos regulatórios, impostos e contribuições, todos os custos e despesas de O&M, e então amortização

do principal da dívida e juros. Projetamos, em nosso caso-base, que o ICSD (que leva em consideração premissas próprias e é calculado de acordo com a metodologia da Standard & Poor's) atingirá nível mínimo de 1,15x e médio de 1,19x no período de serviço da dívida das debêntures. O projeto contará com uma conta-reserva de três meses do serviço da dívida e outra com recursos para três meses de gastos de O&M, o que provê certa liquidez contingente no caso de uma improvável e temporária deterioração na geração de caixa do projeto. As ações da CPTe e as contas-reserva compõem o pacote de garantias das debêntures. Os direitos emergentes da concessão não foram incluídos nesse pacote porque os recursos das debêntures não serão plenamente utilizados em benefício da concessão, sendo em parte disponibilizados ao patrocinador do projeto.

A CPTe detém a concessão para operação e manutenção da linha de transmissão de alta tensão (500 kV) entre Tijuco Preto e Cachoeira Paulista (extensão de 181 km), no Estado de São Paulo. As atividades da CPTe são reguladas pelo contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2002. O prazo da concessão é de 30 anos. Neste ano de 2011, após adquirir as ações da CPTe detidas por outros acionistas, o Grupo Isolux (sem rating da S&P) tornou-se o único patrocinador do projeto desde então.

Liquidez

Esperamos que a disponibilidade de caixa na CPTe seja mínima nos próximos anos, uma vez que excedentes de caixa serão distribuídos como dividendos. Há limitação para distribuição de dividendos acima do mínimo exigido caso o ICSD seja inferior a 1,2x, excetuando-se a situação em que a empresa componha uma conta de complementação do ICSD. As contas-reserva de três meses para serviço da dívida e gastos de O&M provêem certa liquidez contingente, mas são comparativamente menores do que as de outros projetos analisados pela Standard & Poor's, o que é parcialmente compensado pela estabilidade e previsibilidade do fluxo de caixa do projeto. Projetamos necessidades de investimento de capital de cerca de R\$ 100 mil por ano, dada a simplicidade da operação do ativo; tais gastos já estão incluídos no contrato de O&M assinado pela empresa com Furnas.

Perspectiva

A perspectiva estável atribuída às debêntures da CPTe reflete nossa expectativa de que o projeto manterá ICSD acima de 1,1x, como exigido pelo pacote de cláusulas restritivas (*covenants*) das debêntures. A elevada previsibilidade e estabilidade do fluxo de caixa do projeto e o histórico favorável da operação (com baixa PV) compensam em parte os ICSDs relativamente apertados e o pacote de garantias menos robusto. O rating de emissão poderia ser pressionado negativamente na hipótese de acentuada piora na disponibilidade do ativo, ou necessidades de investimentos muito superiores às projetadas ou, ainda, eventuais penalidades ou outros encargos regulatórios significativos. Poderíamos elevar o rating de emissão caso o desempenho financeiro do projeto fosse muito superior ao projetado, levando a ICSDs mais robustos do que os atualmente previstos.

Artigos Relacionados

- *Updated Project Finance Summary Debt Rating Criteria*, 18 de setembro de 2007.
- *Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded*, 27 de maio de 2009.
- *2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology*, 15 de abril de 2008.

LISTA DE RATINGS

Novo Rating

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("CPTe")

Rating de Emissão

1ª emissão de debêntures simples e não conversíveis, no valor de R\$ 220 milhões e vencimento em 2023.

brAA+/Estável/--

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos,

despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ sob o nº 05.336.882/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**"), no âmbito da oferta pública de distribuição de debêntures da Emissora ("**Debêntures**"), em série única, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em regime de garantia firme de distribuição da 1ª emissão da Emissora ("**Oferta**") a ser realizada pela Emissora e sob a coordenação do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, na qualidade de coordenador líder ("**Coordenador Líder**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, atestar e declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) o formulário de referência ("**Formulário de Referência**") e o prospecto preliminar ("**Prospecto Preliminar**") contêm e o prospecto definitivo ("**Prospecto Definitivo**") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.






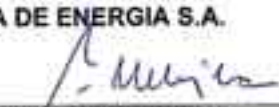
Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e
subscreve-se.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2011

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



Nome: Angel Javier Casaseca de Prada
Cargo: Diretor



Nome: Ailton Costa Ferreira
Cargo: Diretor

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400


(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)


DECLARAÇÃO

O **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, Bloco A, 27º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, para distribuição pública, da 1ª Emissão da **CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na Data de Emissão, qual seja 11 de novembro de 2011, o valor total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), ("Emissão", ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que integram o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), em conjunto com as informações constantes do formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e registrado na CVM pela Emissora ("Formulário de Referência"), são ou serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, juntamente com o Formulário de Referência, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 11 de novembro de 2011.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: 
Cargo: **Eduardo Müller Borges**
Diretor

Nome: 
Cargo: **Ignacio Dominguez-Adame**
Vice-Presidente Executivo



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
30 de setembro de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
30 de junho de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
31 de março de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em
31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
30 de setembro de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.582.206
Preferenciais	0
Total	64.582.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	256.614	241.973
1.01	Ativo Circulante	54.564	48.917
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.989	7.619
1.01.03	Contas a Receber	43.216	38.339
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.216	38.339
1.01.03.02.01	Concessionárias e permissionárias	7.630	5.999
1.01.03.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	35.586	32.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.009	732
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.009	732
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.350	2.227
1.01.08.03	Outros	2.350	2.227
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.350	2.227
1.02	Ativo Não Circulante	202.050	193.056
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	202.001	192.998
1.02.01.03	Contas a Receber	192.698	184.263
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.303	8.735
1.02.01.09.03	Caixa restrito	9.303	8.735
1.02.03	Imobilizado	49	58

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	256.614	241.973
2.01	Passivo Circulante	22.007	33.120
2.01.02	Fornecedores	365	459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	365	459
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.996	9.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.996	9.343
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.536	7.983
2.01.03.01.02	Taxas regulamentares	1.460	1.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.564	12.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.564	12.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.564	12.461
2.01.05	Outras Obrigações	82	10.857
2.01.05.02	Outros	82	10.857
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.793
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	82	64
2.02	Passivo Não Circulante	84.496	87.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	58.246	66.555
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	58.246	66.555
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	58.246	66.555
2.02.03	Tributos Diferidos	23.093	17.606
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.093	17.606
2.02.03.01.01	PIS e COFINS diferidos	4.758	4.331
2.02.03.01.02	Importo de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.335	13.275
2.02.04	Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02	Outras Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.157	3.157
2.03	Patrimônio Líquido	150.111	121.535
2.03.01	Capital Social Realizado	64.582	64.582
2.03.02	Reservas de Capital	361	361
2.03.04	Reservas de Lucros	56.592	56.592
2.03.04.10	Dividendos retidos	47.278	47.278
2.03.04.11	Reserva de Lucros	9.314	9.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.576	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.018	52.198	10.197	37.993
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.085	-2.344	-791	-2.765
3.03	Resultado Bruto	11.933	49.854	9.406	35.228
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-528	-893	-695	-1.001
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-528	-893	-695	-1.001
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.405	48.961	8.711	34.227
3.06	Resultado Financeiro	-3.044	-5.686	-1.334	-6.303
3.06.01	Receitas Financeiras	297	1.042	303	722
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.341	-6.728	-1.637	-7.025
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.361	43.275	7.377	27.924
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.846	-14.699	-2.499	-9.495
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.515	28.576	4.878	18.429
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.515	28.576	4.878	18.429
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,08540	0,44247	0,07553	0,28536
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,08540	0,44247	0,07553	0,28536

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.065	29.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.200	26.268
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	28.576	18.429
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.060	1.566
6.01.01.04	PIS e COFINS diferidos	427	44
6.01.01.05	Depreciação	9	10
6.01.01.06	Juros e variações monetárias do empréstimo	6.696	6.602
6.01.01.07	Rendimento das aplicações financeiras - caixa restrito	-568	-383
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.135	3.465
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	-1.631	-487
6.01.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	-11.681	-1.198
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.208	619
6.01.02.04	Outros créditos	-123	-165
6.01.02.05	Fornecedores	-94	9
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais	-447	6.150
6.01.02.07	Taxas regulamentares	100	174
6.01.02.08	Outras contas a pagar	18	-34
6.01.02.09	Impostos pagos	-1.485	-1.603
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	693
6.02.01	Caixa restrito	0	693
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.695	-29.460
6.03.01	Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-9.058	-9.139
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos - juros	-5.844	-6.863
6.03.03	Dividendos distribuídos pagos	-10.793	-13.458
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	370	966
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.619	632
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.989	1.598

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.576	0	28.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.576	0	28.576
5.07	Saldo Finais	64.582	361	56.592	28.576	0	150.111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.429	0	18.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.429	0	18.429
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	30	0	0	0	30
5.06.01	Constituição de Reservas	0	30	0	0	0	30
5.07	Saldo Finais	64.582	331	21.989	41.516	0	128.418

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	55.745	40.843
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.745	40.843
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.472	-4.502
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.175	-2.250
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.297	-2.252
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.273	36.341
7.04	Retenções	-9	-10
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9	-10
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.264	36.331
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.042	722
7.06.02	Receitas Financeiras	1.042	722
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	52.306	37.053
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	52.306	37.053
7.08.01	Pessoal	257	406
7.08.01.01	Remuneração Direta	226	354
7.08.01.02	Benefícios	27	44
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	8
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.734	10.986
7.08.02.01	Federais	16.734	10.986
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.739	7.232
7.08.03.01	Juros	6.728	7.025
7.08.03.02	Aluguéis	11	207
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.576	18.429
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.576	18.429

Comentário do Desempenho

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2011.

A Cachoeira Paulista registrou, em setembro de 2011, resultado operacional de R\$48.961 mil. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$5.686 mil. Com isso, o lucro líquido no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 foi de R\$28.576 mil, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria.

A Companhia apresentou, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

Histórico

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada, em 9 de outubro de 2002. Tornando-se uma sociedade anônima em 11 de junho de 2004.

A Companhia é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán. Em 1º de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou um acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, de forma que a Isolux Energia e Participações S.A. passou a deter, em 19 de julho de 2011, 100% menos 1 (uma) ação – detida pela Isolux Projetos e Instalações Ltda. - do capital da Cachoeira Paulista, cedendo sua participação nas duas concessionárias restantes.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Conforme acima mencionado, a Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux

Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán possui 1.690 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.237 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. Segundo dados internos da Companhia, o Grupo lidera o mercado na construção de centrais fotovoltaicas com chave na mão com 267 MW instalados e também na geração de energia elétrica, com capacidade instalada de 168,2 MWp, que geraram na Espanha e Itália 223 GW/h de energia em 2010.

A Companhia é uma importante concessionária privada de transmissão de energia elétrica no Brasil, com uma RAP de R\$ 61.284.457,00, determinada pela Resolução Homologatória n.º 1.171/2011 para o ciclo 2011/2012. Em 31 de dezembro de 2010, a infra-estrutura da Emissora era formada por uma linha de transmissão de circuito simples 500 kV de aproximadamente 181 km de extensão, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, e as respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

Transmissão de Energia – Operação

A receita operacional bruta aumentou 41%, atingindo R\$ 49.854 mil em 30 de setembro de 2011, comparada com R\$ 35.425 mil no mesmo período em 2010, em decorrência do aumento de 45,9% das receitas financeiras e de 8,7% das receitas de operação e manutenção, como se especifica a seguir:

As receitas financeiras somaram R\$ 38.227 mil em setembro de 2011, comparada com R\$ 26.197 mil em 2010, aumentando substancialmente em virtude do efeito do reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro, o qual foi concedido em junho de 2011 com um percentual de 10,04%, sendo que no mesmo período de 2010 o reajuste concedido foi de 4,18%.

Também em virtude do reajuste da RAP as receitas de operação e manutenção aumentaram, totalizando R\$15.953 mil até setembro de 2011, comparada com R\$14.677 mil no mesmo período de 2010.

Adicionalmente, ocorreram ajustes negativos à receita pelo valor de R\$32 mil até setembro de 2010 e ajustes positivos no valor de R\$1.564 mil no mesmo período em 2011, derivadas da parcela de ajuste de ANEEL.

As deduções da receita operacional aumentaram em 24,4%, atingindo R\$3.547 mil em setembro de 2011 contra R\$2.850 mil em setembro de 2010, em consonância com o aumento das receitas operacionais observado no período. As deduções correspondem a despesas de P&D, RGR e Taxa ANEEL, todas elas proporcionais às receitas.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 37,4%, somando R\$52.198 mil em setembro de 2011 diante de R\$37.993 mil em setembro de 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 são apresentadas de acordo com os IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

Comentário do Desempenho

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Comentário do Desempenho

Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Informações financeiras dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	Em 30 de setembro de				Variação
	2010	% Total	2011	% Total	2010/2011
(em milhares de R\$, exceto percentuais)					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37.993	100,00%	52.198	100,00%	37,39%
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(2.568)	(6,76)%	(2.344)	(4,49)%	(8,72)%
RECEITA BRUTA	35.425	93,24%	49.854	95,51%	40,73%
PESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas administrativas	(1.198)	(3,15)%	(893)	(1,71)%	(25,46)%
RECEITA OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO	34.227	90,09%	48.961	93,80%	43,05%
RECEITA FINANCEIRA	722	1,90%	1.042	2,00%	44,32%
Despesas Financeiras	(7.025)	(18,49)%	(6.728)	(12,89)%	(4,23)%
Resultado financeiro líquido	(6.303)	(16,59)%	(5.686)	(10,89)%	(9,79)%
RECEITA ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27.924	73,50%	43.275	82,91%	54,97%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.495)	(24,99)%	(14.699)	(28,16)%	54,81%
RECEITA LÍQUIDA DO PERÍODO	18.429	48,51%	28.576	54,75%	55,06%

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 64.582 milhões, representado por 64.582 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa *holding* Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% menos 1 (uma) ação – detida pela Isolux Projetos e Instalações Ltda. - do seu capital social.

Comentário do Desempenho

Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício de 2010 e para os três primeiros trimestres de 2011. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria independente no período acima mencionado.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(NÃO AUDITADAS)

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial em São José dos Campos. A Companhia iniciou suas operações em 28 de novembro de 2004, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Marechal Câmara 160, sala 1817 – Centro – Rio de Janeiro.

1.2. Da Concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pela Elecnor S.A. e pela Isolux Wat S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público nº 002/2002, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote E – linha Tijuco Preto–Cachoeira Paulista. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 084/2002 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em São Paulo, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Tijuco Preto–Cachoeira Paulista, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação 500 kV Tijuco Preto e término na subestação 500 kV Cachoeira Paulista.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$27.840 (valor histórico). A RAP é corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 28 de junho de 2011, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.171, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$61.284 para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e apresentadas de acordo CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Estas informações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

2.2. Base de elaboração

A Companhia adotou procedimentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, normas complementares emitidas pela CVM e órgão reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia para a preparação das informações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- a) Contabilização de contratos de concessão – Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro.

A infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução.

O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois:

- (i) a RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão e efeitos de sazonalidade sobre o negócio; e
- (ii) o poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção aplicando uma margem sobre os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

- b) Reconhecimento do ativo financeiro – A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão.
- c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro – A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.
- d) Determinação das receitas de construção – Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- e) Provisão para riscos – As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações financeiras intermediárias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	39	2.594
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>7.950</u>	<u>5.025</u>
	<u>7.989</u>	<u>7.619</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem na data do balanço o seu valor de mercado.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	30/09/2011	31/12/2010
Banco Santander S.A.	Fundo de investimento	100% CDI	4	5.025
ABN Amro S.A.	Fundo de investimento	101% CDI	7.938	-
Outras aplicações	-	-	<u>8</u>	<u>-</u>
			<u>7.950</u>	<u>5.025</u>

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	7.167	5.997
Vencidas até 30 dias	<u>463</u>	<u>2</u>
	<u>7.630</u>	<u>5.999</u>

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, considerando não haver indicativo de perdas com esses créditos.

6. CONTAS A RECEBER – ATIVO FINANCEIRO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo financeiro oriundo da concessão		
Circulante	35.586	32.340
Não circulante	<u>192.698</u>	<u>184.263</u>
	<u>228.284</u>	<u>216.603</u>
Movimentação		
Saldo inicial	216.603	218.113
Atualização	38.227	32.051
Recebimento	<u>(26.546)</u>	<u>(33.561)</u>
Saldo final	<u>228.284</u>	<u>216.603</u>

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção e sua atualização baseada na taxa efetiva apurada para o contrato de concessão. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis.

7. CAIXA RESTRITO

O caixa restrito é demonstrado como segue:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	30/09/2011	31/12/2010
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	6.480	5.929
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	226	210
Banco Nossa Caixa (7.2)	Poupança	TR + 6% a.a.	<u>2.597</u>	<u>2.596</u>
			<u>9.303</u>	<u>8.735</u>

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

7.1. Fundos vinculados a empréstimos

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), conforme composição a seguir. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O FIC apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificado como não circulante por estar vinculado aos empréstimos do BNDES.

7.2. Aplicações destinadas a medidas compensatórias

Contabilizado a valor de mercado, o saldo de aplicação relativo a medidas compensatórias refere-se ao compromisso da Companhia assumido com o IBAMA. O mesmo montante encontra-se registrado no passivo (Nota 12).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos como se segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
BNDES - subcrédito A - moeda nacional	1.620	1.831
BNDES - subcrédito B - moeda nacional	59.915	67.730
BNDES - subcrédito C - moeda estrangeira	8.974	9.094
Juros a pagar	<u>301</u>	<u>361</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>70.810</u>	<u>79.016</u>
Passivo circulante	12.564	12.461
Passivo não circulante	58.246	66.555

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	79.016	91.581
Atualizações e variações cambiais	6.696	8.577
Amortização principal	(9.058)	(12.169)
Amortização juros	<u>(5.844)</u>	<u>(8.973)</u>
Saldo final	<u>70.810</u>	<u>79.016</u>

As características dos subcréditos são como se segue:

BNDES – Refere-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 21 de julho de 2004, destinado à implantação das linhas de transmissão da Cachoeira Paulista.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

BNDES – Subcréditos A e B – Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 o índice médio da TJLP foi de 6% (6% em 2010).

BNDES – Subcrédito C – Provido com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas (UMBNDDES). Os juros serão calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

Os indicadores definidos pelo contrato de financiamento para reajuste do principal da dívida sofreram as seguintes variações nos exercícios:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>
URTJLP	1,97408	1,97408	-
UMBNDDES	0,036011	0,032718	10,06%

O financiamento do BNDES é garantido por:

- (i) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão;
- (ii) Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- (iii) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura da dívida – Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida (para fins desta cláusula restritiva, fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida é definido como sendo a soma dos valores faturados aos usuários do sistema reduzidos dos impostos sobre o faturamento, dos custos dos serviços, dos impostos sobre a renda correntes e das despesas financeiras e acréscimos do caixa e equivalentes de caixa apurado na data da medição. Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida não é uma medida contábil de acordo com os IFRS e com os CPCs) sobre no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal (superior ou igual a 1,3 vezes).
- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos).

Os referidos índices foram cumpridos pela Companhia em todas as datas apresentadas.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

As posições, em 30 de setembro de 2011, das amortizações e dos pagamentos de encargos dos financiamentos obedecem ao seguinte escalonamento:

2012	3.066
2013	12.262
2014	12.262
2015	12.262
2016	12.262
2017	<u>6.132</u>
Total longo prazo	<u>58.246</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
PIS a recolher	46	3
COFINS a recolher	67	53
IRPJ a pagar	5.450	5.864
CSLL a pagar	1.928	2.002
Outros	<u>45</u>	<u>61</u>
Total	<u>7.536</u>	<u>7.983</u>

10. PIS E COFINS DIFERIDOS

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos.

O saldo de PIS e COFINS diferidos é apresentado como segue:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	30/09/2011			31/12/2010
		PIS	COFINS	Total	Total
Ajustes novas práticas	228.187	846	3.912	<u>4.758</u>	<u>4.331</u>
				<u>4.758</u>	<u>4.331</u>

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

- a) A reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado é como segue:

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.361	43.275	7.377	27.924
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota nominal	(2.844)	(14.715)	(2.508)	(9.494)
Diferenças permanentes	<u>(2)</u>	<u>16</u>	<u>9</u>	<u>(1)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	<u>(2.846)</u>	<u>(14.699)</u>	<u>(2.499)</u>	<u>(9.495)</u>
 IRPJ e CSLL correntes	 (2.334)	 (9.639)	 (1.955)	 (7.929)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(512)</u>	<u>(5.060)</u>	<u>(544)</u>	<u>(1.566)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	<u>(2.846)</u>	<u>(14.699)</u>	<u>(2.499)</u>	<u>(9.495)</u>

- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>30/09/2011</u>			<u>31/12/2010</u>	
Natureza dos créditos	<u>Base de cálculo</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Desreconhecimento do ativo imobilizado	169.599	42.400	15.264	57.664	58.898
Reconhecimento do PIS e COFINS diferidos	4.758	1.190	428	<u>1.618</u>	<u>1.473</u>
				59.282	60.371
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Reconhecimento do ativo financeiro	228.284	57.071	20.546	<u>(77.617)</u>	<u>(73.646)</u>
Imposto diferido passivo				<u>(18.335)</u>	<u>(13.275)</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/12/2010	13.275
Reconhecido durante o período de nove meses findo em 30/09/2011	<u>5.060</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 30/09/2011	<u>18.335</u>

Nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia não possui prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme demonstrado acima, decorrem basicamente da diferença entre as bases contábeis e fiscais geradas pela adoção do IFRIC 12 / ICPC 01.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

12. PROVISÕES

A Companhia possui provisões para riscos cujas expectativas de perdas foram consideradas como prováveis pela Companhia e por seus consultores jurídicos.

O saldo das citadas provisões é como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Medidas ambientais compensatórias (nota 7.2)	2.597	2.597
Processos fiscais	<u>560</u>	<u>560</u>
	<u>3.157</u>	<u>3.157</u>

Meio ambientais compensatórias

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradações ambientais o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia por meio de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

O Contrato de Concessão nº 084/2002, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental do Empreendimento, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), baseado na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) nº 9985/2000, determinou que o recurso fosse destinado às Unidades de Conservação APA de Várzea do Rio Tietê, Floresta Nacional de Lorena e APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, afetadas pela passagem da linha de transmissão.

Atendendo a exigência do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), em virtude da indefinição do plano de aplicação dos referidos recursos pelos órgãos gestores das unidades de conservação, foi determinado que o valor mencionado fosse aplicado no Banco Nossa Caixa Nosso Banco, até o seu uso efetivo, segundo solicitação do órgão estatal (SMA), para uso exclusivo da compensação ambiental referida.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Ações judiciais

Em 30 de setembro de 2011, a provisão para riscos fiscais referentes ao recolhimento de imposto de renda e contribuição social do período compreendido entre 2004 e 2007 totaliza R\$560 e reflete a estimativa da administração par fazer face às demandas judiciais e administrativas que deverão ter desfecho desfavorável à Companhia.

Além disso, a Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes a questões de regularização de Servidões de Direito de Passagem para a Linha de Transmissão, as quais estão sendo objeto de discussão e envolvem valores de R\$469. A Companhia não registrou provisão uma vez que a expectativa de perda é possível.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$64.582, dividido em 64.582.206 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	21.527.400
Isolux Energia e Participações S.A.	21.527.400
Lintran do Brasil Participações S.A.	21.527.400
Membros do Conselho de Administração	6
	<u>64.582.206</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, proposta pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo retidos”.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

14. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluindo as ações em tesouraria, se houver.

O lucro básico e diluído são iguais por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro do período	5.515	28.576	4.878	18.429
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	64.582.206	64.582.206	64.582.206	64.582.206
Lucro por lote de mil ações básico e diluído	85,40	442,47	75,53	285,36

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Receita de remuneração do ativo financeiro	6.718	38.227	5.925	26.197
Receita de operação e manutenção	5.900	15.954	5.027	14.646
Outras receitas	<u>1.350</u>	<u>1.564</u>	<u>119</u>	<u>-</u>
Receita bruta	<u>13.968</u>	<u>55.745</u>	<u>11.071</u>	<u>40.843</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Receita bruta	13.968	55.745	11.071	40.843
(-) PIS e COFINS	(510)	(2.035)	(404)	(1.491)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	<u>(440)</u>	<u>(1.512)</u>	<u>(470)</u>	<u>(1.359)</u>
Receita líquida	<u>13.018</u>	<u>52.198</u>	<u>10.197</u>	<u>37.993</u>

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais é apresentada a seguir:

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Pessoal e administradores	90	257	124	406
Serviços de terceiros	899	2.297	702	2.252
Depreciação	2	9	3	10
Taxa de fiscalização da ANEEL	271	271	68	198
Arrendamentos e aluguéis	3	11	70	207
Outras (receitas) despesas	<u>348</u>	<u>392</u>	<u>519</u>	<u>693</u>
Total	<u>1.613</u>	<u>3.237</u>	<u>1.486</u>	<u>3.766</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens construídos e serviços prestados	1.085	2.344	791	2.765
Despesas gerais e administrativas	<u>528</u>	<u>893</u>	<u>695</u>	<u>1.001</u>
Total	<u>1.613</u>	<u>3.237</u>	<u>1.486</u>	<u>3.766</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>3 meses</u>	<u>9 meses</u>
Receita de aplicações financeiras	291	1.036	192	603
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>111</u>	<u>119</u>
Receitas financeiras	<u>297</u>	<u>1.042</u>	<u>303</u>	<u>722</u>
Variações cambiais passivas	1.449	911	781	(194)
Juros de empréstimos e financiamentos	1.872	5.785	837	6.797
Outras despesas financeiras	<u>20</u>	<u>32</u>	<u>19</u>	<u>422</u>
Despesas financeiras	<u>3.341</u>	<u>6.728</u>	<u>1.637</u>	<u>7.025</u>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASTransações comerciais e saldos em aberto31/12/2010Passivo - Dividendos a pagar

Elecnor Transmissão de Energia S.A.	3.598
Isolux Energia e Participações S.A.	3.598
Lintran do Brasil Participações S.A.	<u>3.597</u>
	<u>10.793</u>

A Companhia não executou outras transações comerciais com partes relacionadas durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, a Companhia incorreu em despesas com remuneração dos administradores no montante de R\$63 e R\$188, respectivamente (R\$34 e R\$102 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2010, respectivamente).

19. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras intermediárias. As demonstrações financeiras e as informações financeiras intermediárias são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia (presidente) para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional “transmissão de energia” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de concessionários e permissionários, contas a receber – ativo financeiro da concessão, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, impostos e taxas) não existindo outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em nas datas apresentadas.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Recebíveis:				
Contas a receber ⁽ⁱⁱ⁾	7.630	7.630	5.999	5.999
Contas a receber – ativo financeiro ^(iv)	<u>228.284</u>	<u>228.284</u>	<u>216.603</u>	<u>216.603</u>
	<u>235.914</u>	<u>235.914</u>	<u>222.602</u>	<u>222.602</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.989	7.989	7.619	7.619
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	<u>9.303</u>	<u>9.303</u>	<u>8.735</u>	<u>8.735</u>
	<u>17.292</u>	<u>17.292</u>	<u>16.354</u>	<u>16.354</u>
Passivos financeiros - outros				
Fornecedores ⁽ⁱⁱ⁾	365	365	459	459
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	70.810	70.810	79.016	79.016
Dividendos ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	10.793	10.793
Impostos e taxas regulamentares ⁽ⁱⁱ⁾	<u>10.332</u>	<u>10.332</u>	<u>9.343</u>	<u>9.343</u>
	<u>81.507</u>	<u>81.507</u>	<u>99.611</u>	<u>99.611</u>

(i) Os saldos contábeis refletem o valor de mercado na data do balanço.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

- (ii) O valor de mercado se aproxima do valor contábil, devido ao curto período velocidade de realização dos ativos e passivos financeiros.
- (iii) Devido às características específicas dos contratos de financiamento do BNDES, e ao fato de que os empréstimos serem vinculados à TJLP, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.
- (iv) O ativo financeiro da concessão é determinado com base em premissas específicas deste contrato de concessão. Como não existe um mercado ativo a ser utilizado como referência para a determinação do valor de mercado desse ativo, a Administração acredita que os valores registrados são aqueles que melhor refletem os valores justos destes ativos nas datas apresentadas.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa 7, A Companhia deve manter Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos). Para os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, a Companhia atingiu o índice de capitalização requerido.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

* Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

* Riscos relacionados às taxas de câmbio

A Companhia possui parte de seus empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio.

Em 30 de setembro de 2011, o passivo exposto à variações de moeda estrangeira - UMBNDES monta em R\$8.974. A UMBNDES está atrelada a uma cesta de moedas estrangeiras.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

A administração preparou uma análise de sensibilidade com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de câmbio que reflitam a cesta de moedas definida pelo BNDES. Considerando uma flutuação equivalente a 10% na cotação da cesta de moedas, o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$355.

* Riscos relacionados às taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui empréstimos e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas.

A administração preparou uma análise de sensibilidade, com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de juros. Considerando uma flutuação equivalente a 10% nas taxas de juros as quais a Companhia está exposta (TJLP, CDI e TR), o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$2.624.

Análise de sensibilidade adicional de acordo com a Instrução CVM475/08

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de setembro de 2011;
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2011; e
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Calculo da análise de sensibilidade

Indicadores	Ativo	Passivo	Ativo (passivo) capex	Taxa efetiva do período	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido para 30/09/12 em adição ao real
<u>Cenário Provável</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.974)	(8.974)	0,036011	-
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	14.656	-	14.656	3,65%	1.268
TR	2.597	-	2.597	1,52%	39
TJLP	-	(61.535)	(61.535)	6,00%	(3.692)
					(2.385)
<u>Cenário 1</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.974)	(8.974)	0,045014	(404)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	14.656	-	14.656	10,81%	1.585
TR	2.597	-	2.597	1,89%	49
TJLP	-	(61.535)	(61.535)	7,50%	(4.615)
					(2.981)
<u>Cenário 2</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.974)	(8.974)	0,054017	(485)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	14.656	-	14.656	13,52%	1.981
TR	2.597	-	2.597	2,37%	61
TJLP	-	(61.535)	(61.535)	9,38%	(5.769)
					(3.727)

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Os fluxos contratuais não descontados (amortizações e vencimentos finais) nos montantes pendentes dos passivos financeiros, por período de vencimento, são como segue:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a seis anos	Total
Fornecedores	365	-	-	-	365
Empréstimos e financiamentos *	1.323	3.828	15.547	71.235	91.934
Impostos e taxas regulamentares	<u>1.460</u>	<u>-</u>	<u>8.872</u>	<u>-</u>	<u>10.332</u>
Total	<u>3.148</u>	<u>3.828</u>	<u>24.419</u>	<u>71.235</u>	<u>102.631</u>

* Inclui expectativa de juros a serem pagos até o final do contrato

Itens reconhecidos ao valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui apenas um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado - os saldos de caixa restrito que montam nessas datas em R\$9.303 e R\$8.735, respectivamente. Esse ativo financeiro é classificado como Nível 2.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- c.1) Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

- c.2) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- c.3) Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, não houve operações relevantes não caixa a serem divulgadas.

A Companhia adota como procedimento alocar os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento de forma consistente durante os exercícios apresentados.

22. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão, conforme quadro abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Subestações	Riscos operacionais	30/06/2012	23.193
Subestações e linhas	Responsabilidade civil	30/06/2012	7.000

Notas Explicativas

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

23. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 04 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, CPC 21 – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Propósito da emissão das informações contábeis intermediárias

Estas informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
30 de junho de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.582.206
Preferenciais	0
Total	64.582.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	251.149	241.973
1.01	Ativo Circulante	44.840	48.917
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	519	7.619
1.01.01.01	Aplicações Financeiras	86	2.594
1.01.01.02	Aplicações financeiras de liquidez imediata	433	5.025
1.01.03	Contas a Receber	40.283	38.339
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.283	38.339
1.01.03.02.01	Concessionárias e permissionárias	6.405	5.999
1.01.03.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	33.878	32.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.778	732
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.778	732
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.260	2.227
1.01.08.03	Outros	2.260	2.227
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.260	2.227
1.02	Ativo Não Circulante	206.309	193.056
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	206.258	192.998
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.149	8.735
1.02.01.03	Contas a Receber	197.109	184.263
1.02.03	Imobilizado	51	58
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51	58

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	251.149	241.973
2.01	Passivo Circulante	19.626	33.120
2.01.02	Fornecedores	346	459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	346	459
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.885	9.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.885	9.343
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.537	7.983
2.01.03.01.02	Taxas regulamentares	1.348	1.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.322	12.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.322	12.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.322	12.461
2.01.05	Outras Obrigações	73	10.857
2.01.05.02	Outros	73	10.857
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.793
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	73	64
2.02	Passivo Não Circulante	86.927	87.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	60.067	66.555
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.067	66.555
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	60.067	66.555
2.02.03	Tributos Diferidos	23.703	17.606
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.703	17.606
2.02.03.01.01	PIS e COFINS diferidos	4.856	4.331
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.847	13.275
2.02.04	Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02	Outras Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.157	3.157
2.03	Patrimônio Líquido	144.596	121.535
2.03.01	Capital Social Realizado	64.582	64.582
2.03.02	Reservas de Capital	361	361
2.03.04	Reservas de Lucros	56.592	56.592
2.03.04.10	Dividendos retidos	47.278	47.278
2.03.04.11	Reserva de Lucros	9.314	9.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.061	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.072	39.180	17.699	27.796
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-445	-1.259	-976	-1.974
3.03	Resultado Bruto	28.627	37.921	16.723	25.822
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-317	-365	-126	-306
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-317	-365	-126	-306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.310	37.556	16.597	25.516
3.06	Resultado Financeiro	-920	-2.642	-2.570	-4.969
3.06.01	Receitas Financeiras	449	745	237	419
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.369	-3.387	-2.807	-5.388
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.390	34.914	14.027	20.547
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.299	-11.853	-4.774	-6.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.091	23.061	9.253	13.551
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.091	23.061	9.253	13.551
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28012	0,35708	0,14328	0,20983
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,28012	0,35708	0,14328	0,20983

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.113	19.655
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.540	20.823
6.01.01.01	Lucro líquido do período	23.061	13.551
6.01.01.02	Despesas com administradores	0	30
6.01.01.03	Impostos diferidos	5.572	2.110
6.01.01.04	PIS e COFINS diferidos	525	140
6.01.01.05	Depreciação	7	7
6.01.01.06	Juros e variações monetárias do empréstimo	3.375	4.985
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.427	-1.168
6.01.02.01	Concessionárias e permissionárias	-406	-32
6.01.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	-14.384	-3.835
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.046	-902
6.01.02.04	Outros créditos	-33	-35
6.01.02.05	Fornecedores	-113	-16
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais	6.281	4.944
6.01.02.07	Taxas regulamentares	-12	103
6.01.02.08	Outras contas a pagar	9	7
6.01.02.09	Impostos pagos	-8.723	-1.402
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-414	-283
6.02.01	Caixa restrito	-414	-283
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.799	-17.916
6.03.01	Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-6.041	-6.106
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos - juros	-3.965	-4.601
6.03.03	Dividendos distribuídos pagos	-10.793	-7.209
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.100	1.456
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.619	632
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	519	2.088

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.061	0	23.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.061	0	23.061
5.07	Saldo Finais	64.582	361	56.592	23.061	0	144.596

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.551	0	13.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.551	0	13.551
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	30	0	0	0	30
5.06.01	Constituição de Reservas	0	30	0	0	0	30
5.07	Saldo Finais	64.582	331	21.989	36.638	0	123.540

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	41.777	29.772
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.777	29.772
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.436	-1.692
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-38	-142
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.398	-1.550
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.341	28.080
7.04	Retenções	-7	-7
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7	-7
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.334	28.073
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	745	419
7.06.02	Receitas Financeiras	745	419
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.079	28.492
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	41.079	28.492
7.08.01	Pessoal	174	289
7.08.01.01	Remuneração Direta	167	282
7.08.01.02	Benefícios	5	5
7.08.01.03	F.G.T.S.	2	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.449	9.127
7.08.02.01	Federais	14.449	9.127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.395	5.525
7.08.03.01	Juros	3.387	5.388
7.08.03.02	Aluguéis	8	137
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.061	13.551
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.061	13.551

Comentário do Desempenho

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2011.

A Cachoeira Paulista registrou, em junho de 2011, resultado operacional de R\$37.556 mil. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ -2.642 mil. Com isso, o lucro líquido no trimestre encerrado em 30 de junho de 2011 foi de R\$23.061 mil, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria.

A Companhia apresentou, no trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada

Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

Histórico

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada, em 9 de outubro de 2002. Tornando-se uma sociedade anônima em 11 de junho de 2004.

A Companhia é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A., e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán. Em 1º de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou um acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, para que a Isolux Energia e Participações S.A. detenha a totalidade do capital da Cachoeira Paulista, cedendo sua participação nas duas concessionárias restantes.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Conforme acima mencionado, a Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán possui 1.690 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.237 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. Segundo dados internos da Companhia, o Grupo lidera o mercado na construção de centrais fotovoltaicas com chave na mão com 267 MW instalados e também na geração de energia elétrica, com capacidade instalada de 168,2 MWp, que geraram na Espanha e Itália 223 GW/h de energia em 2010.

A Companhia é uma importante concessionária privada de transmissão de energia elétrica no Brasil, com uma RAP de R\$ 61.284.457,00, determinada pela Resolução Homologatória n.º 1.171/2011 para o ciclo 2011/2012. Em 31 de dezembro de 2010, a infra-estrutura da Emissora era formada por uma linha de transmissão de circuito simples 500 kV de aproximadamente 181 km de extensão, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, e as respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

Transmissão de Energia – Operação

A receita operacional bruta aumentou 40,32%, atingindo R\$ 41.776 mil em 30 de junho de 2011, comparada com R\$ 29.772 mil no mesmo período em 2010, em decorrência do aumento 55,43% das receitas financeiras e de 4,18% das receitas de operação e manutenção, como se especifica a seguir:

As receitas financeiras somaram R\$ 31.509 mil em junho de 2011, comparada com R\$ 20.272 mil em 2010, aumentando substancialmente em virtude do efeito do reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro, o qual foi concedido em junho de 2011 com um percentual de 9,77%, sendo que no mesmo período de 2010 o reajuste concedido foi de 4,18%.

Também em virtude do reajuste da RAP as receitas de operação e manutenção aumentaram, totalizando R\$ 10.054 mil até junho de 2011, comparada com R\$ 9.651 mil no mesmo período de 2010.

Adicionalmente, ocorreram ajustes negativos à receita pelo valor de R\$ 151 mil até junho de 2010 e R\$ 214 mil no mesmo período em 2011, derivadas da parcela de ajuste de ANEEL.

As deduções da receita operacional aumentaram em 31,43%, atingindo R\$ 2.597 mil em junho de 2011 contra R\$ 1.976 mil em junho de 2010, em consonância com o aumento das receitas operacionais observado no período. As deduções correspondem a despesas de P&D, RGR e Taxa ANEEL, todas elas proporcionais às receitas.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 40,96%, somando R\$ 39.180 mil em junho de 2011 diante de R\$ 27.796 mil em junho de 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras para o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011 são apresentadas de acordo com os IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

Comentário do Desempenho

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Comentário do Desempenho

Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Informações financeiras dos períodos encerrados em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 30 de junho de				% Variação
	2010	% Total	2011	% Total	2010/ 2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.796	100,00%	39.180	100,00%	40,96%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.974)	(7,10%)	(1.259)	(3,21%)	(36,22%)
LUCRO BRUTO	25.822	92,90%	37.921	96,79%	46,86%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(276)	(0,99%)	(365)	(0,93%)	32,25%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	25.546	91,91%	37.556	95,86%	47,01%
Receitas Financeiras	419	1,51%	1.283	3,27%	206,21%
Despesas Financeiras	(5.388)	(19,38%)	(3.925)	(10,02%)	(27,15%)
Total do resultado financeiro líquido	(4.969)		(2.642)	(6,74%)	(46,83%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20.577	74,03%	34.914	89,11%	69,67%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.996)	(25,17%)	(11.853)	(30,25%)	69,43%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.581	48,86%	23.061	58,86%	69,80%

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 64.582 milhões, representado por 64.582 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pelas empresas Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A., cada uma com 33,3% do seu capital social.

Eventos Subsequentes

Em 19 de julho de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. passou a deter 100% do capital social da Companhia menos 1 (uma) ação, detida pela Isolux Projetos e Instalações Ltda.

Audidores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2010 e primeiro semestre de 2011. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria independente para o período acima mencionado.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial em São José dos Campos. A Companhia iniciou suas operações em 28 de novembro de 2004, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Marechal Câmara 160, sala 1817 – Centro – Rio de Janeiro.

1.2. Da Concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pela Elecnor S.A. e pela Isolux Wat S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público nº 002/2002, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote E – linha Tijuco Preto–Cachoeira Paulista. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 084/2002 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em São Paulo, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Tijuco Preto–Cachoeira Paulista, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação 500 kV Tijuco Preto e término na subestação 500 kV Cachoeira Paulista.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$27.840 (valor histórico). A RAP é corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Notas Explicativas

Em 7 de junho de 2011, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$61.284 para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas e apresentadas de acordo CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

2.2. Base de elaboração

A Companhia adotou procedimentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, normas complementares emitidas pela CVM e órgão reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia para a preparação das informações financeiras intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- a) Contabilização de contratos de concessão – Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro.

A infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

Notas Explicativas

O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução.

O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois:

- (i) a RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão e efeitos de sazonalidade sobre o negócio; e
- (ii) o poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção aplicando uma margem sobre os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

- b) Reconhecimento do ativo financeiro – A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção,

Notas Explicativas

com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão.

- c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro – A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.
- d) Determinação das receitas de construção – Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- e) Provisão para riscos – As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações financeiras intermediárias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	86	2.594
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>433</u>	<u>5.025</u>
	<u>519</u>	<u>7.619</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem na data do balanço o seu valor de mercado.

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Santander S.A.	Fundo de investimento	100% CDI	-	5.025
ABN Amro S.A.	Fundo de investimento	101% CDI	424	-
Outras aplicações	-	-	<u>9</u>	<u>-</u>
			<u>433</u>	<u>5.025</u>

Notas Explicativas**5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	6.059	5.997
Vencidas até 30 dias	<u>346</u>	<u>2</u>
	<u>6.405</u>	<u>5.999</u>

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, considerando não haver indicativo de perdas com esses créditos.

6. CONTAS A RECEBER – ATIVO FINANCEIRO

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo financeiro oriundo da concessão		
Circulante	33.878	32.340
Não circulante	<u>197.109</u>	<u>184.263</u>
	<u>230.987</u>	<u>216.603</u>
Movimentação		
Saldo inicial	216.603	218.113
Atualização	31.509	32.051
Recebimento	<u>(17.123)</u>	<u>(33.561)</u>
Saldo final	<u>230.987</u>	<u>216.603</u>

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção e sua atualização baseada na taxa efetiva apurada para o contrato de concessão. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis.

7. CAIXA RESTRITO

O caixa restrito é demonstrado como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	6.332	5.929
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	221	210
Banco Nossa Caixa (7.2)	Poupança	TR + 6% a.a.	<u>2.596</u>	<u>2.596</u>
			<u>9.149</u>	<u>8.735</u>

Notas Explicativas

7.1. Fundos vinculados a empréstimos

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), conforme composição a seguir. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O FIC apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificado como não circulante por estar vinculado aos empréstimos do BNDES.

7.2. Aplicações destinadas a medidas compensatórias

Contabilizado a valor de mercado, o saldo de aplicação relativo a medidas compensatórias refere-se ao compromisso da Companhia assumido com o IBAMA. O mesmo montante encontra-se registrado no passivo (Nota 12).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos como se segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
BNDES - subcrédito A - moeda nacional	1.690	1.831
BNDES - subcrédito B - moeda nacional	62.520	67.730
BNDES - subcrédito C - moeda estrangeira	7.870	9.094
Juros a pagar	<u>309</u>	<u>361</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>72.389</u>	<u>79.016</u>
Passivo circulante	12.322	12.461
Passivo não circulante	60.067	66.555

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	79.016	91.581
Atualizações e variações cambiais	3.375	8.577
Amortização principal	(6.041)	(12.169)
Amortização juros	<u>(3.965)</u>	<u>(8.973)</u>
Saldo final	<u>72.389</u>	<u>79.016</u>

As características dos subcréditos são como se segue:

BNDES – Refere-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 21 de julho de 2004, destinado à implantação das linhas de transmissão da Cachoeira Paulista.

Notas Explicativas

BNDES – Subcréditos A e B – Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 o índice médio da TJLP foi de 6% (6% em 2010).

BNDES – Subcrédito C – Provido com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas (UMBNDDES). Os juros serão calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

Os indicadores definidos pelo contrato de financiamento para reajuste do principal da dívida sofreram as seguintes variações nos exercícios:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>
URTJLP	1,97408	1,97408	-
UMBNDDES	0,030709	0,032718	-6,14%

O financiamento do BNDES é garantido por:

- (i) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão;
- (ii) Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- (iii) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura da dívida – Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida (para fins desta cláusula restritiva, fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida é definido como sendo a soma dos valores faturados aos usuários do sistema reduzidos dos impostos sobre o faturamento, dos custos dos serviços, dos impostos sobre a renda correntes e das despesas financeiras e acréscimos do caixa e equivalentes de caixa apurado na data da medição. Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida não é uma medida contábil de acordo com os IFRS e com os CPCs) sobre no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal (superior ou igual a 1,3 vezes).
- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos).

Notas Explicativas

Os referidos índices foram cumpridos pela Companhia em todas as datas apresentadas.

As posições, em 31 de junho de 2011, das amortizações e dos pagamentos de encargos dos financiamentos obedecem ao seguinte escalonamento:

2013	12.013
2014	12.013
2015	12.013
2016	12.013
2017	<u>12.015</u>
Total longo prazo	<u>60.067</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
PIS a recolher	48	3
COFINS a recolher	75	53
IRPJ a pagar	3.820	5.864
CSLL a pagar	1.527	2.002
Outros	<u>67</u>	<u>61</u>
Total	<u>5.537</u>	<u>7.983</u>

10. PIS E COFINS DIFERIDOS

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos.

O saldo de PIS e COFINS diferidos é apresentado como segue:

Natureza dos créditos	30/06/2011			31/12/2010
	Base de cálculo	PIS	COFINS	Total
Ajustes novas práticas	230.890	863	3.993	<u>4.856</u>
				<u>4.856</u>
				<u>4.331</u>

Notas Explicativas**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

- a) A reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado é como segue:

	<u>30/06/2011</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2011</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>3 meses</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.914	27.390	20.547	14.027
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota nominal	(11.871)	(9.313)	(6.986)	(4.769)
Diferenças permanentes	<u>18</u>	<u>14</u>	<u>(10)</u>	<u>(5)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	<u>(11.853)</u>	<u>(9.299)</u>	<u>(6.996)</u>	<u>(4.774)</u>

- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>30/06/2011</u>			<u>31/12/2010</u>	
Natureza dos créditos	<u>Base de cálculo</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Desreconhecimento do ativo imobilizado	170.700	42.675	15.363	58.038	58.898
Reconhecimento do PIS e COFINS diferidos	4.856	1.214	437	<u>1.651</u>	<u>1.473</u>
				59.689	60.371
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Reconhecimento do ativo financeiro	230.987	57.747	20.789	<u>(78.536)</u>	<u>(73.646)</u>
Imposto diferido passivo				<u>(18.847)</u>	<u>(13.275)</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/12/2010	13.275
Reconhecido no 1º. trimestre de 2011	(478)
Reconhecido no 2º. trimestre de 2011	<u>6.050</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 30/06/2011	<u>18.847</u>

Nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia não possui prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social.

É importante ressaltar que o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme demonstrado acima, decorrem basicamente da diferença entre as bases contábeis e fiscais geradas pela adoção do IFRIC 12 / ICPC 01.

Notas Explicativas

12. PROVISÕES

A Companhia possui provisões para riscos cujas expectativas de perdas foram consideradas como prováveis pela Companhia e por seus consultores jurídicos.

O saldo das citadas provisões é como segue:

	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Medidas ambientais compensatórias (nota 7.2)	2.597	2.597
Processos fiscais	560	560
	<u>3.157</u>	<u>3.157</u>

Meio ambientais compensatórias

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradações ambientais o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia por meio de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

O Contrato de Concessão nº 084/2002, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental do Empreendimento, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), baseado na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) nº 9985/2000, determinou que o recurso fosse destinado às Unidades de Conservação APA de Várzea do Rio Tietê, Floresta Nacional de Lorena e APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, afetadas pela passagem da linha de transmissão.

Atendendo a exigência do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), em virtude da indefinição do plano de aplicação dos referidos recursos pelos órgãos gestores das unidades de conservação, foi determinado que o valor mencionado fosse aplicado no Banco Nossa Caixa Nosso Banco, até o seu uso efetivo, segundo solicitação do órgão estatal (SMA), para uso exclusivo da compensação ambiental referida.

Notas Explicativas

Ações judiciais

Em 30 de junho de 2011, a provisão para riscos fiscais referentes ao recolhimento de imposto de renda e contribuição social do período compreendido entre 2004 e 2007 totaliza R\$560 e reflete a estimativa da administração par fazer face às demandas judiciais e administrativas que deverão ter desfecho desfavorável à Companhia.

Além disso, a Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes a questões de regularização de Servidões de Direito de Passagem para a Linha de Transmissão, as quais estão sendo objeto de discussão e envolvem valores de R\$469. A Companhia não registrou provisão pois não considera que a perda é provável.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$64.582, dividido em 64.582.206 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	21.527.400
Isolux Energia e Participações S.A.	21.527.400
Lintran do Brasil Participações S.A.	21.527.400
Membros do Conselho de Administração	6
	<u>64.582.206</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, proposta pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo retidos”.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**14. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluindo as ações em tesouraria, se houver.

O lucro básico e diluído são iguais por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/06/11</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/11</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/10</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/10</u> <u>3 meses</u>
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro do período	23.061	18.091	13.551	9.253
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	64.582.206	64.582.206	64.582.206	64.582.206
Lucro por lote de mil ações básico e diluído	357,08	280,12	209,83	143,28

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/06/2011</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2011</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>3 meses</u>
Receita de remuneração do ativo financeiro	31.509	25.728	20.272	14.162
Receita de operação e manutenção	10.054	5.027	9.651	4.826
Outras receitas	<u>214</u>	<u>42</u>	<u>(151)</u>	<u>(160)</u>
Receita bruta	<u>41.777</u>	<u>30.797</u>	<u>29.772</u>	<u>18.828</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>30/06/2011</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2011</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>3 meses</u>
Receita bruta	41.777	30.797	29.772	18.828
(-) PIS e COFINS	(1.525)	(1.156)	(1.087)	(688)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	<u>(1.072)</u>	<u>(569)</u>	<u>(889)</u>	<u>(441)</u>
Receita líquida	<u>39.180</u>	<u>29.072</u>	<u>27.796</u>	<u>17.699</u>

Notas Explicativas**16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais é apresentada a seguir:

	<u>30/06/11</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/11</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/10</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/10</u> <u>3 meses</u>
Despesas com pessoal	167	124	282	102
Serviços de manutenção	1.398	679	1.550	747
Depreciação	7	2	7	3
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	130	65
Arrendamentos e aluguéis	8	4	137	69
Outras (receitas) despesas	<u>44</u>	<u>47</u>	<u>144</u>	<u>116</u>
Total	<u>1.624</u>	<u>762</u>	<u>2.250</u>	<u>1.102</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens construídos e serviços prestados	1.259	445	1.974	976
Despesas gerais e administrativas	<u>365</u>	<u>317</u>	<u>276</u>	<u>126</u>
Total	<u>1.624</u>	<u>762</u>	<u>2.280</u>	<u>1.102</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2011</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2011</u> <u>3 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>6 meses</u>	<u>30/06/2010</u> <u>3 meses</u>
Receita de aplicações financeiras	745	449	411	230
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>7</u>
Receitas financeiras	<u>745</u>	<u>449</u>	<u>419</u>	<u>237</u>
Variações cambiais passivas	(538)	(450)	(975)	(1.223)
Juros de empréstimos e financiamentos	3.913	1.828	5.960	3.638
Outras despesas financeiras	<u>12</u>	<u>(9)</u>	<u>403</u>	<u>392</u>
Despesas financeiras	<u>3.387</u>	<u>1.369</u>	<u>5.388</u>	<u>2.807</u>

Notas Explicativas**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**Transações comerciais e saldos em aberto31/12/10Passivo - Dividendos a pagar

Elecnor Transmissão de Energia S.A.	3.598
Isolux Energia e Participações S.A.	3.598
Lintran do Brasil Participações S.A.	<u>3.597</u>
	<u>10.793</u>

A Companhia não executou outras transações comerciais com partes relacionadas durante o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011.

Remuneração da Administração

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia incorreu em despesas com remuneração dos administradores no montante de R\$68 nas duas datas base.

19. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras intermediárias. As demonstrações financeiras e as informações financeiras intermediárias são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia (presidente) para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional “transmissão de energia” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

Notas Explicativas**20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de concessionários e permissionários, contas a receber – ativo financeiro da concessão, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, impostos e taxas) não existindo outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em nas datas apresentadas.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Recebíveis:				
Contas a receber ⁽ⁱⁱ⁾	6.405	6.405	5.999	5.999
Contas a receber – ativo financeiro ^(iv)	<u>230.987</u>	<u>230.987</u>	<u>216.603</u>	<u>216.603</u>
	<u>237.392</u>	<u>237.392</u>	<u>222.602</u>	<u>222.602</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	519	519	7.619	7.619
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	<u>9.149</u>	<u>9.149</u>	<u>8.735</u>	<u>8.735</u>
	<u>9.668</u>	<u>9.668</u>	<u>16.354</u>	<u>16.354</u>
Passivos financeiros - outros				
Fornecedores ⁽ⁱⁱ⁾	346	346	459	459
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	72.389	72.389	79.016	79.016
Dividendos ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	10.793	10.793
Impostos e taxas regulamentares ⁽ⁱⁱ⁾	<u>6.885</u>	<u>6.885</u>	<u>9.343</u>	<u>9.343</u>
	<u>79.620</u>	<u>79.620</u>	<u>99.611</u>	<u>99.611</u>

- (i) Os saldos contábeis refletem o valor de mercado na data do balanço.
- (ii) O valor de mercado se aproxima do valor contábil, devido à velocidade de realização dos ativos e passivos financeiros.
- (iii) Devido às características específicas dos contratos de financiamento do BNDES, e ao fato de que os empréstimos serem vinculados à TJLP, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.
- (iv) O ativo financeiro da concessão é determinado com base em premissas específicas deste contrato de concessão. Como não existe um mercado ativo a ser utilizado como referência para a determinação do valor de mercado desse ativo, a Administração acredita que os valores registrados são aqueles que melhor refletem os valores justos destes ativos nas datas apresentadas.

Notas Explicativas

Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa 7, A Companhia deve manter Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos). Para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a Companhia atingiu o índice de capitalização requerido.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

* Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

* Riscos relacionados às taxas de câmbio

A Companhia possui parte de seus empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio.

Em 30 de Junho de 2011, o passivo exposto à variações de moeda estrangeira - UMBNDES monta em R\$7.870. A UMBNDES está atrelada a uma cesta de moedas estrangeiras.

A administração preparou uma análise de sensibilidade com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de câmbio que reflitam a cesta de moedas definida pelo BNDES. Considerando uma flutuação equivalente a 10% na cotação da cesta de moedas, o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$790.

Notas Explicativas

* Riscos relacionados às taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros uma vez que possui empréstimos e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas.

A administração preparou uma análise de sensibilidade, com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de juros. Considerando uma flutuação equivalente a 10% nas taxas de juros as quais a Companhia está exposta (TJLP, CDI e TR), o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$3.793.

Análise de sensibilidade adicional de acordo com a Instrução CVM475/08

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2011;
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011; e
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo (passivo) exposto</u>	<u>Taxa efetiva do período</u>	<u>Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido para 30/06/11</u>
<u>Cenário Provável</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(7.898)	(7.898)	0,030907	-
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	9.668	-	9.668	2,60%	251
TR	2.596	-	2.596	6,55%	170
TJLP	-	(64.491)	(64.491)	6,00%	(3.869)
					(3.448)
<u>Cenário 1</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(7.898)	(7.898)	0,038634	(305)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	9.668	-	9.668	3,25%	314
TR	2.596	-	2.596	8,19%	213
TJLP	-	(64.491)	(64.491)	7,50%	(4.837)
					(4.310)
<u>Cenário 2</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(7.898)	(7.898)	0,046361	(366)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	9.668	-	9.668	4,06%	393
TR	2.596	-	2.596	10,24%	266
TJLP	-	(64.491)	(64.491)	9,38%	(6.046)
					(5.388)

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Os fluxos contratuais não descontados (amortizações e vencimentos finais) nos montantes pendentes dos passivos financeiros, por período de vencimento, são como segue:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a seis anos	Total
Fornecedores	906	-	-	-	906
Empréstimos e financiamentos	1.632	3.264	9.792	57.701	72.389
Dividendos	-	10.793	-	-	10.793
Impostos e taxas regulamentares	6.885	-	-	-	6.885
Total	<u>9.423</u>	<u>14.057</u>	<u>9.792</u>	<u>57.701</u>	<u>90.973</u>

Itens reconhecidos ao valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui apenas um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado - os saldos de caixa restrito que montam nessas datas em R\$9.149 e R\$8.735, respectivamente. Esse ativo financeiro é classificado como Nível 2.

Notas Explicativas

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- c.1) Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.
- c.2) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- c.3) Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante os períodos findos em 31 de junho de 2011 e de 2010, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, não houve operações relevantes não caixa a serem divulgadas.

A Companhia adota como procedimento alocar os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento de forma consistente durante os exercícios apresentados.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, de forma que a Isolux Energia e Participações S.A. passou a deter, em 19 de julho de 2011, 99,99% do capital da CPTE.

Notas Explicativas**23. SEGUROS**

A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão, conforme quadro abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Subestações	Riscos operacionais	30/06/2011	23.193
Subestações e linhas	Responsabilidade civil	30/06/2011	45.140

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Propósito da emissão das informações contábeis intermediárias

Estas informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em
31 de março de 2011 e de 2010 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.582.206
Preferenciais	0
Total	64.582.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	237.505	241.973
1.01	Ativo Circulante	46.942	48.917
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.959	7.619
1.01.01.01	Aplicações Financeiras	209	2.594
1.01.01.02	Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.750	5.025
1.01.03	Contas a Receber	38.776	38.339
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.776	38.339
1.01.03.02.01	Concessionárias e permissionárias	6.436	5.999
1.01.03.02.02	Contas a Receber - ativo financeiro	32.340	32.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	945	732
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	945	732
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.262	2.227
1.01.08.03	Outros	2.262	2.227
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.262	2.227
1.02	Ativo Não Circulante	190.563	193.056
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	190.508	192.998
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.026	8.735
1.02.01.03	Contas a Receber	181.482	184.263
1.02.03	Imobilizado	55	58
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55	58

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	237.505	241.973
2.01	Passivo Circulante	27.284	33.120
2.01.02	Fornecedores	478	459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	478	459
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.495	9.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.495	9.343
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.126	7.983
2.01.03.01.02	Taxas regulamentares	1.369	1.360
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.449	12.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.449	12.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.449	12.461
2.01.05	Outras Obrigações	10.862	10.857
2.01.05.02	Outros	10.862	10.857
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.793	10.793
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	69	64
2.02	Passivo Não Circulante	83.716	87.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	63.532	66.555
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	63.532	66.555
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	63.532	66.555
2.02.03	Tributos Diferidos	17.027	17.606
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.027	17.606
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.797	13.275
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	4.230	4.331
2.02.04	Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02	Outras Provisões	3.157	3.157
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.157	3.157
2.03	Patrimônio Líquido	126.505	121.535
2.03.01	Capital Social Realizado	64.582	64.582
2.03.02	Reservas de Capital	361	361
2.03.04	Reservas de Lucros	56.592	56.592
2.03.04.10	Dividendos Retidos	47.278	47.278
2.03.04.11	Reserva de Lucros	9.314	9.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.970	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.108	10.097
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-814	-998
3.03	Resultado Bruto	9.294	9.099
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48	-180
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48	-180
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.246	8.919
3.06	Resultado Financeiro	-1.722	-2.399
3.06.01	Receitas Financeiras	296	182
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.018	-2.581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.524	6.520
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.554	-2.222
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.970	4.298
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.970	4.298
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07696	0,06655
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07696	0,06655

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.666	8.624
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.396	7.503
6.01.01.01	Lucro líquido do período	4.970	4.298
6.01.01.02	Despesas com administradores	0	15
6.01.01.03	Impostos diferidos	-478	592
6.01.01.04	PIS e COFINS diferidos	-101	19
6.01.01.05	Depreciação	5	3
6.01.01.06	Juros e variações monetárias do empréstimo	2.000	2.576
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.730	1.121
6.01.02.01	Concessionárias e permissionárias	-437	-10
6.01.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	2.781	-521
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-213	-175
6.01.02.04	Outros créditos	-35	-52
6.01.02.05	Fornecedores	19	132
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais	3.585	3.058
6.01.02.07	Taxas regulamentares	9	63
6.01.02.08	Outras contas a pagar	5	29
6.01.02.09	Impostos pagos	-9.444	-1.403
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-291	-150
6.02.01	Caixa restrito	-291	-150
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.035	-7.319
6.03.01	Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-3.028	-3.056
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos - juros	-2.007	-2.335
6.03.03	Dividendos pagos	0	-1.928
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.660	1.155
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.619	632
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.959	1.787

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	361	56.592	0	0	121.535
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	4.970	4.970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	4.970	4.970
5.07	Saldo Finais	64.582	361	56.592	0	4.970	126.505

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opcões Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.298	0	4.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.298	0	4.298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	15	0	0	0	15
5.06.01	Constituição de Reservas	0	15	0	0	0	15
5.07	Saldo Finais	64.582	316	21.989	27.385	0	114.272

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	10.980	10.944
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.980	10.944
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-809	-927
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-761	-762
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48	-165
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.171	10.017
7.04	Retenções	-5	-3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.166	10.014
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	296	182
7.06.02	Receitas Financeiras	296	182
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.462	10.196
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.462	10.196
7.08.01	Pessoal	44	162
7.08.01.01	Remuneração Direta	43	161
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.426	3.071
7.08.02.01	Federais	3.426	3.071
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.022	2.650
7.08.03.01	Juros	2.018	2.581
7.08.03.02	Aluguéis	4	69
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.970	4.313
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.970	4.313

Comentário do Desempenho**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO PARA AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)**

Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2011.

A Cachoeira Paulista registrou, em 31 de março de 2011, resultado operacional de R\$9.246 mil. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ -1.722 mil. Com isso, o lucro líquido no trimestre encerrado em 31 de março de 2011 foi de R\$4.970 mil, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria.

A Companhia apresentou, no trimestre encerrado em 31 de março de 2011, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada

Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Histórico

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada, em 9 de outubro de 2002, tornando-se uma sociedade anônima em 11 de junho de 2004.

A Companhia é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A., e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán. Em 1º de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou um acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, para que a Isolux Energia e Participações S.A. detenha a totalidade do capital da Cachoeira Paulista, cedendo sua participação nas duas concessionárias restantes.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Conforme acima mencionado, a Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán possui 1.690 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.237 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. Segundo dados internos da Companhia, o Grupo lidera o mercado na construção de centrais fotovoltaicas com chave na mão com 267 MW instalados e também na geração de energia elétrica, com capacidade instalada de 168,2 MWp, que geraram na Espanha e Itália 223 GW/h de energia em 2010.

A Companhia é uma importante concessionária privada de transmissão de energia elétrica no Brasil, com uma RAP de R\$ 61.284.457,00, determinada pela Resolução Homologatória n.º 1.171/2011 para o ciclo 2011/2012. Em 31 de dezembro de 2010, a infra-estrutura da Emissora era formada por uma linha de transmissão de circuito simples 500 kV de aproximadamente 181 km de extensão, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, e as respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Comentário do Desempenho

Transmissão de Energia – Operação

A receita operacional bruta aumentou 1,48%, atingindo R\$10.808 mil em 31 de março de 2011, comparada com R\$ 10.650 mil no mesmo período em 2010, em decorrência da diminuição de -0,75% das receitas financeiras e de aumento de 4,18% das receitas de operação e manutenção, como se especifica a seguir.

As receitas financeiras somaram R\$ 5.781 mil em 31 de março de 2011, comparada com R\$ 5.825 mil no mesmo período em 2010, em consonância com o valor do ativo financeiro dos períodos considerados.

Por contra, em virtude do reajuste anual da RAP as receitas de operação e manutenção aumentaram, totalizando R\$ 5.027 mil até março de 2011, comparada com R\$ 4.825 mil no mesmo período de 2010.

As deduções da receita operacional correspondem a despesas de P&D, RGR e Taxa ANEEL, todas elas proporcionais às receitas, em 4%. As despesas financeiras diminuíram em -21,81%, passando a R\$2.018 até março de 2011 (R\$2.581, em março de 2010), como consequência da repago mensal do financiamento do BNDES.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 15,64%, somando R\$ 4.970 mil em março de 2011 diante de R\$ 4.298 mil em março de 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras para o trimestre encerrado em 31 de março de 2011 são apresentadas de acordo com os IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Comentário do Desempenho

Informações financeiras dos períodos encerrados em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de março de				% Variação
	2010	% Total	2011	% Total	2010/ 2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.097	100,00%	10.108	100,00%	0,11%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(998)	(9,88%)	(814)	(8,05%)	(18,44%)
LUCRO BRUTO	9.099	90,12%	9.294	91,95%	2,14%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(180)	(1,78%)	(48)	(0,47%)	(73,33%)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.919	88,33%	9.246	91,47%	3,67%
Receitas Financeiras	182	1,80%	296	2,93%	62,64%
Despesas Financeiras	(2.581)	(25,56%)	(2.018)	(19,96%)	(21,81%)
Total do resultado financeiro líquido	(2.399)	(23,76%)	(1.722)	(17,04%)	(28,22%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.520	64,57%	7.524	74,44%	15,40%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.222)	(22,01%)	(2.554)	(25,27%)	14,94%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.298	42,57%	4.970	49,17%	15,64%

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 64.582 milhões, representado por 64.582 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pelas empresas Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A., cada uma com 33,3% do seu capital social.

Audidores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício de 2010 e primeiro trimestre de 2011. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria independente no período acima mencionado.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos

Comentário do Desempenho

senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial em São José dos Campos. A Companhia iniciou suas operações em 28 de novembro de 2004, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Marechal Câmara 160, sala 1817 – Centro – Rio de Janeiro.

1.2. Da Concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pela Elecnor S.A. e pela Isolux Wat S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público nº 002/2002, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote E – linha Tijuco Preto–Cachoeira Paulista. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 084/2002 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em São Paulo, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Tijuco Preto–Cachoeira Paulista, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação 500 kV Tijuco Preto e término na subestação 500 kV Cachoeira Paulista.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$27.840 (valor histórico). A RAP é corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 25 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$54.357 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

Em 7 de junho de 2011, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$61.284 para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2011 foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

2.2. Base de elaboração

A Companhia adotou procedimentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, normas complementares emitidas pela CVM e órgão reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia para a preparação das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; portanto, devem ser lidas em conjunto.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As

Notas Explicativas

estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- a) Contabilização de contratos de concessão – Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos a seguir.

A infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário

Notas Explicativas

tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução.

O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois:

- (i) a RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão e efeitos de sazonalidade sobre o negócio; e
- (ii) o poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção aplicando uma margem sobre os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

- b) Reconhecimento do ativo financeiro – A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia

Notas Explicativas

entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão.

- c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro – A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.
- d) Determinação das receitas de construção – Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- e) Provisão para riscos – As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações financeiras intermediárias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	209	2.594
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>4.750</u>	<u>5.025</u>
	<u>4.959</u>	<u>7.619</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento de multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem na data do balanço o seu valor de mercado.

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Santander S.A.	Fundo de investimento	100% CDI	1.226	5.025
ABN Amro S.A.	Fundo de investimento	101% CDI	<u>3.524</u>	=
			<u>4.750</u>	<u>5.025</u>

Notas Explicativas**5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	6.037	5.997
Vencidas até 30 dias	<u>399</u>	<u>2</u>
	<u>6.436</u>	<u>5.999</u>

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, considerando não haver indicativo de perdas com esses créditos.

6. CONTAS A RECEBER – ATIVO FINANCEIRO

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo financeiro oriundo da concessão		
Circulante	32.340	32.340
Não circulante	<u>181.482</u>	<u>184.263</u>
	<u>213.822</u>	<u>216.603</u>
Movimentação		
Saldo inicial	216.603	218.113
Atualização	5.781	51.550
Recebimento	<u>(8.562)</u>	<u>(53.060)</u>
Saldo final	<u>213.822</u>	<u>216.603</u>

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção e sua atualização baseada na taxa efetiva apurada para o contrato de concessão. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis.

7. CAIXA RESTRITO

O caixa restrito é demonstrado como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	6.212	5.929
Banco Santander S.A. (7.1)	Fundo de investimento	100% CDI	217	210
Banco Nossa Caixa (7.2)	Poupança	TR + 6% a.a.	<u>2.597</u>	<u>2.596</u>
			<u>9.026</u>	<u>8.735</u>

7.1. Fundos vinculados a empréstimos

Notas Explicativas

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), conforme composição a seguir. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O FIC apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificado como não circulante por estar vinculado aos empréstimos do BNDES.

7.2. Aplicações destinadas a medidas compensatórias

Contabilizado a valor de mercado, o saldo de aplicação relativo a medidas compensatórias refere-se ao compromisso da Companhia assumido com o IBAMA. O mesmo montante encontra-se registrado no passivo (Nota 12).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos como se segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
BNDES - subcrédito A - moeda nacional	1.761	1.831
BNDES - subcrédito B - moeda nacional	65.125	67.730
BNDES - subcrédito C - moeda estrangeira	8.748	9.094
Juros a pagar	<u>347</u>	<u>361</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>75.981</u>	<u>79.016</u>
Passivo circulante	12.449	12.461
Passivo não circulante	63.532	66.555

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	79.016	91.581
Atualizações e variações cambiais	2.000	8.577
Amortização principal	(3.028)	(12.169)
Amortização juros	<u>(2.007)</u>	<u>(8.973)</u>
Saldo final	<u>75.981</u>	<u>79.016</u>

As características dos subcréditos são como se segue:

BNDES – Refere-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 21 de julho de 2004, destinado à implantação das linhas de transmissão da Cachoeira Paulista.

BNDES – Subcréditos A e B – Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de

Notas Explicativas

Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

No período de três meses findo em 31 de março de 2011 o índice médio da TJLP foi de 6% (6% em 2010).

BNDES – Subcrédito C – Provido com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas (UMBNDDES). Os juros serão calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

Os indicadores definidos pelo contrato de financiamento para reajuste do principal da dívida sofreram as seguintes variações nos exercícios:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Variação</u>
URTJLP	1,97408	1,97408	-
UMBNDDES	0,031968	0,032718	-2,29%

O financiamento do BNDES é garantido por:

- (i) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão;
- (ii) Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- (iii) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura da dívida – Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida (para fins desta cláusula restritiva, fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida é definido como sendo a soma dos valores faturados aos usuários do sistema reduzidos dos impostos sobre o faturamento, dos custos dos serviços, dos impostos sobre a renda correntes e das despesas financeiras e acréscimos do caixa e equivalentes de caixa apurado na data da medição. Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida não é uma medida contábil de acordo com os IFRS e com os CPCs) sobre no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal (superior ou igual a 1,3 vezes).
- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos).

Os referidos índices foram cumpridos pela Companhia em todas as datas apresentadas.

Notas Explicativas

As posições, em 31 de março de 2011, das amortizações e dos pagamentos de encargos dos financiamentos obedecem ao seguinte escalonamento:

2013	12.101
2014	12.101
2015	12.101
2016	12.101
2017	<u>15.128</u>
Total longo prazo	<u>63.532</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
PIS a recolher	28	3
COFINS a recolher	73	53
IRPJ a pagar	1.338	5.864
CSLL a pagar	615	2.002
Outros	<u>72</u>	<u>61</u>
Total	<u>2.126</u>	<u>7.983</u>

10. PIS E COFINS DIFERIDOS

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos.

O saldo de PIS e COFINS diferidos é apresentado como segue:

<u>Natureza dos créditos</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>31/03/2011</u>			<u>31/12/2010</u>
		<u>PIS</u>	<u>COFINS</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Ajustes novas práticas	213.725	752	3.478	<u>4.230</u> <u>4.230</u>	<u>4.331</u> <u>4.331</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado é como segue:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.524	6.520
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota nominal	(2.558)	(2.217)

Notas Explicativas

Diferenças permanentes	<u>4</u>	<u>(5)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	<u>(2.554)</u>	<u>(2.222)</u>
Corrente	(3.032)	(1.630)
Diferido	478	(592)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Natureza dos créditos	31/03/2011			31/12/2010	
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Desreconhecimento do ativo imobilizado	171.953	42.988	15.476	58.464	58.898
Reconhecimento do PIS e COFINS diferidos	4.230	1.057	381	<u>1.438</u>	<u>1.473</u>
				59.902	60.371
Diferenças temporárias (IFRIC 12 / ICPC 01)					
Reconhecimento do ativo financeiro	213.822	53.455	19.244	<u>(72.699)</u>	<u>(73.646)</u>
Imposto de renda diferido passivo				<u>(12.797)</u>	<u>(13.275)</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/12	13.275	12.049
Reconhecido trimestre findo em 31 de março	<u>(478)</u>	<u>592</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/03	<u>12.797</u>	<u>12.641</u>

Nas datas de apresentação das informações financeiras intermediárias, a Companhia não possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social.

É importante ressaltar que o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme demonstrado acima, decorrem basicamente da diferença entre as bases contábeis e fiscais geradas pela adoção do IFRIC 12/ICPC 01.

12. PROVISÕES

A Companhia possui provisões para riscos cujas expectativas de perdas foram consideradas como prováveis pela Companhia e por seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

O saldo das citadas provisões é como segue:

	31/03/11	31/12/10
Medidas ambientais compensatórias (nota 7.2)	2.597	2.597
Processos fiscais	560	560
	<u>3.157</u>	<u>3.157</u>

Meio ambientais compensatórias

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradações ambientais o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia por meio de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

O Contrato de Concessão nº 084/2002, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental do Empreendimento, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), baseado na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) nº 9985/2000, determinou que o recurso fosse destinado às Unidades de Conservação APA de Várzea do Rio Tietê, Floresta Nacional de Lorena e APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, afetadas pela passagem da linha de transmissão.

Atendendo a exigência do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), em virtude da indefinição do plano de aplicação dos referidos recursos pelos órgãos gestores das unidades de conservação, foi determinado que o valor mencionado fosse aplicado no Banco Nossa Caixa Nosso Banco, até o seu uso efetivo, segundo solicitação do órgão estatal (SMA), para uso exclusivo da compensação ambiental referida.

Ações judiciais

Em 31 de março de 2011, a provisão para riscos fiscais referentes ao recolhimento de imposto de renda e contribuição social do período compreendido entre 2004 e 2007 totaliza R\$560 e reflete a estimativa da administração par fazer face às demandas judiciais e administrativas que deverão ter desfecho desfavorável à Companhia.

Notas Explicativas

Além disso, a Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes a questões de regularização de Servidões de Direito de Passagem para a Linha de Transmissão, as quais estão sendo objeto de discussão e envolvem valores de R\$469. A Companhia não registrou provisão pois não considera que a perda é provável.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$64.582, dividido em 64.582.206 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	21.527.400
Isolux Energia e Participações S.A.	21.527.400
Lintran do Brasil Participações S.A.	21.527.400
Membros do Conselho de Administração	<u>6</u>
	<u>64.582.206</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, proposta pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo retidos”.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Notas Explicativas

O lucro básico e diluído são iguais por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31.03.11</u>	<u>31.03.10</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro líquido do período	4.970	4.298
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	64.582.206	64.582.206
Lucro por lote de mil ações básico e diluído	76,96	66,55

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita de remuneração do ativo financeiro	5.781	6.110
Receita de operação e manutenção	5.027	4.825
Outras receitas	<u>172</u>	<u>9</u>
Receita bruta	<u>10.980</u>	<u>10.944</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita bruta	10.980	10.944
(-) PIS e COFINS	(369)	(399)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	<u>(503)</u>	<u>(448)</u>
Receita líquida	<u>10.108</u>	<u>10.097</u>

Notas Explicativas**16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Despesas com pessoal	43	178
Serviços de manutenção	719	747
Depreciação	5	3
Taxa de fiscalização da ANEEL	65	65
Arrendamentos e aluguéis	4	69
Outras despesas líquidas	<u>26</u>	<u>116</u>
Total	<u>862</u>	<u>1.178</u>
Classificadas como:		
Custo dos bens construídos e serviços prestados	814	998
Despesas gerais e administrativas	<u>48</u>	<u>180</u>
Total	<u>862</u>	<u>1.178</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita de aplicações financeiras	296	181
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>1</u>
Receitas financeiras	<u>296</u>	<u>182</u>
Variações cambiais passivas	4	248
Juros de empréstimos e financiamentos	1.996	2.328
Outras despesas financeiras	<u>18</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras	<u>2.018</u>	<u>2.581</u>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASTransações comerciais e saldos em aberto

	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Passivo - Dividendos a pagar</u>		
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	3.598	3.598
Isolux Energia e Participações S.A.	3.598	3.598
Lintran do Brasil Participações S.A.	<u>3.597</u>	<u>3.597</u>
	<u>10.793</u>	<u>10.793</u>

A Companhia não executou outras transações comerciais com partes relacionadas durante o trimestre findo em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

Remuneração da Administração

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia incorreu em despesas com remuneração dos administradores no montante de R\$34 nas duas datas base.

19. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras intermediárias. As demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia (presidente) para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional “transmissão de energia” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de concessionários e permissionários, contas a receber – ativo financeiro da concessão, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, impostos e taxas) não existindo outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em nas datas apresentadas.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/03/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Recebíveis:				
Contas a receber ⁽ⁱⁱ⁾	6.436	6.436	5.999	5.999
Contas a receber – ativo financeiro ^(iv)	<u>213.822</u>	<u>213.822</u>	<u>216.603</u>	<u>216.603</u>
	<u>220.258</u>	<u>220.258</u>	<u>222.602</u>	<u>222.602</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	4.959	4.959	7.619	7.619
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	<u>9.026</u>	<u>9.026</u>	<u>8.735</u>	<u>8.735</u>
	<u>13.985</u>	<u>13.985</u>	<u>16.354</u>	<u>16.354</u>
Passivos financeiros - outros				
Fornecedores ⁽ⁱⁱ⁾	478	478	459	459
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	75.981	75.981	79.016	79.016
Dividendos a pagar ⁽ⁱⁱ⁾	10.793	10.793	10.793	10.793
Impostos e taxas regulamentares ⁽ⁱⁱ⁾	<u>3.495</u>	<u>3.495</u>	<u>9.343</u>	<u>9.343</u>
	<u>90.747</u>	<u>90.747</u>	<u>99.611</u>	<u>99.611</u>

Notas Explicativas

- (i) Os saldos contábeis refletem o valor de mercado na data do balanço.
- (ii) O valor de mercado se aproxima do valor contábil, devido à velocidade de realização dos ativos e passivos financeiros.
- (iii) Devido às características específicas dos contratos de financiamento do BNDES, e ao fato de que os empréstimos serem vinculados à TJLP, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.
- (iv) O ativo financeiro da concessão é determinado com base em premissas específicas deste contrato de concessão. Como não existe um mercado ativo a ser utilizado como referência para a determinação do valor de mercado desse ativo, a Administração acredita que os valores registrados são aqueles que melhor refletem os valores justos destes ativos nas datas apresentadas.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa 8, A Companhia deve manter Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos). Para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a Companhia atingiu o índice de capitalização requerido.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

* Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

* Riscos relacionados às taxas de câmbio

Notas Explicativas

A Companhia possui parte de seus empréstimos e financiamentos indexados a índices com variação em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de março de 2011, o passivo exposto à variações de moeda estrangeira - UMBNDES monta em R\$8.748. A UMBNDES está atrelada a uma cesta de moedas estrangeiras.

A administração preparou uma análise de sensibilidade com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de câmbio que reflitam a cesta de moedas definida pelo BNDES. Considerando uma flutuação equivalente a 10% na cotação da cesta de moedas, o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$875.

* Riscos relacionados às taxas de juros

A exposição líquida da Companhia à riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui empréstimos e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas.

A administração preparou uma análise de sensibilidade, com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de juros. Considerando uma flutuação equivalente a 10% nas taxas de juros as quais a Companhia está exposta (TJLP, CDI e TR), o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$3.907.

Análise de sensibilidade adicional de acordo com a Instrução CVM475/08

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2011;
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2011; e
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo (passivo) exposto</u>	<u>Taxa efetiva do período</u>	<u>Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido para 31/03/11</u>
<u>Cenário Provável</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.748)	(8.748)	0,031968	-
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	12.856	-	12.856	2,49%	320
TR	2.597	-	2.597	6,25%	162
TJLP	-	(67.233)	(67.233)	6,00%	(4.034)
					<u>(3.552)</u>
<u>Cenário 1</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.748)	(8.748)	0,039960	(350)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	12.856	-	12.856	3,11%	400
TR	2.597	-	2.597	7,81%	203
TJLP	-	(67.233)	(67.233)	7,50%	(5.042)
					<u>(4.440)</u>
<u>Cenário 2</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(8.748)	(8.748)	0,047952	(419)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	12.856	-	12.856	3,89%	500
TR	2.597	-	2.597	9,76%	253
TJLP	-	(67.233)	(67.233)	9,38%	(6.303)
					<u>(5.549)</u>

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos.

Os fluxos contratuais não descontados (amortizações e vencimentos finais) nos montantes pendentes dos passivos financeiros, por período de vencimento, são como segue:

Notas Explicativas

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a seis anos	Total
Fornecedores	478	-	-	-	478
Empréstimos e financiamentos	1.632	3.264	9.792	61.293	75.981
Impostos e taxas regulamentares	3.495	-	-	-	3.495
Total	<u>5.605</u>	<u>3.264</u>	<u>9.792</u>	<u>61.293</u>	<u>79.954</u>

Itens reconhecidos ao valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui apenas um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado - os saldos de caixa restrito que montam nessas datas em R\$13.985 e R\$16.354, respectivamente. Esse ativo financeiro é classificado como Nível 2.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- c.1) Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.
- c.2) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos

Notas Explicativas

não previstos e/ou penalidades.

- c.3) Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, de forma que a Isolux Energia e Participações S.A. passou a deter, em 19 de julho de 2011, 99,99% do capital da CPTE, cedendo sua participação nas duas concessionárias restantes.

22. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão, conforme quadro abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Vigência</u>	Importância <u>segurada</u>
Subestações	Riscos operacionais	30/06/2011	23.193
Subestações e linhas	Responsabilidade civil	30/06/2011	45.140

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Propósito da emissão das informações contábeis intermediárias

Estas informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em
31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	7
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Relatório da Administração	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.582.206
Preferenciais	0
Total	64.582.206
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	241.973	235.978	236.475
1.01	Ativo Circulante	48.917	40.445	38.335
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.619	632	2.592
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.594	441	154
1.01.01.02	Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.025	191	2.438
1.01.03	Contas a Receber	38.339	37.319	34.466
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.339	37.319	34.466
1.01.03.02.01	Concessionárias e permissonárias	5.999	5.645	3.984
1.01.03.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	32.340	31.674	30.482
1.01.06	Tributos a Recuperar	732	500	359
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	732	500	359
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.227	1.994	918
1.01.08.03	Outros	2.227	1.994	918
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.227	1.994	918
1.02	Ativo Não Circulante	193.056	195.533	198.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.998	195.460	198.055
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.735	9.021	9.275
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.735	9.021	9.275
1.02.01.03	Contas a Receber	184.263	186.439	188.780
1.02.01.03.01	Clientes	184.263	186.439	188.780
1.02.03	Imobilizado	58	73	85
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	58	73	85

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	241.973	235.978	236.475
2.01	Passivo Circulante	33.120	28.037	23.362
2.01.02	Fornecedores	459	354	317
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	459	354	317
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.343	1.522	1.376
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.343	1.522	1.376
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.983	279	118
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares	1.360	1.243	1.258
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.461	12.573	13.136
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.461	12.573	13.136
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.461	12.573	13.136
2.01.05	Outras Obrigações	10.857	13.588	8.533
2.01.05.02	Outros	10.857	13.588	8.533
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	10.793	13.458	8.471
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	64	130	62
2.02	Passivo Não Circulante	87.318	97.982	111.977
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	66.555	79.008	94.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	66.555	79.008	94.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	66.555	79.008	94.830
2.02.03	Tributos Diferidos	17.606	16.436	14.858
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.606	16.436	14.858
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.275	12.049	10.429
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	4.331	4.387	4.429
2.02.04	Provisões	3.157	2.538	2.289
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	560	0	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	560	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.597	2.538	2.289
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.597	2.538	2.289
2.03	Patrimônio Líquido	121.535	109.959	101.136

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.01	Capital Social Realizado	64.582	64.582	64.582
2.03.02	Reservas de Capital	361	301	241
2.03.04	Reservas de Lucros	56.592	21.989	16.309
2.03.04.01	Reserva Legal	5.457	4.321	2.906
2.03.04.10	Reserva para investimentos	3.857	4.210	5.357
2.03.04.11	Dividendos retidos	47.278	13.458	8.046
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	23.087	20.004

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.895	46.140	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.035	-3.256	0
3.03	Resultado Bruto	43.860	42.884	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.124	-767	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.124	-767	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.736	42.117	0
3.06	Resultado Financeiro	-8.141	-5.580	0
3.06.01	Receitas Financeiras	870	1.214	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.011	-6.794	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.595	36.537	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.933	-5.123	0
3.08.01	Corrente	-6.281	-3.503	0
3.08.02	Diferido	-5.652	-1.620	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.662	31.414	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.662	31.414	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,35090	0,48642	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,35090	0,48642	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.597	38.254	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.044	39.483	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	22.662	31.414	0
6.01.01.02	Despesa com pessoal	60	60	0
6.01.01.03	Impostos diferidos	1.170	1.578	0
6.01.01.04	Depreciação	15	12	0
6.01.01.05	Provisão para riscos fiscais	560	0	0
6.01.01.06	Juros e variações monetárias do empréstimo	8.577	6.419	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.553	-1.229	0
6.01.02.01	Concessionárias e permissonárias	-354	-1.661	0
6.01.02.02	Contas a receber - ativo financeiro	1.510	1.149	0
6.01.02.03	Estoque	-34	-1.124	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-232	-141	0
6.01.02.05	Outros créditos	-199	48	0
6.01.02.06	Fornecedores	105	37	0
6.01.02.07	Impostos e contribuições sociais	5.140	-2.431	0
6.01.02.08	Taxas regulamentares	117	-15	0
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-64	317	0
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	2.564	2.592	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	343	254	0
6.02.01	Caixa restrito	286	254	0
6.02.02	Partes relacionadas	57	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.953	-40.468	0
6.03.01	Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-12.169	-12.363	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos - juros	-8.973	-10.441	0
6.03.03	Dividendos pagos	-13.811	-17.664	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.987	-1.960	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	632	2.592	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.619	632	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60	-353	0	0	-293
5.04.06	Dividendos	0	0	-353	0	0	-353
5.04.08	Constituição de reserva - contribuição acionista	0	60	0	0	0	60
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.662	0	22.662
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.662	0	22.662
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.956	-45.749	0	-10.793
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.136	-1.136	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-10.793	0	-10.793
5.06.05	Dividendos retidos	0	0	33.820	-33.820	0	0
5.07	Saldo Finais	64.582	361	56.592	0	0	121.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	64.582	241	16.309	20.004	0	101.136
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	64.582	241	16.309	20.004	0	101.136
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60	-9.193	0	0	-9.133
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.193	0	0	-9.193
5.04.08	Constituição de reserva - contribuição acionista	0	60	0	0	0	60
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.414	0	31.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.414	0	31.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.873	-28.331	0	-13.458
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.415	-1.415	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-13.458	0	-13.458
5.06.05	Dividendos retidos	0	0	13.458	-13.458	0	0
5.07	Saldo Finais	64.582	301	21.989	23.087	0	109.959

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	51.550	50.275	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.550	49.706	0
7.01.02	Outras Receitas	0	569	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.093	-3.290	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.093	-3.290	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.457	46.985	0
7.04	Retenções	-15	-12	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-12	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.442	46.973	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	870	1.214	0
7.06.02	Receitas Financeiras	870	1.214	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.312	48.187	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.312	48.187	0
7.08.01	Pessoal	551	756	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	331	341	0
7.08.01.02	Benefícios	199	390	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	21	25	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.809	8.945	0
7.08.02.01	Federais	15.809	8.945	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.290	7.072	0
7.08.03.01	Juros	9.011	6.794	0
7.08.03.02	Aluguéis	279	278	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.662	31.414	0
7.08.04.02	Dividendos	10.793	13.458	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.869	17.956	0

Relatório da Administração

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta da Diretoria

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A Cachoeira Paulista registrou em 2010 resultado operacional de R\$42.736. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ -8.141. Com isso, o lucro líquido do ano de 2010 foi de R\$22.662,00, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria.

A Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 2010, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Histórico

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada, em 9 de outubro de 2002. Tornando-se uma sociedade anônima em 11 de junho de 2004.

A Cachoeira Paulista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A, e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán. Em 1º de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou um acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, para que a Isolux Energia e Participações S.A. detenha a totalidade do capital da Cachoeira Paulista, cedendo sua participação nas duas concessionárias restantes.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Conforme acima mencionado, a Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.690 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.237 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. Segundo dados internos da Companhia, o Grupo lidera o mercado na construção de centrais fotovoltaicas com chave na mão com 267 MW instalados e também na geração de energia elétrica, com capacidade instalada de 168,2 MWp, que geraram na Espanha e Itália 223 GW/h de energia em 2010.

A Companhia é uma importante concessionária privada de transmissão de energia elétrica no Brasil, com uma RAP de R\$61.284.457,00, determinada pela Resolução Homologatória n.º 1.171/2011 para o ciclo 2011/2012. Em 31 de dezembro de 2010, a infra-estrutura da Emissora era formada por uma linha de transmissão de circuito simples 500 kV de aproximadamente 181 km de extensão, com origem na Subestação Tijuco Preto e término na Subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, e as respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Relatório da Administração

Desempenho Operacional

Transmissão de Energia – Operação

A receita operacional bruta aumentou 3,71%, atingindo R\$ 51.550 mil em 2010, comparada com R\$ 49.706 mil em 2009, em decorrência do aumento de 2,90% das receitas de remuneração do ativo financeiro e de 3,92% das receitas de operação e manutenção, como se especifica a seguir:

As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 32.051 mil em 2010, comparadas com R\$ 31.148 mil em 2009, aumentando principalmente em virtude do efeito do reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro, o qual foi concedido em junho/2010 com um percentual de 4,18%.

Também em virtude do reajuste da RAP as receitas de operação e manutenção aumentaram, totalizando R\$ 19.705 mil em 2010, comparadas com R\$ 18.962 mil em 2009.

Adicionalmente temos ajustes negativos à receita pelo valor de R\$404 mil no ano 2009 e R\$206 mil no ano 2010, derivadas da parcela de ajuste de ANEEL.

As deduções da receita operacional aumentaram em 2,55%, atingindo R\$ 3.656 mil em 2010 contra R\$ 3.565 mil em 2009, em consonância com o aumento das receitas operacionais observado no período. As deduções se referem às despesas de P&D, RGR e Taxa ANEEL, todas elas proporcionais às receitas.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 3,80%, somando R\$ 47.895 mil em 2010 diante de R\$ 46.140 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e reapresentação desse balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas seguintes.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as

Relatório da Administração

práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de				% Variação
	2009	% Total	2010	% Total	2009/ 2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	46.140	100%	47.895	100%	3,80%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(3.256)	(7,06%)	(4.035)	(8,42%)	23,93%
LUCRO BRUTO	42.884	92,94%	43.860	91,58%	2,28%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(767)	(1,53%)	(1.124)	(2,22%)	50,50%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	42.177	91,41%	42.796	89,35%	1,47%
Receitas Financeiras	1.214	2,63%	870	1,82%	(28,34%)
Despesas Financeiras	(6.794)	(14,72%)	(9.011)	(18,81%)	32,63%
Total do resultado financeiro líquido	(5.580)	(12,09%)	(8.141)	(17,00%)	45,90%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36.537	79,32%	34.595	72,36%	(5,31%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.123)	(11,10%)	(11.933)	(24,91%)	132,93%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	31.414	68,21%	22.662	47,44%	(27,81%)

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 64.582 milhões, representado por 64.582 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pelas empresas Isolux Energia e Participações S.A., Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A., cada uma com 33,3%, do seu capital social.

Relatório da Administração

Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2010. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria independente para o período acima mencionado.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial em São José dos Campos. A Companhia iniciou suas operações em 28 de novembro de 2004, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Marechal Câmara 160, sala 1817 – Centro – Rio de Janeiro.

1.2. Da Concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pela Elecnor S.A. e pela Isolux Wat S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público nº 002/2002, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote E – linha Tijuco Preto–Cachoeira Paulista. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 084/2002 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em São Paulo, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Tijuco Preto–Cachoeira Paulista, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação 500 kV Tijuco Preto e término na subestação 500 kV Cachoeira Paulista.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$27.840 (valor histórico). A RAP é corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 25 de junho de 2009, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 843 estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$52.175 para o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Notas Explicativas

Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$54.357 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas conforme a seguir. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC, seguindo disposições contidas no pronunciamento técnico 37 (R1) do CPC. Estas normas incluem a Orientação ICPC 01 - Aplicação da Interpretação Técnica às Concessionárias de Serviços Públicos - no que diz respeito ao reconhecimento e a mensuração das obrigações assumidas e dos direitos adquiridos através de contratos de concessão.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41, e demais interpretações e orientações do CPC, seguindo disposições contidas no

Notas Explicativas

pronunciamento técnico 43 (R1). Os efeitos contábeis da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa 4.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

- a) Moeda Funcional e de Apresentação: os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) e apresentadas em reais, sua moeda funcional.
- b) Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado abrangente.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito classificados ao valor justo por meio de resultado.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes – ativo financeiro de construção.

v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

vi) Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Notas Explicativas

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados que foi reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”.

i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e (iii) é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; (ii) for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado abrangente.

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados

Notas Explicativas

ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, todos os passivos financeiros da Companhia foram classificados como outros passivos financeiros.

iii) Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

- c) Caixa e equivalentes de caixa – Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.
- d) Concessionárias e permissionárias – Destina-se à contabilização dos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados (ver nota 3) e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.
- e) Demais obrigações - São registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
- f) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.
- g) Reconhecimento de receita – A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção. Receita de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. O detalhamento do reconhecimento da receita em conformidade com o ICPC 01 está descrito na nota explicativa nº 3.

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

- i) Encargos regulatórios – Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:
 - Reserva Geral de Reversão (“RGR”) – encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover

Notas Explicativas

recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual.

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”) – taxa de fiscalização incidente sobre a distribuição de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Estes encargos são reconhecidos como componente da receita operacional líquida (ver nota 16).

- h) Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro tributável, ajustado por adições e exclusões estabelecidas na legislação fiscal. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação pertinente. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidas pelo regime de competência.

Os impostos sobre a renda diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é periodicamente revisada; e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles

Notas Explicativas

estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

- i) Provisões – As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).
- j) Distribuição de dividendos – A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pagos antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembléia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa.
- k) Resultado por ação – A Companhia apura o resultado por ação com base na atribuição do resultado a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.
- l) Demonstração do Fluxo de Caixa: a demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- m) Demonstração do Valor Adicionado - “DVA”: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras intermediárias, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma e as outras receitas), pelos custos e despesas adquiridos de terceiros (custos de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial e receitas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.
- n) Os pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC a seguir foram publicados e/ou revisados e têm adoção obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1 de fevereiro de 2010 ou

Notas Explicativas

exercícios subsequentes, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM. Dessa forma, os seguintes pronunciamentos e interpretações não foram aplicados antecipadamente pela Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010.
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 407	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
Modificações à IAS 32	Classificação de Direitos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

A Companhia implementará, quando aplicável, tais pronunciamentos e interpretação à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, com a normatização pelo CPC e CVM, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- a) Contabilização de contratos de concessão – Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e

Notas Explicativas

construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 4.1.

- b) Reconhecimento do ativo financeiro – A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão.
- c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro – A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.
- d) Determinação das receitas de construção – Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- e) Provisão para riscos – As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações trimestrais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

4. EFEITO DA ADOÇÃO DAS IFRS E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os IFRS. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e reapresentação desse balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas seguintes.

Notas Explicativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial

		31/12/2009			01/01/2009		
Contas	Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		632	-	632	2.592	-	2.592
Concessionárias e permissionárias		5.645	-	5.645	3.984	-	3.984
Contas a receber – ativo financeiro	4.1	-	31.674	31.674	-	30.482	30.482
Impostos a recuperar		500	-	500	359	-	359
Estoques		1.509	-	1.509	385	-	385
Outros créditos		485	-	485	533	-	533
Total do ativo circulante		<u>8.771</u>	<u>31.674</u>	<u>40.445</u>	<u>7.853</u>	<u>30.482</u>	<u>38.335</u>
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber - ativo financeiro	4.1	-	186.439	186.439	-	188.780	188.780
Caixa restrito		9.021	-	9.021	9.275	-	9.275
Imobilizado, líquido	4.1	176.667	(176.594)	73	182.554	(182.469)	85
Intangível	4.1	<u>1.695</u>	<u>(1.695)</u>	-	<u>1.690</u>	<u>(1.690)</u>	-
Total do ativo não circulante		<u>187.383</u>	<u>8.150</u>	<u>195.533</u>	<u>193.519</u>	<u>4.621</u>	<u>198.140</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>196.154</u>	<u>39.824</u>	<u>235.978</u>	<u>201.372</u>	<u>35.103</u>	<u>236.475</u>

		31/12/2009			01/01/2009		
Contas	Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores		354	-	354	317	-	317
Empréstimos e financiamentos		12.573	-	12.573	13.136	-	13.136
Impostos e contribuições sociais		279	-	279	118	-	118
Taxas regulamentares		1.243	-	1.243	1.258	-	1.258
Dividendos propostos		13.458	-	13.458	8.471	-	8.471
Outras contas a pagar		130	-	130	62	-	62
Total do passivo circulante		<u>28.037</u>	-	<u>28.037</u>	<u>23.362</u>	-	<u>23.362</u>
NÃO CIRCULANTE							
PIS e COFINS diferidos	4.2	-	4.387	4.387	-	4.429	4.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.3	-	12.049	12.049	-	10.429	10.429
Empréstimos e financiamentos		79.008	-	79.008	94.830	-	94.830
Outras provisões – medidas compensatórias		2.538	-	2.538	2.289	-	2.289
Total do passivo não circulante		<u>81.546</u>	<u>16.436</u>	<u>97.982</u>	<u>97.119</u>	<u>14.858</u>	<u>111.977</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		64.582	-	64.582	64.582	-	64.582
Reservas de lucros		8.531	-	8.531	8.263	-	8.263
Reserva de capital		-	60	-	-	241	241
Dividendos retidos		13.458	-	13.458	8.046	-	8.046
Lucros acumulados	4.1	-	23.328	23.388	-	20.004	20.004

Notas Explicativas

Total do patrimônio líquido	<u>86.571</u>	<u>23.388</u>	<u>109.959</u>	<u>80.891</u>	<u>20.245</u>	<u>101.136</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>196.154</u>	<u>39.824</u>	<u>235.978</u>	<u>201.372</u>	<u>35.103</u>	<u>236.475</u>

Conciliação do patrimônio líquido

	Item	31/12/2009	01/01/2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		86.571	80.891
Adoção do IFRIC 12/ICPC 01	4.1	35.436	30.674
Efeito do imposto sobre a Adoção do IFRIC 12/ICPC 01	4.1	<u>(12.048)</u>	<u>(10.429)</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis		<u>109.959</u>	<u>101.136</u>

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

Contas	Item	31/12/2009		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS
RECEITA LÍQUIDA	4.1	47.247	(1.107)	46.140
Custo dos bens construídos e serviços prestados	4.1	<u>(9.126)</u>	<u>5.870</u>	<u>(3.256)</u>
LUCRO BRUTO		38.121	4.763	42.884
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	4.	(707)	(60)	(767)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receitas financeiras		1.214	-	1.214
Despesas financeiras		<u>(6.794)</u>	<u>-</u>	<u>(6.794)</u>
		<u>(6.287)</u>	<u>(60)</u>	<u>(6.347)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.834	4.703	36.537
Imposto de renda e contribuição social	4.3	<u>(3.503)</u>	<u>(1.620)</u>	<u>(5.123)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>28.331</u>	<u>3.083</u>	<u>31.414</u>

Conciliação do resultado

	Item	31/12/2009
Lucro do exercício de acordo com as práticas contábeis anteriores		28.331
Adoção do IFRIC 12/ICPC 01	4.1	4.762
Adoção do IFRIC 11	4.2	<u>(60)</u>
Efeito do imposto sobre a Adoção do IFRC 12/ICPC 01	4.1	<u>(1.619)</u>

Notas Explicativas

Lucro do exercício de acordo com as novas práticas contábeis 31.414

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações dos fluxos de caixa

Contas	Item	31/12/2009		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos IFRS	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.1	38.558	(304)	38.254
Fluxo de caixa das atividades de investimento	4.1	(50)	304	254
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(40.468)	—	(40.468)
		<u>(1.960)</u>	<u>—</u>	<u>(1.960)</u>

A adoção dos IFRS e dos CPCs resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

4.1. IFRIC 12/ICPC 01 – Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação), a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Esta Interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso:

- (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (ii) O concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço

Notas Explicativas

público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IAS 18/CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para a concessão da Companhia, sendo recalculados os efeitos que a adoção teria a partir 1º. de janeiro de 2009 e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução.

O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois:

- (i) a RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão e efeitos de sazonalidade sobre o negócio; e
- (ii) o poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

Notas Explicativas

O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção aplicando uma margem sobre os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

Abaixo um resumo das premissas utilizadas na concessão e os principais efeitos:

	31/12/2009	01/01/2009
Desreconhecimento do ativo imobilizado e intangível relacionados à concessão	(178.289)	(184.159)
Reconhecimento do ativo financeiro	218.113	219.262
Margem de construção *	1%	1%
Taxa de remuneração do contrato	11,26%	11,26%

* Representa a estimativa da Administração para fazer frente aos custos internos de gestão da obra de construção terceirizada pela Companhia.

4.2. PIS e COFINS Incidentes sobre a Receita

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos. Estes encargos são reconhecidos como componente da receita operacional líquida.

4.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme pronunciamento IAS 12 /CPC 32 – Tributos sobre o lucro, o imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

4.4. Remuneração da administração

Notas Explicativas

O IFRS apresenta orientação para o reconhecimento de remuneração da administração quando a liquidação destes vencimentos, em caixa ou outros instrumentos financeiros não é realizada pela própria empresa. De acordo com os IFRS, esta remuneração deve ser reconhecida como despesa na entidade onde os serviços foram prestados, independente da obrigatoriedade da empresa reembolsar as despesas aos seus controladores. Estas despesas têm, como contrapartida, um aumento correspondente reconhecido no patrimônio líquido a título de contribuição dos controladores.

De acordo com as antigas práticas contábeis adotadas no Brasil, não existiam regras específicas para o reconhecimento de despesas de remuneração, cujos desembolsos eram realizados por outras entidades. Geralmente, estas despesas eram registradas no resultado do exercício somente se o controlador exigisse o ressarcimento da mesma.

Na adoção dos IFRS, a Companhia estimou o efeito da remuneração acumulada da Administração que não foi desembolsada desde o início de suas atividades e reconheceu uma reserva de capital acumulada no montante de R\$ 361 sendo R\$ 60 e R\$60 lançados como despesa nos resultados de 2010 e 2009, respectivamente, e R\$241 de anos anteriores lançados em lucros acumulados.

A partir do exercício de 2011, as despesas de remuneração foram reconhecidas e pagas diretamente pela Companhia, tendo como base o período da prestação de serviços dos

4.4. Exceções Obrigatórias e Isenções Opcionais na Adoção dos Novos Pronunciamentos

Com base no IFRS 1/CPC 37, é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas, porém a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias aplicáveis à Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito da seguinte forma:

Isenções Opcionais

- (i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por não remensurar seu ativo imobilizado administrativo por já considerá-lo a valor justo (*deemed cost*) na data de transição..
- (ii) Mensuração dos contratos de concessão: devido a possibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a Companhia adotou o pronunciamento de forma retrospectiva desde o início da concessão.

Isenções Obrigatórias

Estimativas: as estimativas utilizadas nas práticas contábeis aplicadas após o balanço de abertura não devem ser ajustadas na data de transição, exceto se representarem mudança de política contábil ou existir evidência de erro. A Companhia manteve as estimativas utilizadas antes do balanço de abertura.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos	2.594	441	154
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>5.025</u>	<u>191</u>	<u>2.438</u>
	<u>7.619</u>	<u>632</u>	<u>2.592</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem na data do balanço o seu valor de mercado.

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Banco Santander S.A.	Fundo de investimento	100% CDI	5.025	191	2.438

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
A vencer	5.997	5.583	3.959
Vencidas até 30 dias	2	9	1
Vencidas há mais de 30 dias	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>24</u>
	<u>5.999</u>	<u>5.645</u>	<u>3.984</u>

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, considerando não haver indicativo de perdas com esses créditos.

7. CONTAS A RECEBER – ATIVO FINANCEIRO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ativo financeiro oriundo da concessão			
Circulante	32.340	31.674	30.482
Não circulante	<u>184.263</u>	<u>186.439</u>	<u>188.780</u>
	<u>216.603</u>	<u>218.113</u>	<u>219.262</u>
Movimentação			
Saldo inicial em 01.01	218.113	219.262	
Atualização	32.051	31.380	
Recebimento	<u>(33.561)</u>	<u>(32.287)</u>	

Notas Explicativas

Saldo final em 31.12 216.603 218.113

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção e sua atualização baseada na taxa efetiva apurada para o contrato de concessão. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis.

8. CAIXA RESTRITO

O caixa restrito é demonstrado como segue:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banco Santander S.A. (8.1)	Fundo de investimento	100% CDI	5.929	5.578	6.144
Banco Santander S.A. (8.1)	Fundo de investimento	100% CDI	210	905	842
Banco Nossa Caixa (8.2)	Poupança	TR + 6% a.a.	<u>2.596</u>	<u>2.538</u>	<u>2.289</u>
			<u>8.735</u>	<u>9.021</u>	<u>9.275</u>

8.1. Fundos vinculados a empréstimos

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), conforme composição a seguir. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O FIC apresenta liquidez imediata, entretanto, está classificado como não circulante por estar vinculado aos empréstimos do BNDES.

8.2. Aplicações destinadas a medidas compensatórias

Contabilizado a valor de mercado, o saldo de aplicação relativo a medidas compensatórias refere-se ao compromisso da Companhia assumido com o IBAMA. O mesmo montante encontra-se registrado no passivo (Nota 12).

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são compostos como se segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
BNDES - subcrédito A - moeda nacional	1.831	2.113	2.391
BNDES - subcrédito B - moeda nacional	67.730	78.151	88.465
BNDES - subcrédito C - moeda estrangeira	9.094	10.901	16.618
Juros a pagar	<u>361</u>	<u>416</u>	<u>492</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>79.016</u>	<u>91.581</u>	<u>107.966</u>
Passivo circulante	12.461	12.573	13.136
Passivo não circulante	66.555	79.008	94.830

Notas Explicativas

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Saldo em 01.01	91.581	107.966
Atualizações e variações cambiais	8.577	6.419
Amortização principal	(12.169)	(12.363)
Amortização juros	<u>(8.973)</u>	<u>(10.441)</u>
Saldo em 01.01	<u>79.016</u>	<u>91.581</u>

As características dos subcréditos são como se segue:

BNDES – Refere-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 21 de julho de 2004, destinado à implantação das linhas de transmissão da Cachoeira Paulista.

BNDES – Subcréditos A e B – Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

No exercício de 2010, o índice médio da TJLP foi de 6% (6,125% em 2009).

BNDES – Subcrédito C – Provido com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 5% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas (UMBNDDES). Os juros serão calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2005 e término em 15 de junho de 2017.

Os indicadores definidos pelo contrato de financiamento para reajuste do principal da dívida sofreram as seguintes variações nos exercícios:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Variação</u>
URTJLP	1,97408	1,97408	0,00%
UMBNDDES	0,032718	0,033995	-3,76%

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>Variação</u>
URTJLP	1,97408	1,971714	0,12%
UMBNDDES	0,033995	0,045729	-25,66%

O financiamento do BNDES é garantido por:

- (i) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão;

Notas Explicativas

- (ii) Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- (iii) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura da dívida – Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida (para fins desta cláusula restritiva, fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida é definido como sendo a soma dos valores faturados aos usuários do sistema reduzidos dos impostos sobre o faturamento, dos custos dos serviços, dos impostos sobre a renda correntes e das despesas financeiras e acréscimos do caixa e equivalentes de caixa apurado na data da medição. Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida não é uma medida contábil de acordo com os IFRS e com os CPCs) sobre no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal (superior ou igual a 1,3 vezes).
- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos).

Os referidos índices foram cumpridos pela Companhia em todas as datas apresentadas.

As posições, em 31 de dezembro de 2010, das amortizações dos financiamentos obedecem ao seguinte escalonamento:

2012	12.101
2013	12.101
2014	12.101
2015	12.101
2016	12.101
2017	<u>6.050</u>
Total longo prazo	<u>66.555</u>

Os encargos sobre empréstimos e financiamento são pagos mensalmente pela Companhia.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
PIS a recolher	3	20	13
COFINS a recolher	53	92	59
IRPJ a pagar	5.864	-	-
CSLL a pagar	2.002	112	-
INSS retido de fornecedores	-	-	20
Outros	<u>61</u>	<u>55</u>	<u>26</u>
Total	<u>7.983</u>	<u>279</u>	<u>118</u>

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

Notas Explicativas

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos.

O saldo de PIS e COFINS diferidos é apresentado como segue:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
		PIS	COFINS	Total	Total	Total
Ajustes novas práticas – reconhecimento de receita de acordo com IFRIC 12	216.506	770	3.561	<u>4.331</u> <u>4.331</u>	<u>4.387</u> <u>4.387</u>	<u>4.429</u> <u>4.429</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	31/12/2010		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			34.595
Alíquota nominal			<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota nominal			(11.762)
Diferenças permanentes			<u>(171)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado			<u>(11.933)</u>

	2009		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Faturamento aos usuários do sistema	50.855	50.855	
Alíquota aplicada sobre o faturamento	<u>8%</u>	<u>12%</u>	
	4.069	6.103	
Receitas financeiras e variações monetárias credoras	1.214	1.214	
Variação cambial	<u>4.554</u>	<u>4.554</u>	
Base de cálculo	9.837	11.871	
Alíquotas utilizadas para o cálculo	<u>25%</u>	<u>9%</u>	
Corrente	<u>2.435</u>	<u>1.068</u>	3.503
Diferido			<u>1.620</u>
Total			<u>5.123</u>

Em 2010, a Companhia alterou o regime de tributação do imposto de renda e da contribuição social do lucro presumido para o lucro real.

Notas Explicativas

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos foi calculada à alíquota de 34% sobre a diferença da prática contábil anteriormente adotada e as novas práticas contábeis (IFRIC 12), não havendo impacto decorrente da mudança do regime de tributação sobre os impostos diferidos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Natureza dos créditos	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias (IFRIC 12)						
Desreconhecimento do ativo imobilizado	173.228	43.307	15.591	58.898	60.618	62.614
Reconhecimento do PIS e COFINS diferidos	4.331	1.083	390	<u>1.473</u> <u>60.371</u>	<u>1.492</u> <u>62.110</u>	<u>1.506</u> <u>64.120</u>
Passivos:						
Diferenças temporárias (IFRIC 12)						
Reconhecimento do ativo financeiro	216.603	54.152	19.494	<u>(73.646)</u> <u>13.275</u>	<u>(74.159)</u> <u>12.049</u>	<u>(74.549)</u> <u>10.429</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos em 01/01/2009	10.429
Reconhecido no resultado de 2009	<u>1.620</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/12/2009	<u>12.049</u>
Reconhecido no resultado de 2010	<u>1.226</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31/12/2010	<u>13.275</u>

Nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia não possui prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social.

É importante ressaltar que o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme demonstrado acima, decorrem basicamente da diferença entre as bases contábeis e fiscais geradas pela adoção do IFRIC 12.

13. PROVISÕES

A Companhia possui provisões para riscos cujas expectativas de perdas foram consideradas como prováveis pela Companhia e por seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

O saldo das citadas provisões é como segue:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Medidas ambientais compensatórias (nota 8.2)	2.597	2.538	2.289
Processos fiscais	560	-	-
	<u>3.157</u>	<u>2.538</u>	<u>2.289</u>

A movimentação das provisões é como segue:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Saldo inicial	2.538	2.289
Adições	560	-
Atualizações	59	249
Saldo final	<u>3.157</u>	<u>2.538</u>

Medidas ambientais compensatórias

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradações ambientais o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os riscos ambientais são controlados pela Companhia por meio de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

O Contrato de Concessão nº 084/2002, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve envidar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental do Empreendimento, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), baseado na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) nº 9985/2000, determinou que o recurso fosse destinado às Unidades de Conservação APA de Várzea do Rio Tietê, Floresta Nacional de Lorena e APA da Bacia do Rio Paraíba do Sul, afetadas pela passagem da linha de transmissão.

Atendendo a exigência do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), em virtude da indefinição do plano de aplicação dos referidos recursos pelos órgãos gestores das unidades de conservação, foi determinado que o valor mencionado fosse aplicado no Banco Nossa Caixa Nosso Banco,

Notas Explicativas

até o seu uso efetivo, segundo solicitação do órgão estatal (SMA), para uso exclusivo da compensação ambiental referida.

Ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2010, a provisão para riscos fiscais referentes ao recolhimento de imposto de renda e contribuição social do período compreendido entre 2004 e 2007 totaliza R\$560 e reflete a estimativa da administração par fazer face às demandas judiciais e administrativas que deverão ter desfecho desfavorável à Companhia.

Além disso, a Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes a questões de regularização de Servidões de Direito de Passagem para a Linha de Transmissão, as quais estão sendo objeto de discussão e envolvem valores de R\$469. A Companhia não registrou provisão pois não considera que a perda seja provável.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$64.582, dividido em 64.582.206 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	21.527.400
Isolux Energia e Participações S.A.	21.527.400
Lintran do Brasil Participações S.A.	21.527.400
Membros do Conselho de Administração	6
	<u>64.582.206</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, proposta pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo retidos”. O pagamento de dividendos superiores ao mínimo obrigatório está sujeito à aprovação do BNDES além da homologação dos acionistas.

Notas Explicativas

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2010, o dividendo mínimo obrigatório é de R\$10.793, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido do exercício (*)	22.722	28.331
Reserva legal (5%)	<u>(1.136)</u>	<u>(1.415)</u>
Base de cálculo para os dividendos	21.586	26.916
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	<u>10.793</u>	<u>13.458</u>
Dividendos por lote de mil ações – Em reais	<u>167,12</u>	<u>208,39</u>

(*) O lucro líquido do exercício de 2009 é o lucro societário apurado inicialmente antes da aplicação dos CPCs (Nota 4).

d) Lucros acumulados

Anualmente, a Companhia destina a totalidade do lucro líquido, bem como os demais saldos de lucros acumulados, e submete a ratificação em assembléia de acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram originalmente apresentadas com saldo zero em lucros acumulados, tanto no início quanto no fim daquele exercício. Os saldos de lucros acumulados apresentados nas atuais demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 são decorrentes da reapresentação dessas demonstrações contemplando a adoção das novas práticas contábeis (CPCs). Tendo em vista que as destinações de lucros acumulados realizadas em 2009 foram homologadas pela assembléia de acionistas, a administração da Companhia optou por manter os efeitos desses ajustes às novas práticas contábeis na conta de lucros acumulados, fazendo a destinação dos mesmos no encerramento do exercício de 2010.

15. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro básico e diluído são iguais por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro do exercício	22.662	31.414
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	64.582.206	64.582.206
Lucro por lote de mil ações básico e diluído	350,90	486,42

Notas Explicativas**16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de remuneração do ativo financeiro	32.051	31.148
Receita de operação e manutenção	19.705	18.962
Outras receitas	<u>(206)</u>	<u>(404)</u>
Receita bruta	<u>51.550</u>	<u>49.706</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita bruta	51.550	49.706
(-) PIS e COFINS não cumulativos	(1.882)	(1.814)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	<u>(1.774)</u>	<u>(1.751)</u>
Receita operacional líquida	<u>47.895</u>	<u>46.140</u>

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais é apresentada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas com pessoal	551	756
Serviços de manutenção	3.060	3.290
Depreciação	15	12
Taxa de fiscalização da ANEEL	221	256
Arrendamentos e aluguéis	279	278
Outras (receitas) despesas	<u>1.033</u>	<u>(569)</u>
Total	<u>5.159</u>	<u>4.023</u>
Classificadas como:		
Custo dos bens construídos e serviços prestados	4.035	3.256
Despesas gerais e administrativas	<u>1.124</u>	<u>767</u>
Total	<u>5.159</u>	<u>4.023</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de aplicações financeiras	718	1.155

Notas Explicativas

Outras receitas financeiras	<u>152</u>	<u>59</u>
Receitas financeiras	<u>870</u>	<u>1.214</u>
 Variações cambiais passivas	 338	 3.948
Juros de empréstimos e financiamentos	(8.915)	(10.367)
Outras despesas financeiras	<u>(434)</u>	<u>(375)</u>
Despesas financeiras	<u>(9.011)</u>	<u>(6.794)</u>
	<u>(8.141)</u>	<u>(5.580)</u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASTransações comerciais e saldos em aberto

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
<u>Passivo - Dividendos a pagar</u>			
 Elecnor Transmissão de Energia S.A.	 3.598	 4.486	 2.824
Isolux Energia e Participações S.A.	3.598	4.486	2.824
Lintran do Brasil Participações S.A.	<u>3.597</u>	<u>4.446</u>	<u>2.823</u>
	<u>10.793</u>	<u>13.458</u>	<u>8.471</u>

A Companhia não executou outras transações comerciais com partes relacionadas durante os exercícios de 2010 e 2009.

Remuneração da Administração

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não houve pagamento aos administradores já que estes foram remunerados por outras empresas do Grupo. Conforme mencionado na nota 4.4, a Companhia estimou o efeito das remunerações não pagas e reconheceu a despesa de R\$60 nas duas datas base em contrapartida com a reserva de capital no patrimônio líquido.

20. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações trimestrais. As demonstrações financeiras e informações trimestrais são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia (presidente) para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional “transmissão de energia” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

Notas Explicativas**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de concessionários e permissionários, contas a receber – ativo financeiro da concessão, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, impostos e taxas) não existindo outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em nas datas apresentadas.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros						
Recebíveis:						
Contas a receber ⁽ⁱⁱ⁾	5.999	5.999	5.645	5.645	3.984	3.984
Contas a receber – ativo financeiro ^(iv)	<u>216.603</u>	<u>216.603</u>	<u>218.113</u>	<u>218.113</u>	<u>219.262</u>	<u>219.262</u>
	<u>222.602</u>	<u>222.602</u>	<u>223.758</u>	<u>223.758</u>	<u>223.246</u>	<u>223.246</u>
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.619	7.619	632	632	2.592	2.592
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	<u>8.735</u>	<u>8.735</u>	<u>9.021</u>	<u>9.021</u>	<u>9.275</u>	<u>9.275</u>
	<u>16.354</u>	<u>16.354</u>	<u>9.653</u>	<u>9.653</u>	<u>11.867</u>	<u>11.867</u>
Passivos financeiros - outros						
Fornecedores ⁽ⁱⁱ⁾	459	459	354	354	317	317
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	79.016	79.016	91.581	91.581	107.966	107.966
Dividendos a pagar ⁽ⁱⁱ⁾	10.793	10.793	13.458	13.458	8.471	8.471
Impostos e taxas regulamentares ⁽ⁱⁱ⁾	<u>9.343</u>	<u>9.343</u>	<u>1.522</u>	<u>1.522</u>	<u>1.376</u>	<u>1.376</u>
	<u>79.475</u>	<u>79.475</u>	<u>91.935</u>	<u>91.935</u>	<u>108.283</u>	<u>108.283</u>

- (i) Os saldos contábeis refletem o valor de mercado na data do balanço.
- (ii) O valor de mercado se aproxima do valor contábil, devido à velocidade de realização dos ativos e passivos financeiros.
- (iii) Devido às características específicas dos contratos de financiamento do BNDES, e ao fato de que os empréstimos serem vinculados à TJLP, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.
- (iv) O ativo financeiro da concessão é determinado com base em premissas específicas deste contrato de concessão. Como não existe um mercado ativo a ser utilizado como referência para a determinação do valor de mercado desse ativo, a Administração acredita que os valores registrados são aqueles que melhor refletem os valores justos destes ativos nas datas apresentadas.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou

Notas Explicativas

envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa 7, A Companhia deve manter Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3 (três décimos). Para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a Companhia atingiu o índice de capitalização requerido.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

* Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

* Riscos relacionados às taxas de câmbio

A Companhia possui parte de seus empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2010, o passivo exposto à variações de moeda estrangeira - UMBNDES monta em R\$9.094. A UMBNDES está atrelada a uma cesta de moedas estrangeiras.

A administração preparou uma análise de sensibilidade com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de câmbio que reflitam a cesta de moedas definida pelo BNDES. Considerando uma flutuação equivalente a 10% na cotação da cesta de moedas, o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$909.

* Riscos relacionados às taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros uma vez que possui empréstimos e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas.

Notas Explicativas

A administração preparou uma análise de sensibilidade, com base em suas expectativas sobre flutuações nas taxas de juros. Considerando uma flutuação equivalente a 10% nas taxas de juros as quais a Companhia está exposta (TJLP, CDI e TR), o resultado e o patrimônio líquido seriam aumentados ou reduzidos em R\$3.093.

Análise de sensibilidade adicional de acordo com a Instrução CVM475/08

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2010;
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010; e
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo (passivo) exposto</u>	<u>Taxa efetiva do período</u>	<u>Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/10</u>
<u>Cenário Provável</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(9.094)	(9.094)	0,032718	-
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	11.164	-	11.164	10,64%	1.188
TR	2.596	-	2.596	6,70%	174
TJLP	-	(69.561)	(69.561)	6,00%	(4.174)
					(2.812)
<u>Cenário 1</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(9.094)	(9.094)	0,040898	(372)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	11.164	-	11.164	13,30%	1.485
TR	2.596	-	2.596	8,38%	217
TJLP	-	(69.561)	(69.561)	7,50%	(5.217)
					(3.515)
<u>Cenário 2</u>					
<u>Risco de taxa de câmbio</u>					
UMBNDDES	-	(9.094)	(9.094)	0,049077	(446)
<u>Risco de taxa de juros</u>					
CDI	11.164	-	11.164	16,63%	1.856
TR	2.596	-	2.596	10,47%	272
TJLP	-	(69.561)	(69.561)	9,38%	(6.521)
					(4.394)

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Os fluxos contratuais não descontados (amortizações e vencimentos finais) nos montantes pendentes dos passivos financeiros, por período de vencimento, são como segue:

Notas Explicativas

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Fornecedores	459	-	-	-	-	459
Empréstimos e financiamentos	1.015	2.030	9.135	60.900	5.936	79.016
Impostos e taxas regulamentares	9.343	-	-	-	-	9.343
Dividendos a pagar	-	10.793	-	-	-	10.793
Total	<u>10.817</u>	<u>12.823</u>	<u>9.135</u>	<u>60.900</u>	<u>5.936</u>	<u>99.611</u>

Itens reconhecidos ao valor justo no balanço patrimonial

As tabelas a seguir fornecem uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º. de janeiro de 2009, a Companhia possui apenas um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado - os os saldos de caixa restrito que montam nessas datas em R\$8.735, R\$9.021 e R\$9.275, respectivamente. Esse ativo financeiro é classificado como Nível 2.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- c.1) Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.
- c.2) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Notas Explicativas

- c.3) Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

22. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não houve operações relevantes não caixa a serem divulgadas.

A Companhia adota como procedimento divulgar os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento de forma consistente durante os exercícios apresentados.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de março de 2011, a Isolux Energia e Participações S.A. assinou acordo com seus sócios Elecnor Transmissão e Energia S.A. e Lintram do Brasil Participações S.A. para reordenar as participações em três de suas concessionárias, de forma que a Isolux Energia e Participações S.A. passou a deter, em 19 de julho de 2011, 99,99% do capital da CPTE.

24. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão, conforme quadro abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Subestações	Riscos operacionais	30/06/2011	23.193
Subestações e linhas	Responsabilidade civil	30/06/2011	45.140

Notas Explicativas

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tomadas em conjunto.

Propósito da emissão das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Ailton Costa Ferreira, com endereço na Rua Dr. Pereira de Melo, nº 296, apto 101, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte, MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 029.370.268-34, na qualidade de Diretor Presidente da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Ailton Costa Ferreira
Diretor Presidente

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Angel Javier Casaseca de Prada, com endereço na Rua Eritáfio Pessoa nº 4.446, apto. 703, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 057.423.267-26, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Luis Garcia-Monge Piedra, com endereço na Rua Carlos Góis, nº 422, apto 604, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 060.765.427-99, na qualidade de Diretor da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Luis Garcia-Monge Piedra
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Ailton Costa Ferreira, com endereço na Rua Dr. Pereira de Melo, nº 296, apto 101, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte, MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 029.370.268-34, na qualidade de Diretor Presidente da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Ailton Costa Ferreira
Diretor Presidente

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Angel Javier Casaseca de Prada, com endereço na Rua Eritáfio Pessoa nº 4.446, apto. 703, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 057.423.267-26, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

D E C L A R A Ç Ã O

Para fins do artigo 25 da Instrução CVM 480/09

Luis Garcia-Monge Piedra, com endereço na Rua Carlos Góis, nº 422, apto 604, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 060.765.427-99, na qualidade de Diretor da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, Sala 1816, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.336.882/0001-84, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

Luis Garcia-Monge Piedra
Diretor



CACHOEIRA PAULISTA

TRANSMISSORA DE ENERGIA



11 3231 3003
winnerpublicidade.com